

UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ
MESTRADO EM EDUCAÇÃO, CONHECIMENTO E SOCIEDADE

MARCELO DA SILVA TEIXEIRA

POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO E INTERSETORIALIDADE:
uma análise da produção científica no período de 2012 a 2022.

Pouso Alegre - MG
2024

MARCELO DA SILVA TEIXEIRA

Políticas públicas em educação e intersetorialidade: uma análise da produção científica no período de 2012 a 2022.

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade da Universidade do Vale do Sapucaí, como requisito para obtenção do título de Mestre em educação, conhecimento e sociedade.

Área de Concentração: educação

Linha de Pesquisa: Políticas públicas e gestão

Orientador: Prof. Dr. Cássio José de Oliveira Silva

Pouso Alegre - MG
2024

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca

TEIXEIRA, Marcelo Silva.

Políticas públicas em educação e intersetorialidade: uma análise da produção científica no período de 2012 a 2022 / Marcelo da Silva Teixeira - Pouso Alegre: UNIVAS, 2024.

113f.

Trabalho de conclusão de curso (Mestrado: Programa de pós-graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade) Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre/MG, 2024.

Orientador: Prof. Dr. Cássio José de Oliveira Silva

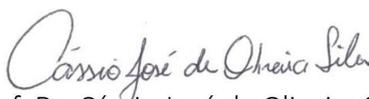
1. Políticas Públicas. 2. Educação pública brasileira. 3. Intersetorialidade. II. Título.

CDD – 379

Bibliotecária responsável: Michelle Ferreira Corrêa
CRB 6-3538

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

Certificamos que a dissertação intitulada "POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO E INTERSETORIALIDADE: uma análise da produção científica no período de 2012 a 2022" foi defendida, em 12 de julho de 2024, por **MARCELO DA SILVA TEIXEIRA**, aluno regularmente matriculado no Programa de Pós-graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade, nível Mestrado, sob o Registro Acadêmico nº 98024173, e aprovado pela Banca Examinadora composta por:



Prof. Dr. Cássio José de Oliveira Silva
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Orientador

Documento assinado digitalmente
ADILSON DA SILVA MELLO
Data: 19/07/2024 22:56:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Adilson da Silva Mello
Universidade Federal de Itajubá - (UNIFEI)
Examinador



Prof. Dr. Francisco Evangelista
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Examinador

AGRADECIMENTOS

Ao Deus trino, Grande Arquiteto do universo, que por meio de Jesus se revelou como meu amigo fiel, meu alicerce inabalável e sustentador da minha existência.

Aos meus pais, Sr. Joaquim Teixeira e Sra. Zilda Teixeira, que sempre acreditaram no meu potencial e sensibilizaram-me sobre a importância da superação dos desafios da vida por meio da educação.

Aos diretores das Escolas Estaduais, Joelma Alves de Oliveira e Antônio Luiz, que sempre foram solidários, complacentes e parceiros ao longo desta jornada.

Ao meu orientador Prof. Dr. Cássio José de Oliveira Silva, que sempre foi técnico, amigável, sensível, sensato e companheiro.

À equipe UNIVAS, pelo acolhimento e prestimosidade constante.

Ao Governo do Estado de Minas Gerais, que por intermédio da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais implementou essa importante iniciativa, o projeto “Trilhas do Futuro – Educadores”.

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo analisar, a partir de uma revisão de literatura, as possibilidades, os limites, os avanços e os desafios sobre as Políticas Públicas Intersetoriais no contexto educacional brasileiro, no período de 2012 a 2022. Por meio da seleção e análise dos artigos indexados em revistas de alto impacto (com Qualis Capes, A1 e A2), foi possível analisar ações intersetoriais relevantes no contexto das políticas públicas educacionais do Brasil. O estudo se caracteriza por ser de natureza descritiva, exploratória e analítica. Assim, esse percurso investigativo teve como sustentação diferentes autores e abordagens que discorrem sobre a conexão entre educação pública brasileira e a elaboração e concretização de ações intersetoriais. A pesquisa constatou que a relação entre intersetorialidade e políticas públicas em educação se respalda, em sua maioria, nos Programas Governamentais criados antes do período de 2012 a 2022 e um dos principais desafios está na articulação e cooperação dos setores que representam às múltiplas políticas públicas brasileiras (educação, saúde, assistência social, desenvolvimento social, cultura, esporte e meio ambiente). As análises presentes na pesquisa contribuem para embasar as discussões sobre a vinculação entre educação pública e intersetorialidade no contexto nacional.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Educação pública brasileira; Intersetorialidade.

ABSTRACT

This dissertation aimed to analyze, based on a literature review, the possibilities, limits, advances and challenges regarding Intersectoral Public Policies in the Brazilian educational context, from 2012 to 2022. Through the selection and analysis of articles indexed in high-impact journals (with Qualis Capes, A1 and A2), it was possible to analyze relevant intersectoral actions in the context of public educational policies in Brazil. The study is characterized by being descriptive, exploratory and analytical in nature. Thus, this investigative path was supported by different authors and approaches that discuss the connection between Brazilian public education and the elaboration and implementation of intersectoral actions. The research found that the relationship between intersectorality and public policies in education is supported, for the most part, by Government Programs created before the period from 2012 to 2022 and one of the main challenges is in the articulation and cooperation of the sectors that represent the multiple Brazilian public policies (education, health, social assistance, social development, culture, sport and environment). The analyzes present in the research contribute to supporting discussions about the link between public education and intersectorality in the national context.

Keywords: Public Policies; Brazilian public education; Intersectorality.

LISTA DE SIGLAS

BR Brasil

CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Cedes Centro de Estudos Educação e Sociedade

CESGRANRIO Centro de Seleção de Candidatos ao Ensino Superior do Grande Rio

EISAE Grupo de Estudos Interdisciplinares em Sociedade, Arte e Educação

ESF Estratégia Saúde da Família

FGV Fundação Getúlio Vargas

FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDEB Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

GTI Grupo de Trabalho Intersetorial

GTI-M Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal

Inse Índice Socioeconômico das Escolas de Educação Básica

IDEB Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira

IOEB Índice de Oportunidades da Educação Brasileira

ISSN International Standard Serial Number

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC Ministério da Educação

MG Minas Gerais

MT Mato Grosso

ONU Organização das Nações Unidas

OPAS Organização Pan-Americana da Saúde

PAA Programa de Aquisição de Alimentos

PISA Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNAIC Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

PNAS Política Nacional de Assistência Social

Projovem Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PSE Programa Saúde na Escola

SAEB Sistema de Avaliação da Educação Básica

Scielo Scientific Electronic Library Online

SEDUC Secretaria Municipal de Educação

UFMG Universidade Federal de Minas Gerais

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICAMP Universidade Estadual de Campinas

UNICEF Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Seleção dos Estudos – p.45

Quadro 2 – Informações sobre as revistas analisadas – p. 51

Quadro 3 – Síntese dos Estudos – p. 57

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 – POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO: OS DESAFIOS DA INTERSETORIALIDADE	18
1.1 – Políticas públicas e educação: uma breve análise sobre o caso brasileiro ..	21
1.2 – As Políticas Setoriais	28
1.3 - Principais limitações das políticas públicas setorializadas	30
1.4 - Intersetorialidade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade	33
2 – A INTERSETORIALIDADE NO BRASIL	35
2.1 - A relevância da intersectorialidade nas políticas educacionais	39
3 - METODOLOGIA	44
3.1 - Critérios na busca dos artigos selecionados	45
3.2 - Critérios de inclusão/exclusão de artigos	50
3.3 - Definição das informações a serem extraídas dos artigos selecionados	53
3.4 - Implicações dos resultados da revisão de literatura para a educação	54
3.5 - Apresentação da revisão de literatura	55
4 - RESULTADOS	57
4.1 - Discussão e apresentação dos resultados	64
4.2 - A importância da intersectorialidade na promoção da educação integral	65
4.3 – Intersetorialidade entre educação e saúde	67
4.4 – Intersetorialidade entre educação e assistência social	72
4.5 – Intersetorialidade entre educação e cultura	74
4.6 – Intersetorialidade entre educação e esporte	76
4.7 – Intersetorialidade entre educação e meio ambiente	77
4.8 - Intersetorialidade entre educação e programas multidisciplinares	78
4.9 - A avaliação das políticas públicas intersectoriais para a educação: indicadores e metodologias.	82
4.10 - Os desafios da implementação de políticas públicas intersectoriais no contexto educacional brasileiro.	83
5 – ANÁLISE E SÍNTESE SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA ENVOLVENDO A TEMÁTICA INTERSETORIALIDADE	88
5.1 – Análise sobre os avanços, os desafios e os principais fatores que influenciam e/ou interferem na intersectorialidade das políticas públicas em educação.	97
5.2 – Análise sobre o espaço destinado pelas publicações científicas referente ao tema intersectorialidade em políticas públicas em educação.	98
5.3 – Análise sobre o processo de elaboração e implementação das Políticas Públicas Educacionais Intersectoriais no Brasil no período de 2012 a 2022.	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	103

INTRODUÇÃO

No Brasil, na década de 1980, em meio as discussões sobre redemocratização, Estado de Direito e qualidade da prestação do serviço público, surge o conceito intersetorialidade das políticas públicas como resposta aos desafios enfrentados pelo Estado ante as questões sociais.

A perspectiva intersetorial nasce diante da necessidade do enfrentamento às desigualdades sociais, à condição de pobreza da maioria da população e à exclusão social. Todavia, para se alcançar todo esse processo de superação social, seria necessário romper com a setorialização, a centralização e a fragmentação da ação burocrática governamental.

Silva; Quintanilha; Dalbello-Araujo (2022, p. 10) reitera que:

E, na contramão da política de austeridade mundial, a Constituição Federal de 1988 apresentava, em seus artigos, a possibilidade de um sistema de proteção social. Mas, como garantir que este sistema assegurasse uma vida digna e de integridade a todos diante do projeto do neoliberalismo em curso? E como garantir a integralidade das ações para atender as necessidades, desde as mais complexas, ou as mais singulares, das frações da classe trabalhadora? Como uma das respostas a estas perguntas se origina o termo “Intersetorialidade” nas e entre as políticas públicas, não com um único viés, mas com múltiplos olhares, concepções, saberes e práticas.

A Constituição Federal de 1988, conhecida por seu caráter democrático, por incluir uma ampla gama de direitos sociais que visavam e visam garantir a justiça social e a igualdade, ao incentivar a colaboração entre diferentes níveis de governo e setores, reconheceu que problemas complexos demandam abordagens integradas e multidisciplinares para serem analisados e resolvidos.

Wanderley *et al.* (2020, p. 08) destaca que:

A intersetorialidade como estratégia de gestão pública democrática, para responder à setorialização e à fragmentação, pressupõe decisão política, articulação entre os setores e complementariedade das ações, buscando um olhar para a totalidade das manifestações da questão social e dos cidadãos que demandam atendimento público.

Assim, a Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu artigo 211, relevou que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem organizar, em regime de colaboração, seus respectivos sistemas de ensino. À luz da Carta Magna,

a abordagem intersetorial das políticas públicas foi tomando forma de um modo geral, mas com destaque na Educação.

Nesse sentido, Junqueira (2005, p. 04), sobre intersetorialidade, define que:

a intersetorialidade constitui uma concepção que deve informar uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços. Isso significa alterar toda a forma de articulação dos diversos segmentos da organização governamental e dos seus interesses.

Assim, é necessário romper com a simplicidade conceitual que muitas vezes ronda esta temática, pois Intersectorialidade não é apenas reuniões formais e informais entre setores e níveis hierárquicos distintos. Não é apenas encaminhar sugestões ou diferentes demandas a outro setor. Práticas intersectoriais são ações articuladas que passam pelo planejamento articulado, à materialização da ação, à resolução da demanda e à avaliação do processo. Em outras palavras, a prática intersectorial, concretizada pela prestação do serviço estatal, deve ser articulada intra e interinstitucionais, por intermédio do trabalho de equipes multiprofissionais, a fim de considerar a integralidade do ser humano. É uma ação realizada por muitos atores, pelo trabalho em rede, por atendimentos compartilhados e coesos em sua finalidade. Junqueira e Corá (2016, p.10) consideram que:

A rede de organizações estabelece acordos de cooperação e de alianças e reciprocidade. Essas novas práticas de cooperação constituem um meio de encontrar saídas para intervir na realidade social complexa.

Quanto a educação, em sua gênese e pelas várias situações que a envolvem, seja na prática ou no ordenamento jurídico, essa está inserida em uma relação social e governamental fundada na mutualidade. O art. 205 da Constituição Federal de 1988 afirma que “a educação é direito de todos, é dever da família e do Estado promovê-la”.

A intersectorialidade das políticas públicas em educação é um conceito crucial para promover uma abordagem eficaz no desenvolvimento educacional de um país. Ela envolve a cooperação e coordenação entre diferentes setores governamentais e outras partes interessadas. Intersectorialidade é criar sinergias e maximizar os impactos positivos das ações em prol da educação.

Para Junqueira e Corá (2016), a intersectorialidade é uma estratégia fundamental para enfrentar os desafios de difícil resolução que emergem da relação

social. Os autores acreditam que a cooperação entre diferentes áreas, como saúde, habitação e assistência social, pode melhorar o acesso à educação e, por conseguinte, melhorar a vida do cidadão pela promoção da equidade.

Vale destacar que a equidade na educação não é um resultado fácil de ser alcançado. O conceito de equidade aqui apresentado parte do entendimento sobre a necessidade de ordenar a prestação do serviço público, distribuir os bens públicos educacionais a fim de favorecer a população mais vulnerável e promover a justiça social (Dubet *et al.*, 2009). A equidade “supõe um princípio capaz de corrigir desigualdades em favor de quem tem menos na distribuição dos bens sociais” (Ribeiro, 2014, p. 1102). Verificar

Com base nas ideias desses estudiosos, a concepção de equidade é abordada como um princípio de justiça, implicando numa política educacional que promova níveis adequados de desempenho a todos que vivenciem a realidade escolar, especialmente aqueles em situação de menor nível socioeconômico

Nesse sentido, o esforço intersetorial pressupõe que o estabelecimento de um trabalho conjunto pode transformar a educação, materializada na escola, em lugar profícuo para uma melhor aprendizagem e para a emancipação do cidadão.

Em síntese, essa melhor aprendizagem nada mais é que a escola tenha significado e relevância no momento em que os estudantes a usufruem e, posteriormente, o conhecimento acessado promova desenvolvimento pessoal e social. Wanderley *et al.* (2020, p. 09) relevam que:

Podemos afirmar que o horizonte da intersetorialidade das políticas públicas consubstancia-se na melhora das condições de vida da população, na otimização e utilização dos recursos (financeiros, materiais e humanos) e nos ganhos de escala e de resultados.

Quanto a melhoria da qualidade de vida, a intersetorialidade e a educação compartilham desse mesmo princípio. A melhoria na qualidade de vida por meio da educação não se restringe apenas ao aspecto econômico, como o aumento de renda e melhores condições de emprego, mas também abrange dimensões mais amplas, ligadas ao bem-estar pessoal e coletivo.

Em relação as políticas públicas interssetoriais, ao promover a colaboração entre diferentes setores, a ação governamental pode abordar de maneira multifacetada as demandas da população. Ao considerar as múltiplas dimensões do

bem-estar humano, as políticas públicas intersetoriais não só atendem de maneira mais efetiva às necessidades da população, como também contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ademais, Junqueira (2004, p. 26) destaca que:

A complexidade dos problemas sociais exige vários olhares, diversas maneiras de abordá-los, aglutinando saberes e práticas para o entendimento e a construção integrada de soluções que garantam à população uma vida com qualidade.

Se a escola de fato é uma estratégia importante para a sustentabilidade da vida em sociedade (para a cidadania/protagonismo social), para a superação/amenização das desigualdades sociais, e se essa realidade afeta o bem-estar de todos, então as políticas públicas em educação precisam ser produzidas, exercidas e materializadas por “muitas mãos”.

Acredita-se que não basta apenas colocar um lápis, uma borracha e um caderno nas mãos dos estudantes, é necessário discutir educação pública a partir de um olhar crítico, considerando a amplitude da ação educativa da nossa territorialidade, dos desafios e da cultura que decorrem das várias regiões do Brasil, da especificidade de cada escola, bem como do processo educacional contemporâneo que ainda convive com problemas históricos.

Ao promover a colaboração entre diferentes setores e áreas governamentais, é possível criar soluções mais amplas, dialógicas e eficazes, visando ao desenvolvimento pleno dos indivíduos e à construção de uma sociedade melhor estruturada.

Portanto, a intersectorialidade das políticas públicas em educação no Brasil é uma estratégia relevante para enfrentar os desafios abrangentes que afetam o sistema educacional e por isso foi objeto de pesquisa desta dissertação.

Problema de pesquisa

A partir da perspectiva intersectorial das políticas públicas, pressupõe-se que quando os problemas educacionais não são tratados por múltiplas abordagens profissionais, eles tendem a se multiplicar, as possibilidades mais efetivas de solução podem se ausentar e muitas escolas, principalmente as situadas em região com alta vulnerabilidade social, podem seguir em precariedade histórica, o que pressupõe a reprodução da exclusão.

Assim, através de uma revisão sistemática de literatura em revistas indexadas com Qualis A1 e A2, essa pesquisa analisou, a partir de estudos já publicados, as seguintes questões:

- A. Quais os avanços, os desafios e os principais fatores que influenciam e/ou interferem na intersetorialidade das políticas públicas em educação?
- B. Em que medida a intersetorialidade, nessas publicações, tem ganhado espaço e a devida importância como estratégia para a superação ou amenização dos desafios inerentes à educação pública brasileira?
- C. Como foram construídas e implementadas as Políticas Públicas Educacionais Intersectoriais no Brasil no período de 2012 a 2022?

Justificativa

A realização dessa pesquisa se fundamenta na importância da verificação e da análise sobre a prática intersectorial no contexto da educação pública brasileira. Ao analisar essa realidade, este trabalho abriu espaço para novos estudos e novas compreensões sobre o distinto cenário educacional brasileiro. Nesse sentido, foram delineados os seguintes objetivos:

Objetivo Geral

Analisar, a partir de uma revisão sistemática de literatura, o estado da arte da ciência evidenciado por artigos, Qualis A1 e A2, sobre políticas públicas intersectoriais na educação brasileira publicadas no período de 2012 a 2022.

Objetivos Específicos

1. Realizar uma revisão sistemática de literatura a respeito dos avanços e desafios das políticas públicas intersectoriais no contexto da educação brasileira nos últimos dez anos (2012 - 2022).
2. Utilizar, em concordância com a tabela Qualis – CAPES/BR, periódicos A1 e A2, para embasar a investigação e a pesquisa.
3. Ponderar, a partir das obras citadas na revisão de literatura e dos resultados alcançados, o cenário da intersectorialidade das políticas públicas afetas à educação brasileira nos últimos dez anos.

Então, uma revisão sistemática de literatura foi realizada, cujos dados foram obtidos por meio de pesquisa no ambiente virtual (internet) em repositórios de

instituições acadêmicas que disponham de artigos científicos e/ou periódicos classificados como A1 e A2 em concordância com a tabela Qualis – CAPES/BR.

Em síntese, destaca-se que esta dissertação, além da introdução, está estruturada em cinco capítulos, a saber:

No capítulo 1, discutimos sobre políticas públicas em educação no Brasil. Recorremos a obra “Economia e sociedade” de Max Weber, para elucidar e discutir sobre burocracia no trabalho organizacional e o processo de especialização do trabalho institucional.

Ademais, para embasar e enriquecer ainda mais a discussão sobre a temática proposta, recorreremos também a obra “Desenvolvimento como liberdade” de Amartya Sen, para analisar a educação brasileira, a perspectiva social da educação e a relação dessa com o conceito de liberdade proposto pelo autor citado.

Além disso, nas subseções desse capítulo, discutimos temas como: políticas setoriais e suas principais limitações; distinção e limites conceituais entre intersectorialidade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

No capítulo 2, realizamos uma retrospectiva histórica sobre a evolução da perspectiva intersectorial no contexto brasileiro.

Ainda nesse capítulo, esclarecemos sobre a relevância das políticas públicas intersectoriais no Brasil, sua influência positiva para a gestão dos sistemas públicos de ensino, como também para o processo pedagógico das escolas públicas.

O capítulo 3 é dedicado a explicar o método de revisão sistemática de literatura, os critérios de inclusão/exclusão dos artigos científicos selecionados, o processo de extração das informações, bem como as implicações dos resultados da revisão de literatura no contexto da educação.

No capítulo 4, apresentamos os resultados prévios dessa pesquisa, como também destacamos uma breve apresentação e análise da revisão sistemática de literatura realizada sobre intersecção entre várias políticas públicas e as políticas públicas em educação.

Ademais, as subseções desse capítulo trataram da avaliação das políticas públicas intersectoriais apresentadas pelos autores estudados e, de forma separada, foi estabelecida a relação entre políticas públicas educacionais e políticas públicas em saúde, assistência social, cultura, meio ambiente e outras áreas.

Ainda nesse capítulo, foi destacado os desafios que emergem da elaboração e execução de políticas públicas, as múltiplas influências que essas recebem ao

longo desse processo, a identidade dos governos e os desafios na articulação de políticas públicas intersetoriais.

O capítulo 5 se destinou a uma síntese sobre a produção científica dos artigos sobre intersetorialidade na educação pública brasileira e apresentação de respostas aos problemas de pesquisa.

Ademais, destaca-se que o interesse pelo tema dessa pesquisa nasceu em 2017, momento em que tive a oportunidade de compor a equipe da Coordenação de Políticas sobre Drogas da cidade de Contagem/MG. Na oportunidade, assessoriei o Conselho Municipal de Políticas sobre Álcool e outras Drogas de Contagem e o Comitê Permanente Intersetorial sobre Drogas de Contagem. Como resultado do trabalho desenvolvido, participei da elaboração do Plano Intersetorial de Políticas sobre Álcool e outras Drogas de Contagem. Este documento é um planejamento pautado na gestão orientada para resultados, formado por dez importantes áreas da Governança Pública: Segurança, Educação, Mobilidade, Saúde, Servidor, Habitação, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Social, Meio Ambiente e Transparência Pública.

Este percurso investigativo foi marcado por alguns desafios, a saber: curto espaço de tempo; pesquisar e selecionar artigos Qualis A1 e A2 que coadunam com a temática; apurar referências confiáveis; ler e realizar fichamento dos artigos e redigir a dissertação.

Foi um percurso desafiador, porém transformador. À medida em que os resultados foram explicitados, o conhecimento foi expandido e a minha maneira de perceber e entender o cenário pesquisado foi modificado.

1 – POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO: OS DESAFIOS DA INTERSETORIALIDADE

Antes de discutirmos os desdobramentos decorrentes da pesquisa em torno da intersectorialidade das políticas públicas em educação e, com a finalidade de criar uma sequência lógica, coerente, coesa e aprofundada sobre o tema, neste capítulo conceitual trataremos sobre a ação institucional e a organização estatal por meio da análise sobre burocracia e as atividades setorializadas.

Assim, analisaremos a origem das discussões em torno do ofício institucional especializado das políticas estatais, bem como a secularização e a racionalização dos processos organizacionais no âmbito do Estado.

Max Weber é um sociólogo alemão cujo trabalho influenciou significativamente o entendimento sobre a dominação institucional, a burocracia e a organização social no campo da sociologia, economia e administração. Na obra “Economia e sociedade” (1864-1920), o autor aborda de forma abrangente a relação entre dominação, administração, especialização da burocracia, evidenciando como esses elementos se entrelaçam ao longo da história, em diferentes contextos sociais e políticos.

Weber (1999) descreveu a burocracia como uma forma de organização que se baseia em regras, hierarquia, impessoalidade e racionalidade.

Para o autor, a burocracia se estabelece a partir de um processo denominado “Dominação Legal-Racional”, ou seja, o poder social baseado em regras, leis e procedimentos racionais. Na perspectiva do autor, essa forma de dominação, ao organizar as relações sociais, pode promover mais igualdade por intermédio da lei e possibilitar mais previsibilidade das ações organizacionais e políticas. Segundo ele, esse tipo de poder oferece mais transparência e objetividade nas ações, permitindo uma participação mais igualitária de todos os cidadãos.

Em relação a natureza, pressupostos e desenvolvimento da Dominação Legal-Racional, um dos princípios citados é o da competência oficial fixa, que estabelece uma distribuição clara e regulamentada das atividades, com poderes e meios coercitivos definidos por regras. As pessoas contratadas para essas atividades devem ter qualificações regulamentadas.

Segundo Weber (1999), a burocracia representa um modelo de estruturação social e gerencial fundamentado em normas, escala hierárquica e expertise. Ele destaca que a burocracia se mostra mais eficaz na gestão de organizações de grande porte, tais como governos e empresas, pela oferta de um arcabouço organizacional bem definido para o direcionamento de ações e execução de atividades.

Um dos principais aspectos da burocracia, de acordo com o autor, era a especialização. Esse conceito envolve a atribuição de responsabilidades específicas e restritas a cada membro da organização, de acordo com sua competência e especialização. Com isso, é possível dividir claramente o trabalho, o que resulta em maior eficiência e produtividade para a organização.

Além disso, há o princípio da hierarquia de cargos e a sequência de instâncias, que estabelece uma estrutura claramente definida de autoridade, com supervisão das instâncias superiores sobre as inferiores e a possibilidade de apelação para as instâncias superiores.

Desse modo, a burocracia surge como uma resposta à necessidade de manter a ordem e o controle em sociedades complexas, especialmente com o desenvolvimento de grandes impérios e estados. Ela é vista como uma forma de administração tecnicamente superior, capaz de lidar de maneira mais uniforme com uma variedade de tarefas e situações.

Weber (1999) também destaca a influência da economia capitalista moderna no desenvolvimento da burocracia, ou seja, as empresas capitalistas servindo como modelos de organização burocrática eficiente, incluindo o Estado. Além disso, ressalta como a burocracia moderna é impessoal e "objetiva", baseada em regras calculáveis e livre de considerações pessoais, o que a torna adequada para lidar com as demandas complexas da sociedade contemporânea.

Weber argumenta que o Estado moderno é caracterizado por uma burocracia racional, na qual o poder político e administrativo é exercido por funcionários especializados, contratados com base em critérios técnicos e de competência. Ele compara a estrutura do Estado burocrático à de uma empresa capitalista, destacando a importância da racionalização e do cálculo na organização e funcionamento dessas instituições.

Quanto a burocratização e democratização da administração e da justiça, com destaque para as mudanças nos sistemas legais ao longo da história, o autor discute

a transição de formas de justiça baseadas em tradições sagradas e decisões baseadas em “casos” para sistemas mais formais e burocráticos.

Além disso, o autor também aborda algumas contradições provocadas pela burocracia diante da concentração de poder e recursos nas mãos do Estado ou de grandes corporações. Contudo, o autor considera a burocratização como um fenômeno que acompanha o desenvolvimento das sociedades modernas, influenciada por fatores políticos, sociais e econômicos.

Na perspectiva do autor, a burocratização é vista como um processo que levou à distinção conceitual entre uma ordem jurídica "objetiva" e os direitos "subjetivos" do indivíduo. Ela também levou à distinção entre direito "público" e "privado". Esse desenvolvimento permitiu a criação de um sistema racional que se tornou cada vez mais importante para a burocracia moderna.

Ademais, o autor apresenta a relação entre burocracia e a educação ao destacar a formação do indivíduo no avanço do racionalismo diante da crescente importância do conhecimento especializado. Weber (1999) considera que a burocracia leva o sujeito a aspirar o "direito ao cargo", numa busca por garantir a posição de funcionário, sua ascensão e sustento na velhice. Também acrescenta que a especialização e o treinamento técnico dos funcionários são elementos-chave na eficiência da administração estatal e privada, intensificando ainda mais a relação entre burocracia e educação.

Em suma, o autor enxergava a especialização do trabalho organizacional como um aspecto fundamental da burocracia, o qual impactava positivamente em sua eficiência.

Apesar de Weber ter reconhecido os benefícios da burocracia, como a eficiência e a previsibilidade, ele também percebeu alguns pontos negativos associados à burocracia, a saber:

Inflexibilidade e rigidez: a burocracia tende a se tornar excessivamente inflexível e rígida por sua priorização de normas e procedimentos oficiais. Isso pode dificultar a capacidade de se ajustar a mudanças nas circunstâncias ou necessidades do ambiente.

Ineficiência e lentidão: apesar de ter sido criada para melhorar a eficiência, em certos casos, a burocracia resulta em procedimentos lentos e pouco eficazes por causa da excessiva formalidade e documentação exigida.

Estrutura hierárquica excessiva: o excesso de níveis de autoridade na burocracia pode dificultar a comunicação e a agilidade na tomada de decisões.

Resistência à mudança: devido à sua natureza conservadora e orientada para as regras estabelecidas, a burocracia pode resistir à mudança, mesmo quando essa mudança seja crucial para aprimorar a eficácia ou adaptar-se a cenários inéditos.

Assim, é possível perceber na obra citada de Weber que a burocracia traz vantagens em relação à organização, porém traz também desvantagens significativas quando se trata de excesso de rigidez e formalidades. Apesar de suas críticas e desafios, a burocracia continua sendo uma forma possível de organização e essencial para lidar com as demandas da modernidade.

1.1 – Políticas públicas e educação: uma breve análise sobre o caso brasileiro

A educação, na perspectiva da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 6º (sexto), faz parte do conjunto de direitos sociais, ou seja, direitos imprescindíveis ao desenvolvimento do cidadão e da nação:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Em consonância com a Carta Magna, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n. 9.394 de 1996, em seu artigo 1º (primeiro), conceitua a educação, destacando que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Ademais, a LDB, por meio do seu artigo 2º (segundo), acrescenta que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Assim, a educação faz parte do conjunto de elementos sociais que permite o desenvolvimento pessoal e social.

Amartya Sen, economista e prêmio Nobel de economia em 1998, em sua obra "Desenvolvimento como liberdade", defende a ideia de que a educação pelo conhecimento amplia as liberdades, e essas são necessárias ao ser humano para o seu desenvolvimento e o da própria sociedade.

O autor destaca que ao acessar mais liberdades, as pessoas passam a cuidar melhor de si, a inspirar e sensibilizar os que estão a sua volta. Desenvolvem-se e possibilitam desenvolvimento onde estão socialmente inseridas.

Seu conceito de "desenvolvimento como liberdade" oferece uma abordagem inovadora que vai além das métricas tradicionais de desenvolvimento econômico para incorporar as dimensões mais amplas da liberdade humana.

Ao adotar uma perspectiva baseada na ideia de liberdades múltiplas, Sen (2010) destaca que o desenvolvimento verdadeiro não pode ser medido apenas pelo crescimento econômico ou pelo aumento da renda, mas deve ser avaliado pela capacidade das pessoas de viver a vida que valorizam. Ele argumenta que o desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão das liberdades humanas, que incluem não apenas liberdades políticas e civis, mas também liberdades econômicas, sociais e culturais.

A abordagem de Sen (2010) destaca a importância de garantir que as pessoas tenham acesso às oportunidades significativas para exercer suas capacidades e buscar seus objetivos, sem enfrentar restrições indevidas ou privações injustas. Isso significa não apenas garantir a ausência de privações, como fome e doença, mas também promover a capacitação das pessoas para que possam agir de forma autônoma e fazer escolhas que melhorem suas vidas.

Portanto, ao justificar o uso de Amartya Sen em uma análise sobre desenvolvimento e a educação, é crucial reconhecer a importância das liberdades individuais e da capacidade das pessoas viverem vidas significativas e autodeterminadas. Sua teoria das "liberdades múltiplas" oferece um quadro conceitual robusto para compreender e avaliar o progresso humano em todas as suas dimensões, indo além de medidas puramente econômicas para abranger a plenitude da experiência humana.

A educação, além da sua condição de política pública, é um campo de estudo vasto, pois visa uma melhor integração social do ser humano, seja da alfabetização, na mais tenra idade; seja pela profissionalização para o mercado de trabalho; seja pela superação da vulnerabilidade social; seja pelo desenvolvimento de habilidades

que permitem expectar e realizar objetivos pessoais e coletivos ou seja pelo desenvolvimento de capacidades que habilitam o indivíduo no enfrentamento de outros desafios e/ou concepções impostos pela vida cotidiana.

Mesmo enfrentando inúmeros desafios, a educação sempre teve a missão de orientar ou conduzir o indivíduo e a sociedade rumo a transformação e a evolução social. O termo “educativo” abrange a formação do indivíduo em âmbitos intelectual e cultural, proporcionando-lhe as condições para viver em sociedade. Aranha (1997) descreve o homem como um ser social capaz de interagir e transformar a natureza de forma criativa.

Em concordância com Lima (2013), para um país que anseia por democracia é importante considerar que a educação tenha condições e possibilite, aos que dela dependem, as ferramentas necessárias para a compreensão de si e do contexto social vigente.

Essa é a ênfase de muitos estudos sobre a relação entre o nível de escolaridade e o desenvolvimento de um país e de sua população (Menezes Filho, 2007; Biondi e Felício, 2008). Tais estudos mostram que o aumento do nível de escolaridade tem impactos diversos, como a redução da criminalidade, o aumento salarial, o planejamento familiar otimizado, entre outros benefícios a nível individual e coletivo. Assim, garantir qualidade e acessibilidade à educação a um maior número de pessoas é um desafio constante para o Brasil.

Em sua forma escolar sistematizada, a educação é também o território da socialização, da convivência e do diálogo. Essa recebe uma diversidade de educandos e educadores, cada um com sua especificidade, tornando-a em um território que não está isento dos múltiplos desafios sociais. A escola do passado não é mais a escola da atualidade. Nessa gradação de ideias, Cortella (2014, p. 29) afirma que:

Alguém que entre em estado de atenção no trabalho pedagógico está demonstrando inteligência. Porque o número de variáveis que passaram a fazer parte do nosso circuito hoje é tamanho, que a escolarização não corre mais dentro de um veio tão escorreito como já o foi em tempos anteriores. Aquilo que está no entorno mudou tanto que a Escola mudou também.

Assim, a educação, pelas várias situações que a envolvem, faz parte de uma relação social e governamental interdependente. O amadorismo não pode estar presente nesse processo, uma vez que as inúmeras demandas que se apresentam

no cotidiano da sociedade e da família recaem também sobre à escola. Tal situação exige da escola e dos educadores múltiplos conhecimentos e análise crítica para a superação dos problemas, ora históricos, ora os que resultam do momento atual, como releva Ivenicki (2019, p.01):

Como lidar com situações intra-escolares [sic] de indisciplina, exclusão, conflitos culturais e violência? Como promover processos de alfabetização e educação que valorizem a diversidade e a melhoria educacional para todos os alunos? De que modo políticas públicas e pesquisas têm se voltado a esses desafios? Tais questões são complexas e refletem fatores que extrapolam, em muito, os espaços das escolas. Entretanto, potencializar atores escolares para o enfrentamento positivo dos dilemas da educação, nos espaços possíveis de suas atuações, pode vir a representar um dos caminhos promissores para mitigar conflitos e contribuir para a inclusão educacional, ainda que tal perspectiva deva ser complementada por ações de mais amplo espectro.

No Brasil, mesmo com os investimentos realizados ao longo dos anos na educação, em especial pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), a escola ainda convive com problemas desafiadores, pois ainda grandes dificuldades de cunho social se apresentam como grandes obstáculos aos interesses educacionais. Nesse sentido, Silva (2021, p. 325) demonstra que:

Depois de quase um século desde a estruturação de um sistema público de educação de abrangência nacional, o país ainda é marcado por níveis expressivos de exclusão escolar e desigualdades educacionais.

Ao verificar os dados quantitativos do sistema escolar brasileiro acerca do acesso e do fluxo escolar verificados a partir do Censo Demográfico e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)¹, observa-se que o Brasil deu um grande passo na universalização do ensino fundamental. As informações obtidas mostram que o ensino fundamental brasileiro está praticamente universalizado para as crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, uma vitória alcançada com décadas de atraso em relação a países de menor desenvolvimento econômico da América Latina. É preciso ressaltar que a Constituição Federal de 1988 reitera que o ensino fundamental não se restringe aos cidadãos daquela idade, e que hoje o sistema

¹ Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em uma amostra aleatória de domicílios de todas as Unidades da Federação com exceção da zona rural da Região Norte.

educacional brasileiro atende também os cidadãos que não tiveram acesso à educação na idade adequada.

Após 200 anos de independência do Brasil, ainda não foi possível concretizar a educação sonhada e defendida, mesmo com todo o avanço acima citado. Problemas históricos persistem, sendo um dos principais a exclusão escolar.

Mesmo com o aumento de investimentos, ainda se percebe no Brasil uma educação limitada e pouco eficiente, especialmente quando se trata da educação pública destinada aos pobres, ou seja, aqueles que mais precisam. Pieri (2018, p.16) demonstra um pouco dessa situação quando trata da evasão no Ensino Médio:

Uma possível explicação para o alto percentual de jovens fora da escola é que os jovens deixam a escola para trabalhar. De fato, os que estão fora da escola trabalham mais. O percentual de ocupados de 15 a 17 anos que frequentam a escola é de 12,6%. Já entre os que estão fora da escola, o valor sobe para 29,6%.

Ao constatar o valor da educação para o ser humano, a Organização das Nações Unidas — ONU (<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4>, recuperado em 15, maio, 2023) —, em seu objetivo de desenvolvimento sustentável de número 4, expressa que os governos devem “assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, além de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. É notório que a palavra “qualidade” ocupe um papel de destaque no corpo da proposta da ONU, entendendo-se que educação de qualidade é aquela que atinge os objetivos de ensino e aprendizagem e seja eficiente.

Nessa vertente, a Constituição Brasileira de 1988 garantiu a todo cidadão brasileiro, em seu Artigo 205, acesso à Educação Pública gratuita: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Ao dissertar sobre as adversidades no contexto da educação brasileira, faz-se necessário considerar a importante dimensão desafiadora da qualidade na/da educação. A questão da qualidade tem assumido, nos últimos anos, lugar de destaque nas principais discussões acerca das políticas públicas de educação, principalmente quando se trata da qualidade educacional que se almeja, como também das formas de alcançá-la.

Analisar a qualidade na educação é pensar sobre maneiras efetivas de melhorar a prestação de serviço público ao cidadão e de potencializar a formação para a cidadania como forma de promover “desenvolvimento como liberdade” e possibilitar mais condições para alcançar igualdade e equidade de direitos aos estudantes. Contudo, Pieri (2018, p. 05) considera que “melhorar a qualidade da educação é desafiador” e, Oliveira e Araujo (2005, p. 06) reiteram que “é muito difícil, mesmo entre especialistas, chegar-se a uma noção do que seja qualidade de ensino”.

A definição de qualidade de ensino é considerada desafiadora e complexa por muitos especialistas. O ensino é uma área ampla e em constante transformação, o que significa que a qualidade não pode ser simplificada em apenas um aspecto ou métrica. Ela engloba uma variedade de elementos interligados, como o conhecimento dos conteúdos acadêmicos, o desenvolvimento de habilidades cognitivas e emocionais, a promoção do pensamento crítico e criativo, a adaptação às necessidades individuais dos alunos, entre outros. Esse consenso é compartilhado por especialistas e estudiosos do assunto.

Além do mais, a percepção sobre qualidade na educação pode ser bastante diversa conforme os contextos culturais, sociais e históricos, o que dificulta ainda mais a definição de critérios universais. Diante dessa complexidade, é fundamental estimular um diálogo constante e inclusivo que englobe vários participantes do sistema educacional. Dessa forma, será possível elaborar abordagens abrangentes e contextualizadas capazes de avaliar e promover de maneira eficaz a qualidade da educação em todos os aspectos.

Além disso e apontando outro desafio na educação brasileira, Souza (1998) destaca que a inovação advinda da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) se traduz pela tendência centralizadora na tomada de decisões, cuja coordenação da política nacional de educação é articulada pelo Ministério da Educação (MEC). Dessa forma, o MEC se torna um órgão central de comando executivo do sistema federal. Assim sendo, os sistemas estaduais, municipais e do Distrito Federal acabam perdendo boa parte da sua autonomia, uma vez que são subordinados à competência normativa de um órgão central.

Mesmo com avanços na elaboração de políticas públicas sociais e educacionais, ainda é possível perceber uma atuação adotada por agentes públicos baseada numa lógica especializada, centralizada e desarticulada, ocasionando um

dos principais problemas para o estabelecimento de redes intersetoriais, a precariedade comunicativa. Junqueira e Corá (2016, p. 10) destacam que:

[...] o desafio da intersetorialidade é transformar a perspectiva da administração pública, que deve deixar de ser verticalizada, compartimentada e fragmentada para se tornar integrada – o que romperia o paradigma setorial, uma vez que a estrutura organizacional setorializada e a comunicação insatisfatória são identificadas como elementos fundamentais a serem gerenciados na operacionalização da ação intersetorial.

Ademais, vale destacar a pesquisa “Cenários da exclusão escolar no Brasil”, publicada no ano de 2021 pela UNICEF, que apresenta resultados sobre a situação da educação brasileira no pós-pandemia de Covid-19, destacando que os desafios educacionais históricos ficaram mais intensificados. UNICEF – BRASIL (2021, p. 05) destaca que:

Então chegou a pandemia da Covid-19. E a desigualdade e a exclusão se agravaram ainda mais. Com escolas fechadas, quem já estava excluído ficou ainda mais longe de seu direito de aprender. E aqueles que estavam matriculados, mas tinham menos condições de se manter aprendendo em casa – seja por falta de acesso à internet, pelo agravamento da situação de pobreza e outros fatores – acabaram tendo seu direito à educação negado.

Entre as inúmeras situações desafiadoras, vale destacar as duras condições econômicas da maioria das crianças (principalmente das que residem na periferia), bem como a complexa exclusão social. Essas realidades tornam a escola, na maioria das vezes, em algo distante da vida de muitos brasileiros. A sobrevivência imediata é imperativa, assim, a escola fica relegada a segundo plano. UNICEF – BRASIL (2021, p. 30) afirma que:

Há alta relação entre pobreza e exclusão da escola. Apenas 9,9% dos que estavam fora da escola e tinham de 4 a 17 anos em 2019 vivem em famílias com mais de um salário mínimo per capita; 90,1% vivem em famílias com renda familiar per capita menor que um salário mínimo.

É um problema cíclico e que merece a devida atenção, pois, a ausência de escolarização impede que as pessoas acessem as melhores oportunidades de emprego e inserção social. A vulnerabilidade social, expressa pela necessidade de trabalhar e gerar renda, muitas vezes impede a permanência de muitos na escola pública. Segundo Sen (2010), questões econômicas estão intimamente ligadas à

privação ou à ampliação da liberdade (desenvolvimento), sendo a boa educação escolar um dos importantes fatores que velam por essa ampliação.

A pesquisa “Cenários da exclusão escolar no Brasil” demonstra que a exclusão por faixa de renda de outrora ficou intensificada no pós-pandemia da Covid-19, ou seja, um alerta para uma urgente tomada de decisão.

Assim, diante de inúmeros desafios históricos no contexto da educação e dos que surgem no pós-pandemia, a ausência de articulação e de planejamento descentralizado pode agravar e comprometer ainda mais a qualidade dos serviços prestados pela escola, bem como a prospecção de um futuro melhor e mais digno que, na concepção de Sen (2010), limita, estagna ou interrompe a liberdade como desenvolvimento, do pessoal ao coletivo.

Nesse sentido, Aranha (1997, p.19) afirma que “é importante estudar a educação sempre no contexto histórico geral, para se observar a concomitância entre as suas crises e a do sistema social”. O que está em jogo, segundo Cury (1997), é um processo de redefinição das atribuições e competências na área social, é a necessidade da reordenação do aparato político-institucional do Estado, ou seja, do rompimento com a setorialização na administração pública para atender o cidadão com mais objetividade e eficiência.

1.2 – As Políticas Setoriais

Após análise sobre burocracia e especialização do trabalho, reiteramos que esta pesquisa se propõe a analisar a intersetorialidade das políticas públicas no contexto da educação pública brasileira. Contudo, é necessário que deixemos bem delineados os conceitos que suscitam dessa discussão e a relação entre eles. Assim, essa subseção se destina à análise do conceito de políticas setoriais, a luz de algumas importantes obras, com a intenção de esclarecer ainda mais os interesses propostos na justificativa e nos objetivos desta pesquisa.

As políticas setoriais podem ser definidas como intervenções governamentais direcionadas a áreas específicas da sociedade ou da economia, visando resolver problemas ou promover desenvolvimento em setores específicos, como educação, saúde, meio ambiente, agricultura, transporte, entre outros. Essas políticas são formuladas e implementadas com base em objetivos específicos relacionados ao setor em questão e podem envolver a alocação de recursos, regulamentação,

incentivos fiscais, programas de investimento e outras medidas para atingir seus propósitos (Oliveira e Araujo, 2005).

Segundo Grisa (2014), políticas setoriais são "políticas públicas que se direcionam para um campo específico da realidade social, definindo os objetivos e metas a serem alcançados na esfera governamental". Isso implica que as políticas setoriais são elaboradas com base nas necessidades e características particulares de cada área, levando em consideração suas especificidades e desafios.

Veiga (2014) destaca que as políticas setoriais "são elaboradas para resolver problemas e atender demandas em áreas específicas, com base em diagnósticos e análises das condições e dinâmicas desses setores". Essa definição destaca a importância da análise detalhada das condições existentes em cada setor para a formulação de políticas eficazes e adequadas às suas necessidades.

Portanto, as políticas setoriais representam uma abordagem específica para lidar com questões e desafios em áreas específicas da sociedade, reconhecendo a diversidade de demandas e características de diferentes setores e buscando soluções adaptadas a cada contexto.

Ao longo da análise dos vários documentos que embasam esta pesquisa e das discussões sobre a políticas setoriais e intersectorialidade, deparamos com o argumento abaixo que sintetiza bem o avanço necessário nessa interlocução conceitual.

Garajau (2013, p.3), sobre o fato de tornar a interdisciplinaridade uma referência na execução das políticas públicas, argumenta:

[...] não significa acabar com as estruturas setorializadas, e sim obter meios para articulá-las em busca de resultados sinérgicos, visando à integração dos componentes específicos para a construção de um conhecimento comum. São mantidas [...] a especificidade de cada setor com o objetivo de torná-los interativos e articulados entre si na busca de resolutividade para problemas complexos na ordem social.

Assim, as políticas setoriais e a intersectorialidade das políticas públicas estão intrinsecamente interligadas, representando abordagens complementares na formulação e implementação de políticas governamentais.

Contudo, vale distinguir que, enquanto as políticas setoriais se concentram em resolver problemas específicos dentro de um determinado domínio, a intersectorialidade busca integrar múltiplos setores e saberes para enfrentar desafios

de difícil resolução e transcender as fronteiras tradicionais de planejamento, elaboração e execução de políticas públicas.

Assim, embora as políticas setoriais possam oferecer soluções especializadas, a intersetorialidade permite uma abordagem mais abrangente e integrada, promovendo sinergias entre diferentes áreas e maximizando o impacto das políticas públicas.

1.3 - Principais limitações das políticas públicas setorializadas

O desenvolvimento de políticas públicas setoriais é uma prática comum adotada por governos em todo o mundo para abordar desafios específicos em áreas distintas. No entanto, essa abordagem enfrenta uma série de limitações que podem comprometer sua eficácia e impacto (Lotta, 2014).

Uma das principais limitações das políticas públicas setoriais é a falta de coordenação e integração entre diferentes órgãos e níveis de governo. Muitas vezes, diferentes ministérios e agências governamentais desenvolvem e implementam políticas de forma isolada, resultando em uma abordagem fragmentada e desarticulada para lidar com problemas interconectados. Isso pode levar à duplicação de esforços, lacunas na cobertura e conflitos de interesse (Silva; Quintanilha; Dalbello-Araujo, 2022).

Além disso, a fragmentação das políticas setoriais pode dificultar a adoção de uma abordagem integrada para resolver problemas sociais. Por exemplo, questões como pobreza, saúde e educação estão frequentemente interligadas, e abordá-las de forma isolada pode limitar a eficácia das intervenções. A falta de integração entre políticas setoriais também pode resultar em soluções superficiais que não abordam as causas subjacentes dos problemas (Vieira *et al.*, 2015).

Outro desafio enfrentado pelas políticas públicas setoriais é a alocação inadequada de recursos. Como cada setor compete por financiamento e recursos limitados, pode haver uma distribuição desigual de recursos entre diferentes áreas, resultando em subinvestimento em setores críticos ou superinvestimento em áreas menos prioritárias. Isso pode comprometer a eficácia das políticas e reduzir seu impacto na melhoria das condições sociais e econômicas (Carmo, 2017).

Além disso, a avaliação de resultados é muitas vezes difícil devido à complexidade e multiplicidade de fatores envolvidos. A falta de indicadores claros e

mensuráveis de desempenho dificulta a avaliação do sucesso ou fracasso das políticas públicas setoriais, tornando difícil determinar quais estratégias são mais eficazes e quais precisam ser ajustadas ou abandonadas (Vieira *et al.*, 2015).

Deste modo, para superar as limitações próprias das políticas setoriais, é necessário adotar uma abordagem mais integrada e colaborativa na formulação e implementação de políticas públicas. Isso inclui o fortalecimento da coordenação intra e intergovernamental, a promoção da integração entre diferentes setores e a alocação mais eficiente e equitativa de recursos. Nesse percurso, é crucial desenvolver indicadores de desempenho claros e objetivos para monitorar e avaliar o impacto das políticas setoriais ao longo do tempo, a fim de garantir que as políticas públicas atendam às necessidades da sociedade de forma eficaz e sustentável (Lotta, 2014).

Ao analisarmos os vários autores que sustentam os argumentos dessa dissertação, percebemos que ação intersetorial é o contraponto necessário à superação dos desafios apresentados. Nesse sentido, sobre o modelo intersetorial, Santos (2011, p.26) descreve como: "contratualização de relações entre diferentes setores, onde responsabilidades, metas e recursos são compartilhados, compatibilizando uma relação de respeito à autonomia de cada setor, mas também de interdependência".

No mesmo sentido, Inojosa (2001, p.105) reitera, dizendo que a intersetorialidade diz respeito à "[...] articulação de saberes e experiências com vistas ao planejamento, para a realização e avaliação de políticas, programas e projetos, com o objetivo de alcançar resultados sinérgicos em situações complexas".

A intersetorialidade das políticas públicas desempenha um papel fundamental na superação das limitações inerentes às abordagens setoriais. As políticas setoriais frequentemente carecem de uma visão ampla dos problemas sociais, econômicos e ambientais para a superação das soluções fragmentadas e inadequadas. Ao promover a colaboração entre diferentes setores governamentais e partes interessadas, a intersetorialidade permite uma compreensão mais completa e integrada dos desafios enfrentados, facilitando a implementação de medidas mais eficazes e sustentáveis.

No entanto, diante da burocracia, da especialização do ofício e da setorialização das políticas públicas, a adoção da intersetorialidade também enfrenta desafios significativos. As estruturas organizacionais tradicionais muitas vezes são

rígidas e hierárquicas, dificultando a cooperação e a coordenação entre os diferentes setores. Além disso, interesses políticos e burocráticos podem criar obstáculos à integração efetiva, resultando em resistência à mudança e dificuldades na alocação de recursos. Assim, embora a intersetorialidade ofereça oportunidades para abordagens mais abrangentes e eficientes às políticas públicas, sua implementação requer um compromisso significativo com a colaboração, a coordenação e a superação de barreiras institucionais.

A origem do conceito “intersetorialidade” emerge da necessidade de superação do excesso de rigidez proveniente da setorialização da ação burocrática do Estado, tal como indicou Weber. Silva *et al.*(2022, p. 74) sobre a burocracia, destaca que:

São notórias as limitações das gestões tradicionais, em especial, na oferta de serviços, assim como na execução, em virtude da hierarquização, setorialização e fragmentação das políticas públicas. A falta desta ação conjunta é um dos entraves da política social brasileira.

A especialização da burocracia representa um desafio para a efetivação de realidades intersetoriais. Enquanto a especialização permite um foco mais profundo em áreas específicas de atuação, também pode resultar em estruturas organizacionais independentes, com dificuldades de comunicação e cooperação entre os diferentes setores, o que contrapõe a abordagem intersetorial.

Amaral, (2015) a respeito da intersetorialidade, confirma que essa se apresenta como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento de políticas sociais, uma vez que promove a superação do pensamento isolado e fragmentado. Isso resulta na criação de uma abordagem mais alinhada, eficiente e integrada entre as diferentes áreas de atuação, evitando a redundância de atos, burocracia excessiva, a tendência à endogenia dentro dos departamentos públicos e a proliferação de ações prescritivas que apenas reforçam a fragmentação.

Assim, a intersetorialidade se volta para uma gestão que busca eficiência, eficácia e abrangência na execução das políticas públicas, permitindo a colaboração entre diferentes setores governamentais, transcendendo as formas tradicionais de agir das organizações.

Por fim, encontrar o equilíbrio entre a especialização necessária para lidar com questões técnicas e a colaboração exigida pela ação intersetorial é crucial para alcançar resultados significativos na implementação de políticas públicas.

1.4 - Intersetorialidade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade

O objetivo deste trabalho é o de discutir a importância da participação de vários setores estatais na elaboração de políticas públicas educacionais. Nesse sentido, utilizamos esta subseção para estabelecer a distinção entre intersectorialidade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Contudo, destaca-se que em vários momentos da prática intersectorial esses conceitos se tornam relevantes diante das inúmeras discussões e práticas que surgem.

A intersectorialidade refere-se à integração entre diferentes setores, tanto na elaboração quanto na implementação e monitoramento de políticas públicas. Essa perspectiva destaca a importância de coordenar e organizar diversas políticas sociais, de forma a potencializar sua integração, maximizando seus impactos positivos. Isso implica em planejamento e gestão compartilhada, buscando convergência de esforços para alcançar objetivos comuns e otimizar recursos.

A intersectorialidade visa superar desafios de difícil compreensão, promovendo desenvolvimento social e equidade por meio da articulação de saberes e experiências (Silva *et al.*, 2022). Ademais, intersectorialidade é “articulação entre sujeitos de setores diversos, com diferentes saberes e poderes com vistas a enfrentar problemas complexos” (Warschauer e Carvalho, 2014, p. 193).

Em relação a interdisciplinaridade, essa envolve a intensificação das trocas entre diferentes disciplinas dentro de um projeto ou área de estudo. Trata-se de um processo onde a colaboração entre disciplinas ou setores heterogêneos de uma mesma ciência promove interações significativas e intercâmbios, enriquecendo a atuação de cada disciplina envolvida. A interdisciplinaridade não busca unificar o saber, mas sim explorar as potencialidades de cada ciência, respeitando sua diversidade e criatividade. É fundamental para abordar questões complexas, como por exemplo as que envolvem políticas públicas, onde a interação entre diversos saberes é essencial para uma atuação efetiva (Silva *et al.*, 2022).

A transdisciplinaridade representa um nível de integração disciplinar além da interdisciplinaridade, envolvendo uma abordagem que transcende os limites das disciplinas individuais. Vai além da integração e da reciprocidade entre as ciências, adentrando um espaço onde as fronteiras entre elas se tornam indistintas e se fundem em uma abordagem unificada. Esta abordagem propõe uma visão

integradora, que rompe com as fronteiras disciplinares, buscando compreender e abordar problemas de forma global e sistêmica. É uma proposta recente no campo epistemológico, que enfatiza a interconexão e interdependência entre diferentes áreas de conhecimento (Maldonado, 2016).

Macerata *et al.* (2020, p. 422), destacam que no contexto prático os conhecimentos se influenciam mutuamente, resultando em uma constante redefinição de seus limites e interações, e sobre isso acrescenta:

[...] as ações transdisciplinares tornam difusa a fronteira entre os saberes. Esta prática diz respeito à troca de experiência na equipe onde se trabalha. Quando um trabalhador se deixa tocar pela perspectiva do outro, faz variar sua própria perspectiva e ação para além do saber de sua competência. O que se torna transdisciplinar são as ações da equipe na relação com o usuário, e não os profissionais. A ação é transdisciplinar quando deixa de ser propriedade de um agente.

A interação entre diferentes setores e disciplinas permite uma visão mais abrangente dos problemas sociais e a formulação de soluções mais eficazes. Assim, a participação de vários setores e diferentes profissionais é relevante para garantir uma abordagem integrada que atenda às necessidades da população de forma efetiva e equitativa (Silva *et al.*, 2018).

Por fim, Parsons (2007) considera que faz parte do caráter constitutivo das políticas públicas serem multimetodológicas, multidisciplinares e integradoras de conhecimento, a fim da democratização da sociedade.

2 – A INTERSETORIALIDADE NO BRASIL

Neste capítulo, descrevemos a evolução da perspectiva intersetorial das políticas públicas no Brasil, bem como a relação dessa com a educação.

A história da intersetorialidade das políticas públicas no Brasil é marcada por uma evolução gradual ao longo do tempo, com diferentes fases e abordagens. Assim, foi necessário realizar uma breve retrospectiva histórica sobre a intersetorialidade das políticas públicas no Brasil..

Décadas de 1930 a 1950: no início do período Vargas, o Estado brasileiro centralizou-se, e as políticas públicas eram predominantemente focadas em áreas específicas, como saúde, educação e trabalho. Não havia uma abordagem clara de intersetorialidade, já que a atuação estatal estava dividida em ministérios setoriais.

Décadas de 1960 e 1970: com o regime militar, houve um aumento da centralização do poder, e as políticas públicas ainda eram implementadas de forma setorial, sem uma integração significativa entre diferentes áreas. O planejamento econômico centralizado era a prioridade, e isso muitas vezes limitava a colaboração entre os diversos setores (Junqueira, 1999; Höfling, 2001).

Década de 1980: com a redemocratização, houve um aumento da participação da sociedade civil e uma maior conscientização sobre a necessidade de coordenação entre políticas públicas para enfrentar problemas de difícil compreensão. A Constituição de 1988 trouxe importantes avanços ao estabelecer princípios como a universalidade e a descentralização, incentivando maior cooperação entre os níveis de governo e áreas de atuação. Assim, a Constituição de 1988 consagrou o princípio da participação social e conferiu aos cidadãos o direito de participar do processo decisório em diversos espaços institucionalizados.

Durante a redemocratização do Brasil, a participação popular começou a ganhar destaque como um componente importante das políticas públicas. A Constituição de 1988 consolidou a participação social como princípio fundamental e instituiu os conselhos como mecanismos de participação cidadã. Nesse contexto, a intersetorialidade começou a ser abordada como forma de lidar com desafios complexos (Monnerat e Souza, 2010; Krawczyk e Vieira, 2008).

Década de 1990: com a promulgação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1990, o Brasil começou a experimentar abordagens mais intersetoriais na área de saúde. O SUS promoveu a articulação entre saúde e outras áreas, como

saneamento básico, educação e assistência social, para melhorar as condições de saúde da população. A intersetorialidade na saúde não foi simplesmente articular com os serviços de outras áreas, mas implicou na definição de políticas setoriais que permitiam a construção de uma rede de proteção social. Assim, houve um esforço para integrar as políticas públicas por meio de programas e ações intersetoriais. O Programa Saúde da Família (PSF), por exemplo, buscava promover ações integradas entre saúde, educação e assistência social (Brasil, 2011).

Década de 2000: com a criação de programas sociais como o Bolsa Família, houve uma maior integração entre diferentes áreas, como saúde, educação e assistência social, para combater a pobreza e a desigualdade. No entanto, ainda havia desafios na coordenação entre os setores e nos níveis de governo.

Outro marco foi a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, momento que consagrou a abordagem intersetorial na área de assistência social. Os conselhos de políticas públicas ganharam maior relevância como espaços de deliberação e formulação de políticas (Carvalho, 2011).

Década de 2010: a intersetorialidade ganhou destaque crescente com a necessidade de enfrentar problemas complexos, como violência, desigualdade e desenvolvimento sustentável. Programas como o Plano Brasil Sem Miséria e o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Mulher buscaram a colaboração entre diferentes setores e níveis de governo (Monnerat e Souza, 2010).

O Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016) trouxe a importância da intersetorialidade na promoção do desenvolvimento infantil. Houve também esforços para integrar políticas nas áreas de educação, saúde e assistência social, visando a atender de forma mais abrangente e eficaz as necessidades da população.

A partir de 2020: nos anos mais recentes, a intersetorialidade permanece como um desafio e uma necessidade na implementação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas. A pandemia da COVID-19 destacou ainda mais a importância da colaboração entre diferentes setores para enfrentar crises. Assim, a intersetorialidade se tornou uma necessidade para a construção de políticas públicas que sejam capazes de responder às demandas, que não são de simples compreensão, da sociedade contemporânea (UNICEF – BRASIL, 2021).

A partir da Constituição Federal do Brasil de 1988, o foco das políticas públicas deixou de ser apenas o de satisfazer as necessidades básicas da

população, mas se voltou para as garantias dos direitos sociais em função do atendimento das carências e dos excluídos.

Essa mudança de perspectiva quanto a elaboração das leis ocorreu pela influência de várias forças sociais. Essa realidade permitiu que os considerados carentes e excluídos passassem para a condição de sujeitos de direitos. Nesse momento histórico, saúde, educação, emprego, habitação foram associados à qualidade de vida com mais ênfase. Assim, as políticas públicas sociais começaram a ser elaboradas como direito do cidadão e dever do Estado, tendo como fator principal uma distribuição mais equitativa da riqueza.

Por intermédio da Constituição Federal do Brasil de 1988 inicia-se a construção prática da perspectiva de cidadania pelo estabelecimento de uma nova relação entre Estado e sociedade (Góes e Machado, 2013).

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, tornou-se relevante pensar sobre as alterações na performance do Estado, ou seja, a necessidade da reorganização do aparato burocrático governamental pelo predomínio do surgimento de críticas às organizações e instituições estatais que para muitos eram antidemocráticas, diante da ineficiência administrativa e do alto custo dos serviços prestados à sociedade.

Nesse período surge a necessidade de modernizar a economia do Estado, momento em que a descentralização passa a ser associada à racionalização do dinheiro público. Foi quando se pensou na necessidade de romper com a centralização e na adoção da ideia de agilidade, eficiência e eficácia da gestão das políticas públicas sociais.

Diante das incertezas que cercavam a humanidade, as organizações e instituições sociais governamentais, ao pensarem novas perspectivas teóricas e práticas de atuação, passaram a olhar para fora das instituições, para o futuro, e tentar prever possíveis mudanças.

Assim, sob tantas influências, entre elas a perspectiva da democratização, o Estado passou a buscar novos formatos de atuação e controle social.

Assim, surgiu a ideia de intersetorialidade como perspectiva da descentralização para uma melhor gestão das políticas públicas sociais. O conceito intersetorialidade abarcou a ideia de integração de conhecimento, de unidade territorial e de equidade, ou seja, de garantir ao cidadão o acesso aos direitos sociais. Bellini *et al.* (2014, p. 5) reitera que:

[...] a intersectorialidade é considerada um modelo de gestão que visa romper com a fragmentação das políticas sociais, trazendo inclusive uma transformação de conceitos, ações e maneiras de pensar a prestação de serviços sociais e a relação que se dá entre esta prestação de serviços, o Estado e os cidadãos.

A inovação, pelo nascer da perspectiva intersectorial, significa conhecer os indivíduos que utilizam e dependem dos serviços prestados pelos equipamentos públicos. Deste modo, foi possível estabelecer uma ligação entre a realidade interna, a externa e a articulação de um novo conhecimento organizacional. Envolveu concepções, ideais e a possibilidade de recriação do mundo por uma lógica de diálogo possível

A descentralização do poder de decisão nessa lógica não se estabelece na desmontagem do aparato estatal para a redução de gastos, mas baseia-se na necessidade de ordená-lo a partir da lógica das demandas sociais e da preservação dos direitos sociais já conquistados. A perspectiva intersectorial não pode ser entendida como um processo de terceirização das responsabilidades estatais. Contudo, a perspectiva intersectorial considera que os problemas sociais e suas soluções devem ser analisados em sua integralidade, pelo viés da complexidade da realidade social.

Assim, solução ou amenização das demandas não se esgotam no âmbito de uma única política pública social. É o estabelecimento de vínculos horizontais, interdependentes e complementares entre diferentes organizações e instituições estatais ou vinculadas à sociedade civil organizada.

Por estar centrada nas pessoas, na organização do ambiente social, na solução integrada das demandas sociais, bem como na racionalização do uso do dinheiro público, a intersectorialidade é a tentativa de conciliação entre democracia política e a democracia econômica. É a democratização do acesso aos direitos sociais e a geração de desenvolvimento (seja econômico ou social) pela utilização do bem público necessário, bem distribuído e eficientemente usado (Góes e Machado, 2013).

Afim de gerar um melhor aproveitamento dos recursos públicos e de uma administração mais ágil na gestão das políticas públicas é que esse redesenho das estruturas estatais e das relações políticas pela descentralização se fez necessário.

A partir da Constituição Federal de 1988, acredita-se que a descentralização permite uma melhor interlocução entre Estado e sujeitos sociais. Essa mudança foi

importante quando se pensa conscientemente na estratégia adequada à solução dos problemas enfrentados, principalmente àqueles que afetam a população economicamente desfavorecida, pois permite ações coordenadas entre diferentes áreas e setores do Estado (Góes e Machado, 2013).

Braga (2009, p.12) destaca que “com a necessidade da construção de uma nova escola voltada para as mudanças e inovações, [essa] deverá contar com um projeto que tenha a participação de todos os envolvidos”.

As discussões sobre o tema intersetorialidade no campo das políticas públicas em educação, além de recentes, são atravessadas por inúmeros desafios que demandam diálogo e articulação de estratégias com outros agentes sociais. Em educação, as bases dos procedimentos adotados ainda estão fundados no modelo de setorialização e no funcionamento atrelado à prática de isolamento (Faler *et al.*, 2016).

2.1 - A relevância da intersetorialidade nas políticas educacionais

Para se almejar qualidade de vida é preciso entender que os problemas sociais de determinado território demandam uma visão abrangente para se alcançar soluções eficientes e o atendimento das necessidades do cidadão contemporâneo (Junqueira, 2005).

A abordagem intersetorial é caracterizada como uma estratégia que visa à colaboração entre diversos setores e agentes em torno de um objetivo comum. De acordo com a definição de Silveira *et al.* (2019), a intersetorialidade envolve a articulação e cooperação entre diferentes segmentos da sociedade na busca por soluções abrangentes e multifacetadas. Nessa perspectiva, a intersetorialidade é uma maneira de superar as limitações das ações isoladas de cada setor e promover uma atuação mais integrada e eficaz.

No âmbito educacional, a intersetorialidade desempenha um papel fundamental na promoção de uma educação integral e de qualidade. Segundo Lotta (2016), a intersetorialidade na educação consiste na integração e articulação de políticas, programas e serviços educacionais com outras áreas, como saúde, assistência social, cultura, esporte e lazer, meio ambiente, trabalho e renda, entre outras. Dessa forma, a intersetorialidade na educação busca superar as limitações

das ações educacionais isoladas e promover uma atuação mais abrangente e integrada.

Além disso, a intersetorialidade na educação pode contribuir para a redução das desigualdades educacionais, conforme ressaltado por Góes e Machado (2013). Nesse sentido, a intersetorialidade na educação é uma forma de promover uma atuação mais inclusiva.

A intersetorialidade na educação é estimulada por meio de parcerias entre diversos atores, como Governos, organizações não governamentais, universidades e empresas. Conforme destacado por Wanderley *et al.* (2020), a intersetorialidade na educação deve ser incentivada por meio da colaboração entre diferentes atores e setores, como gestores públicos, educadores, pais e estudantes, com o objetivo de construir uma agenda compartilhada e buscar soluções mais integradas e eficazes.

A importância da intersetorialidade das políticas públicas em educação se fundamenta a partir das seguintes perspectivas constatadas:

Ações amplas: a intersetorialidade permite uma compreensão mais abrangente das necessidades e desafios dos alunos e suas famílias, abordando as dimensões sociais, econômicas e de saúde que afetam a educação (Cavaliere, 2014; Junqueira e Corá, 2016).

A intersetorialidade permite uma abordagem mais extensa e profunda para enfrentar os problemas educacionais. Ela reconhece que os fatores que afetam o sucesso educacional das crianças e jovens são multifacetados e interligados. Abordar apenas um aspecto isoladamente pode não levar a resultados eficazes.

Eficiência no uso dos recursos públicos: ao compartilhar informações, recursos e expertise entre diferentes setores, é possível otimizar a destinação de recursos e evitar duplicação de esforços na implementação de políticas públicas. Em suma, a colaboração entre diferentes setores pode permitir uma alocação mais eficiente dos recursos disponíveis (Wanderley *et al.*, 2020; Góes e Machado, 2013).

Melhoria da qualidade da educação: questões como saúde, nutrição, segurança e bem-estar emocional têm um impacto direto no desempenho educacional. A prática intersetorial visa melhorar a qualidade da educação, por meio de ações bem articuladas que garantem que os estudantes tenham o suporte necessário para aprender e se desenvolver plenamente ao longo do percurso escolar (Sousa *et al.*, 2017).

A intersectorialidade na educação possui implicações significativas para o sistema educacional brasileiro. Ao adotar abordagens intersectoriais, o Brasil pode enfrentar desafios e buscar soluções de forma mais abrangente, promovendo uma educação mais integral e de qualidade. Algumas implicações específicas incluem as que seguem.

Melhoria das condições de vida dos estudantes: a intersectorialidade permite que sejam abordadas não apenas as questões educacionais, mas também outras dimensões que impactam diretamente a vida dos estudantes, como saúde, nutrição, assistência social e cultura. Isso contribui para a criação de ambientes mais propícios ao aprendizado, atendendo às necessidades básicas e desenvolvendo habilidades socioemocionais (Bronfenbrenner, 1994).

Redução das desigualdades educacionais: a intersectorialidade na educação possibilita a identificação e o combate às desigualdades existentes, considerando as diferentes realidades e necessidades dos estudantes. Ao articular políticas e programas de diferentes setores, é possível promover uma educação mais inclusiva, garantindo igualdade de oportunidades para todos, independentemente de suas origens socioeconômicas ou geográficas (Dubet, 2008).

Ampliação do acesso e da permanência na escola: a integração de setores como transporte, assistência social e saúde pode contribuir para superar obstáculos que dificultam o acesso e a permanência dos estudantes na escola. Por exemplo, ao fornecer transporte escolar adequado, garantir alimentação saudável e oferecer suporte social e psicológico, é possível reduzir as taxas de evasão escolar e melhorar a frequência e a participação dos alunos.

Fortalecimento da relação entre escola e comunidade: a intersectorialidade envolve a participação ativa de diferentes atores da comunidade, como famílias, organizações da sociedade civil e empresas locais. Isso fortalece a relação entre a escola e a comunidade, promovendo parcerias, engajamento e compartilhamento de responsabilidades. Essa cooperação contribui para a construção de um ambiente educacional mais rico, diversificado e alinhado com as demandas locais (Senhoras, 2007).

Melhoria da efetividade das políticas e programas educacionais: a integração de diferentes setores permite uma abordagem mais abrangente na formulação e implementação de políticas educacionais. Isso favorece a troca de conhecimentos, a colaboração entre especialistas de diferentes áreas e a maximização dos recursos

disponíveis. Com uma abordagem intersetorial, é possível identificar sinergias, evitar sobreposições e criar estratégias mais eficazes para alcançar os objetivos educacionais (Garajau, 2013).

Inovação: a colaboração entre diferentes setores pode levar a soluções inovadoras e criativas para os desafios educacionais. A diversidade de perspectivas e experiências pode gerar novas ideias e abordagens voltadas à resolução de problemas educacionais complexos. Franzini (2017, p. 21) concebe a intersetorialidade como “elemento impulsionador de novas posturas gerenciais rumo ao atendimento desse conjunto de direitos indivisíveis, intransponíveis e intransferíveis”.

Longevidade e sustentabilidade: as políticas públicas educacionais intersetoriais tendem a ter uma maior probabilidade de serem sustentáveis ao longo do tempo. A cooperação entre vários setores pode criar uma consciência, um compromisso e práticas duradouras com os objetivos educacionais consolidados, independentemente das mudanças de governo ou de outros fatores (Garajau, 2013).

Para Santos *et al.* (2023), a intersetorialidade é uma importante ferramenta à promoção das políticas educacionais, pois a colaboração entre diferentes setores, como saúde, assistência social e educação, pode contribuir para a amenização das desigualdades educacionais e melhorar o desenvolvimento integral das crianças.

Santos e Dias (2012), ao analisar a relevante relação entre a educação integral e a necessidade de articulação entre as políticas públicas, argumenta que uma abordagem intersetorial pelo multiprofissionalismo pode fortalecer a educação integral, considerando a necessidade de atendimento das dimensões físicas, emocionais e sociais imprescindíveis ao desenvolvimento humano.

Nesse mesmo contexto, a Portaria Normativa Interministerial N° 17, de 24 de abril de 2007, que trata sobre o Programa Mais Educação, aborda que a intersetorialidade é importante estratégia na implementação de políticas educacionais mais abrangentes. O documento enfatiza a importância da colaboração entre diferentes ministérios e órgãos governamentais para promover uma educação mais equitativa e com mais qualidade.

A intersetorialidade das políticas públicas em educação é um tema de extrema relevância no contexto brasileiro, uma vez que a educação não é um campo isolado, mas está intrinsecamente ligado a diversas outras áreas, como saúde, assistência social, cultura, entre outras. Essa abordagem colaborativa e articulada

pode proporcionar um impacto positivo, mais abrangente e sustentável na melhoria da educação e no desenvolvimento integral dos estudantes (Santos e Dias, 2012).

Na perspectiva de Almeida e Dias (2015), a intersetorialidade nas políticas públicas de educação busca romper com uma visão fragmentada das ações, reconhecendo a complexidade das questões sociais e seus múltiplos determinantes, promovendo o diálogo e a articulação entre diferentes áreas do governo e da sociedade civil.

Ademais, Santos e Dias (2012) afirmam que a intersetorialidade é fundamental para enfrentar desafios como a evasão escolar e a baixa qualidade do ensino, pois permite a elaboração de ações conjuntas que abordem as múltiplas dimensões que impactam o processo educativo.

Assim, ao ser implementada, a abordagem intersetorial pode ter um impacto significativo na melhoria da qualidade da educação e no desenvolvimento integral das crianças e jovens (Silva *et al.*, 2016).

3 – METODOLOGIA

Este capítulo é dedicado a explicar a metodologia do trabalho. Optamos pela revisão sistemática de literatura, uma vez que essa técnica de investigação permite conhecer o “estado da arte” sobre o tema pesquisado.

Ademais, utilizamos esse espaço para expor também os critérios adotados para a busca dos artigos selecionados, os critérios de inclusão/exclusão dos artigos científicos selecionados, o processo de extração das informações, bem como as implicações dos resultados da revisão de literatura no contexto da educação.

A revisão sistemática de literatura destaca-se por ser uma ferramenta rigorosa em pesquisas científicas, pois permite a organização estruturada de evidências. Um dos principais pontos positivos desse método é sua capacidade de reduzir distorções ao oferecer uma perspectiva abrangente e imparcial sobre um assunto em particular.

De acordo com Kitchenham (2004), a revisão sistemática demanda uma busca minuciosa na literatura existente, a aplicação de critérios de inclusão e exclusão bem delineados, bem como a avaliação criteriosa dos estudos escolhidos. Isso assegura que todas as evidências relevantes sejam consideradas, resultando em conclusões mais robustas e confiáveis. Ao adotar um protocolo predefinido, as revisões sistemáticas garantem a reprodução dos resultados, um diferencial para a validação no âmbito científico.

Uma das vantagens significativas da revisão sistemática da literatura é sua contribuição na identificação de lacunas no conhecimento e a orientação de futuras investigações. Ao realizar uma análise metódica dos estudos disponíveis, os pesquisadores podem mapear áreas que carecem de mais investigação, promovendo um avanço mais direcionado e eficiente no campo de estudo.

Tranfield, Denyer e Smart (2003) destacam que essa metodologia não apenas sintetiza o que já é conhecido, mas também revela inconsistências e limitações nas evidências atuais, informando tanto acadêmicos quanto formuladores de políticas sobre as direções mais promissoras para novas pesquisas. Dessa forma, a revisão sistemática da literatura é fundamental para a ciência baseada em evidências, fornecendo uma base sólida para o desenvolvimento de teorias e a tomada de decisões informadas.

Ferenhof e Fernandes (2016) expõem que a revisão de literatura é o alicerce do texto científico, pois o contato com esse tipo de texto possibilita que o

pesquisador se identifique com os autores que discutem a problemática do tema pesquisado.

Do mesmo modo, a Portaria Normativa do Ministério da Educação (MEC) Nº 17, de 28/12/2009, em seu artigo 07, parágrafo 03, considera que uma revisão sistemática de literatura aprofundada é importante estratégia a ser adotada para o desenvolvimento da pesquisa de mestrado e sua implementação.

Portanto, para realizar essa revisão, foram seguidas etapas específicas que permitiram a busca, seleção e avaliação dos estudos relevantes.

3.1 - Critérios na busca dos artigos selecionados

Inicialmente, foi realizada uma busca sistemática em bases de dados acadêmicos, bibliotecas virtuais e periódicos científicos. A busca foi conduzida utilizando-se termos-chave relacionados à intersecção entre políticas públicas, educação e intersetorialidade e políticas públicas intersetoriais em educação. O período de inclusão dos estudos foi definido de 2012 a 2022, visando abranger uma década recente e relevante para o contexto da pesquisa.

Para garantir a qualidade e relevância dos estudos selecionados, optamos por incluir apenas artigos provenientes de revistas classificadas como Qualis A1 e A2, como mostra o Quadro 1 a seguir. Essa escolha foi feita com o objetivo de assegurar a utilização de fontes confiáveis e reconhecidas na área de estudo, que apresentassem um rigoroso processo de revisão.

Quadro 1 – Seleção dos Estudos

Nome da Revista (ANO)	Título	Autor (a)	Classificação (Qualis)	ISSN
1 - Educação & Realidade (2013)	Políticas Educativas, Intersectorialidade e Desenvolvimento Local	Flávia Temponi Góes Lucília Regina de Souza Machado	A1	2175-6236
2 - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (2019)	A generificação da intersectorialidade no Programa Saúde na Escola	Catharina da Cunha Silveira Dagmar Elisabeth	A1	2176-6681

		Estermann MeyerIII		
		Jeane Félix		
3 - Serviço Social & Sociedade (2020)	Intersetorialidade nas Políticas Públicas	Mariangela Belfiore Wanderley Maria Lúcia Martinelli Rosangela Dias O. da Paz	A1	0101-6628
4 - Ciência & Saúde Coletiva (2016)	Referencial teórico sobre práticas intersetoriais em Promoção da Saúde na Escola	Carlos dos Santos Silva Regina Cele de Andrade Bodstein	A2	1413-8123
5 - Ciência & Saúde Coletiva (2017)	A intersectorialidade no Programa Saúde na Escola: avaliação do processo político-gerencial e das práticas de trabalho	Marta Caires de Sousa Monique Azevedo Esperidião Maria Guadalupe Medina	A2	1413-8123
6 - Ciência & Saúde Coletiva (2014)	Intersetorialidade, determinantes socioambientais e promoção da saúde	Kênia Lara Silva Roseni Rosângela Sena Marco Akerman Stephanie Marques Moura Belga Andreza Trevenzoli Rodrigues	A2	1413-8123

7 - Práxis Educativa (2015)	Educação e lazer: analisando os contextos do Programa Escola Integrada de Belo Horizonte	Marcília de Sousa Silva Hélder Ferreira Isayama	A2	1809-4309
8- Perspectiva (2019)	Colaborações entre professores e monitores do Programa Escola Integrada de Belo Horizonte	Cibelle Braga Adriana Duarte	A2	2175-795X
9 - Em Aberto (2017)	Novos sujeitos docentes e suas condições de trabalho: uma comparação entre o Programa Escola Integrada e o Projeto Educação em Tempo Integral	Ana Maria Clementino Dalila Andrade Oliveira	A2	0104-1037
10 - Cadernos De Saúde Pública (2018)	Rede intersetorial do Programa Saúde na Escola: sujeitos, percepções e práticas	Antônio Paulo Gomes Chiari	A1	1678-4464
11 - Jornal De Políticas Educacionais (2017)	Políticas de Educação Integral em Tempo Integral no Estado de São Paulo: modelos e experiências	Cláudia da Mota Darós Parente	A2	1981-1969
12 - Revista Eletrônica Educere et Educare (2017)	A Problemática da violência no ambiente da escola: possibilidades de discussão a partir do Projeto Político Pedagógico	Josenilson Viana Guedes Gislaine Felix de Oliveira Alda Maria Duarte Araújo Castro	A2	1409-4258
13 - Cadernos De Saúde Pública (2014)	Saúde e povos indígenas no Brasil: o desafio da formação e	Eliana Elisabeth Diehl		

	educação permanente de trabalhadores para atuação em contextos Interculturais	Marcos Antonio Pellegrini	A2	1678-4464
14 - Revista de Sociologia e Política (2016)	Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil	Gabriela Lotta Arilson Favareto	A1	1678-9873
15 - Ciência & Saúde Coletiva (2014)	Saúde, meio ambiente e território: uma discussão necessária na formação em saúde	Cinoélia Leal de Souza Cristina Setenta Andrade	A2	1413-8123
16 - Educação & Sociedade (2014)	Escola Pública de Tempo Integral no Brasil: Filantropia ou Política de Estado?	Ana Maria Cavaliere	A2	1678-4626
17 - Revista de Administração Pública (2020)	O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19	Regina Helena Rosa Sambuichi <i>et al.</i>	A2	1982-3134
18 - Ciência & Saúde Coletiva (2013)	A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional	Albaneide Maria Lima Peixinho	A2	1413-8123
19 - Revista Panamericana de Salud Publica (2013)	Programa Bolsa Família e segurança Alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura	Rosângela Minardi Mitre Cotta Juliana Costa Machado	A2	1680-5348
20 - Debates Em Educação (2019)	Análise do aumento no Índice de Desenvolvimento da Educação	Guilherme José Santini		

	Básica (IDEB) em Escola Pública Municipal De Garantã Do Norte/MT No Período 2007-2017	Josiele Maiara Fuzinato	A2	2175-6600
21 - Ensaio - Avaliação E Políticas Públicas Em Educação (2014)	Índice Socioeconômico das Escolas de Educação Básica Brasileiras	Maria Teresa Gonzaga Alves José Francisco Soares Flavia Pereira Xavier	A2	0104-4036
22 - Práxis Educativa (2013)	A avaliação de políticas educacionais por meio da abordagem teórico-analítica do ciclo de políticas	Paulo Gomes Lima Ana Lúcia Marran	A2	1809-4309

Fonte: Autoria própria

Uma vez selecionados os artigos, realizamos à avaliação crítica dos mesmos. Cada estudo foi analisado individualmente, considerando sua relevância para o tema, a metodologia utilizada, os resultados obtidos e a contribuição para a pesquisa. Essa avaliação crítica permitiu identificar a consistência dos estudos e verificar a coerência das informações apresentadas.

Após a avaliação dos estudos, os artigos foram organizados em categorias temáticas, de forma a possibilitar uma análise mais aprofundada dos diferentes aspectos da intersecção entre políticas públicas e intersectorialidade em educação. Essa organização permitiu identificar tendências, lacunas e contribuições na produção científica sobre o tema.

É importante ressaltar que a revisão sistemática da literatura possui algumas limitações, como a dependência da disponibilidade e qualidade dos estudos já publicados, além da subjetividade na seleção e avaliação dos artigos. No entanto, esse método permite uma abordagem ampla e sistemática do conhecimento produzido, possibilitando uma visão abrangente sobre o tema estudado (Stetler, 1998).

Por fim, ao estudar o tema políticas públicas em educação e intersetorialidade no período de 2012 a 2022, os resultados obtidos foram examinados e discutidos de forma aprofundada, fornecendo subsídios para a compreensão do estado da arte na produção científica estudada. Essa análise contribuiu para identificar lacunas no conhecimento existente e apontar direções para pesquisas futuras na área.

3.2 - Critérios de inclusão/exclusão de artigos

Na metodologia de revisão sistemática de literatura, a fase de definição de critérios de inclusão e exclusão é muito relevante. Essa etapa delimita os parâmetros que irão determinar quais estudos serão abordados na análise.

Petticrew e Roberts (2006) consideram que essa fase assegura a relevância e a qualidade dos estudos selecionados, ao especificar claramente quais características os artigos devem possuir para serem incluídos ou excluídos da revisão. Ao estabelecer critérios de maneira rigorosa, os pesquisadores asseguram que a revisão seja focada e coesa, o que resulta em conclusões mais relevantes e acuradas.

Além do mais, estabelecer criteriosamente os critérios de inclusão e exclusão contribui significativamente para a transparência e a replicabilidade do estudo. Conforme Higgins e Green (2011), essa prática possibilita que outros pesquisadores compreendam e recriem o processo de seleção de estudos, algo crucial para a validação e a confiança dos resultados da revisão sistemática. Registrar de maneira minuciosa os critérios adotados e os motivos por trás da inclusão ou exclusão de cada estudo fornece uma base sólida para justificar as decisões tomadas ao longo da revisão.

Segundo Ganong (1987), os critérios de amostragem devem ser claros e garantir a representatividade da amostra. O autor sugere que a melhor abordagem seria a inclusão de todos os estudos encontrados ou a seleção randomizada dos mesmos. Caso essas duas possibilidades não sejam viáveis, os critérios de inclusão/exclusão de artigos devem ser claramente expostos e discutidos.

Nesse contexto, para garantir a qualidade e relevância dos estudos selecionados, optamos por incluir apenas artigos provenientes de revistas classificadas como Qualis/CAPES A1 e A2.

Além das bases de dados acadêmicas, bibliotecas virtuais e periódicos científicos, a pesquisa também utilizou sites de busca confiáveis de trabalhos acadêmicos, como o Google Acadêmico e o Scielo. Esses sites são reconhecidos por sua ampla cobertura de artigos científicos de diversas áreas do conhecimento.

Nesse sentido, foi realizada uma verificação da classificação Qualis de cada revista na plataforma Sucupira da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Vale ressaltar que a plataforma Sucupira é amplamente utilizada para avaliação da qualidade dos periódicos científicos brasileiros e classifica as revistas em diferentes estratos, sendo os estratos A1 e A2 os mais elevados em termos de qualidade e impacto acadêmico. A Plataforma Sucupira pode ser acessada e manuseada por qualquer pessoa, além de ser facilmente encontrada através do link: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>.

Dessa forma, ao utilizar tanto os sites de busca confiáveis quanto a verificação da classificação Qualis das revistas na plataforma Sucupira, a pesquisa buscou garantir a inclusão de artigos relevantes e provenientes de fontes confiáveis, contribuindo para a validade e robustez dos resultados obtidos.

Dentre todas as fontes confiáveis que foram utilizadas na confecção deste trabalho, as revistas escolhidas especificamente para o assunto tema da pesquisa, no período de 2012 a 2022, seguem listadas abaixo em ordem alfabética:

Quadro 2 – Informações sobre as revistas analisadas

REVISTAS	INSTITUIÇÃO
1. Cadernos de Saúde Pública (2014 e 2018);	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz Área: Ciências da Saúde Versão on-line: ISSN: 1678-4464
2. Ciência & Saúde Coletiva (2013, 2014, 2016 e 2017);	ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva Área: Ciências da Saúde Versão on-line: ISSN: 1678-4561
3. Debates em Educação (2019);	Universidade Federal de Alagoas Área: Educação

	Versão on-line: ISSN 2175-6600
4. Educação & Realidade (2013);	Faculdade de Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul Área: Educação Versão on-line: ISSN: 2175-6236
5. Educação & Sociedade (2014);	Centro de Estudos Educação e Sociedade – Cedes / UNICAMP Área: Ciências Humanas Versão on-line: ISSN 1678-4626
6. Em Aberto (2017);	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep Área: Educação Versão on-line: SSN: 2176-6673
7. Ensaio - Avaliação e Políticas Públicas em Educação (2014);	Fundação CESGRANRIO Área: Ciências Humanas Versão on-line: ISSN 1809-4465
8. Jornal de Políticas Educacionais (2017);	Universidade Federal do Paraná Área: Educação Versão on-line: ISSN 2764-9792
9. Perspectiva (2019);	Universidade Federal de Santa Catarina Área: Educação Versão on-line: ISSN 2175-795X
10. Práxis Educativa (2013 e 2015);	Universidade Estadual de Ponta Grossa Área: Educação Versão on-line: ISSN 1809-4309
11. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (2019);	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Área: Ciências Humanas Versão on-line ISSN: 2176-6681
12. Revista de Administração Pública (2020)	Fundação Getúlio Vargas - FGV Área: Ciências Sociais Aplicadas Versão on-line: ISSN 1982-3134

13. Revista de Sociologia e Política (2016);	Universidade Federal do Paraná Área: Ciências Humanas Versão on-line: ISSN 1678-9873
14. Revista Eletrônica Educere et Educare (2017);	Universidade Estadual do Oeste do Paraná Área: Educação Versão on-line: ISSN 1981-4712
15. Revista Panamericana de Salud Publica (2013);	Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS Área: Ciências da Saúde Versão on-line: ISSN 1680-5348
16. Serviço Social & Sociedade (2020).	Cortez Editora Área: Ciências Sociais Aplicadas Versão on-line: ISSN: 2317-6318

Fonte: Autoria própria

A inclusão dessas revistas na amostra contribuirá para a síntese e análise do conhecimento científico já produzido sobre o tema investigado.

3.3 - Definição das informações a serem extraídas dos artigos selecionados

Esta pesquisa buscou compreender o panorama atual das políticas públicas em educação e sua relação com a intersetorialidade. No entanto, devido à natureza da pesquisa, que se baseia na metodologia revisão de literatura e não em estudos de casos específicos, as informações solicitadas, como tamanho da amostra, definição dos sujeitos, metodologia, mensuração de variáveis, método de análise e teoria ou conceitos embasadores utilizados não estão explicitamente descritas nos artigos selecionados.

É importante ressaltar que uma revisão de literatura tem como objetivo analisar e sintetizar estudos existentes sobre um determinado tema, e não coletar dados primários. Dessa forma, os estudos incluídos na revisão podem variar em termos de metodologia, população-alvo, tamanho da amostra e outros aspectos metodológicos.

A avaliação sistemática das pesquisas é essencial para garantir a integridade científica da revisão. Durante o processo de seleção dos artigos, foram adotados

critérios rigorosos de inclusão e exclusão, a fim de garantir a relevância e a qualidade dos estudos selecionados (Beyea e Nicoll, 1998). Apesar disso, nem todos os artigos apresentam informações detalhadas sobre os aspectos metodológicos específicos solicitados.

Ao realizar uma revisão de literatura, o pesquisador busca identificar tendências, lacunas e contribuições existentes no corpo do conhecimento sobre o tema em questão. Assim, a revisão de literatura permite uma análise abrangente e crítica das publicações científicas disponíveis, fornecendo uma visão geral do estado atual do conhecimento (Beyea e Nicoll, 1998).

Nessa etapa foi realizada a leitura dos artigos selecionados e observado a relação entre o conteúdo dos artigos com as justificativas, problemas de pesquisa e objetivos a serem analisados e alcançados por este trabalho.

Então, a presente revisão de literatura oferece uma síntese das contribuições dispostas na produção científica sobre políticas públicas em educação e intersectorialidade. Nesse contexto, é fundamental reconhecer as limitações inerentes a esse tipo de pesquisa, bem como sugerir a realização de estudos futuros, que possam metodologicamente proporcionar uma compreensão mais abrangente e aprofundada sobre o tema em questão.

3.4 - Implicações dos resultados da revisão de literatura para a educação

Ao analisarmos os resultados dessa revisão sistemática de literatura no contexto da intersectorialidade, podemos identificar implicações significativas para a prática educacional e para as políticas públicas. Primeiramente, esta revisão sistemática de literatura fornece evidências sobre abordagens e práticas educacionais eficazes que foram testadas e validadas em diferentes contextos no período de 2012 a 2022 e antes dele.

Essas evidências podem embasar a formulação de políticas educacionais baseadas em resultados sólidos, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino, para o desenvolvimento de competências dos estudantes e para a promoção da equidade educacional. Além disso, esta revisão sistemática de literatura destaca a importância da colaboração entre diferentes setores, como saúde, assistência social, cultura e esporte, no sentido de promover uma educação abrangente.

Essa abordagem integrada pode contribuir para a criação de ambientes educacionais mais saudáveis e estimulantes, que promovam o bem-estar dos estudantes, seu engajamento acadêmico e seu desenvolvimento pessoal e social.

Ademais, a intersectorialidade pode fortalecer a participação da comunidade na educação, promovendo uma maior proximidade entre a escola, as famílias e os demais atores sociais.

No âmbito das políticas públicas, os resultados podem embasar a criação de programas e projetos interdisciplinares, que envolvam diferentes setores na concepção, implementação, avaliação e correção dos percursos adotados nas ações educacionais. Isso contribui para a construção de políticas mais efetivas, que atendam às necessidades dos estudantes de forma consciente e coordenada.

3.5 - Apresentação da revisão de literatura

Esta revisão sistemática de literatura tem como objetivo sintetizar as evidências das pesquisas primárias relacionadas ao tema de políticas públicas em educação e a intersectorialidade, fornecendo uma análise criteriosa e abrangente das diferentes abordagens e perspectivas existentes na literatura. O rigor no detalhamento das etapas, critérios e procedimentos adotados é fundamental para garantir a fidedignidade e confiabilidade desta revisão.

Nesse sentido, este trabalho analisou as potencialidades das relações entre políticas educativas, ações intersectoriais e o desenvolvimento alcançado, considerando os argumentos presentes na literatura sobre o potencial de inovações sociais e educacionais resultantes dessas relações.

Por meio de uma extensa pesquisa bibliográfica, foram explorados os princípios, fundamentos, pressupostos de propostas e programas socioeducacionais que buscam articular esses elementos.

Além disso, esta revisão de literatura examinou a forma como o trabalho intersectorial é definido, descrito e regulado em programas específicos, como o Programa Saúde na Escola, o Bolsa Família, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, dentre outras Políticas Públicas.

Foram adotados pressupostos teórico-metodológicos que enfatizam a centralidade da linguagem na construção do conhecimento e das relações de poder,

bem como a compreensão das políticas como linguagem, artefatos culturais e tecnologias.

A análise documental realizada nesta revisão de literatura permitiu uma investigação aprofundada sobre o trabalho intersetorial concebido e regulado nos Programas de Governo. Assim, foi analisada a linguagem utilizada nos documentos, foi percebido como as práticas profissionais são problematizadas e foi compreendido que a intersetorialidade, muitas vezes, opera como um processo de parceria, reforçando determinadas formas de trabalho superficiais.

Esta revisão de literatura também abordou a importância da validade e confiabilidade dos estudos analisados, bem como a necessidade de contextualizar os resultados no âmbito das Políticas Públicas em Educação.

Foram considerados fatores que podem comprometer a replicabilidade da revisão, como a omissão de evidências relevantes e a falta de transparência nos procedimentos adotados.

Além disso, a reflexão crítica sobre a influência de determinados discursos nas práticas intersetoriais foi considerada, ressaltando a importância de contextualizar e problematizar os resultados da pesquisa para sua aplicabilidade na prática profissional.

Em conformidade com os objetivos propostos, esta revisão de literatura pretende contribuir para o avanço do conhecimento no campo das políticas públicas em Educação e a intersetorialidade, oferecendo uma análise aprofundada e crítica da literatura existente.

Através do rigor metodológico adotado e da análise cuidadosa das evidências, este trabalho forneceu um panorama abrangente e embasado sobre as potencialidades, desafios e contradições envolvidos na implementação das políticas educativas intersetoriais.

4 - RESULTADOS

Neste capítulo é apresentado os resultados e análise da revisão sistemática de literatura realizada sobre intersecção entre várias políticas públicas e a educação no Brasil.

Nesta fase, a análise dos dados provenientes de uma pesquisa primária se assemelha a um processo de avaliação crítica dos estudos incluídos em uma revisão de literatura. Para garantir a organização e a avaliação adequada de cada estudo, é necessário adotar uma abordagem sistemática. A fim de sintetizar os resultados de forma descritiva e destacar as questões mais relevantes, no Quadro 3 será possível perceber a utilização das técnicas de categorização, ordenação e sumarização (Broome, 1993), para ordenar de forma organizada a análise dos resultados.

Os estudos citados no Quadro 3 serão aqueles que tratam diretamente das políticas públicas em educação e a intersetorialidade, bem como trazem informações que dialogam com o proposto na justificativa e objetivos deste trabalho. Devido a isso, a Quadro 3 não trará todos os estudos citados no Quadro 1.

Quadro 3 – Síntese dos Estudos

Estudos	Síntese dos Resultados
<p>1 - Políticas Educativas, Intersectorialidade e Desenvolvimento Local</p>	<p>Este estudo apresenta reflexões sobre as potencialidades das relações entre políticas educativas, ações intersectoriais e desenvolvimento local. Por meio de pesquisa bibliográfica, foram analisados princípios, fundamentos e pressupostos de propostas e programas socioeducacionais que buscam realizar essas articulações. O artigo destaca que, nos discursos dos autores consultados, existem argumentos fortes e auspiciosos em relação ao potencial de inovações sociais e educacionais resultantes dessas relações. No entanto,</p>

	<p>a concretização dessas expectativas está sujeita a condições e possibilidades que não estão isentas de conflitos e contradições, uma vez que envolvem diferentes pontos de vista e estratégias sociais, nem sempre alinhados com o mesmo horizonte de transformações sociais.</p>
<p>2 - A generificação da intersetorialidade no Programa Saúde na Escola</p>	<p>Este estudo utiliza pesquisa documental e análise cultural para examinar a forma como o trabalho intersetorial é definido, descrito e regulado nos documentos normativos e materiais didáticos do Programa Saúde na Escola (PSE). O objetivo é discutir como o gênero permeia e influencia um dos princípios organizadores do programa — a intersetorialidade. O estudo utiliza quatro pressupostos teórico-metodológicos: a centralidade da linguagem para a significação do mundo e a produção das relações entre sujeito, conhecimento e poder; a compreensão das políticas como linguagem, artefatos culturais e tecnologias de poder; a definição de cultura como o conjunto de processos pelos quais um consenso acerca do mundo é produzido; e a consideração do gênero como organizador do social e da cultura. O estudo realiza uma análise documental e cultural para examinar como o trabalho intersetorial é concebido e regulado no Programa Saúde na</p>

	<p>Escola, destacando o papel do gênero nesse processo. O estudo descreve a linguagem utilizada nos documentos, problematiza as práticas profissionais e argumenta que a intersectorialidade opera como um processo de generificação que reforça determinadas formas de trabalho e instituições, associadas a atributos femininos.</p>
3 - Intersectorialidade nas Políticas Públicas	<p>Neste estudo, a intersectorialidade é apresentada como uma estratégia de gestão pública democrática que busca superar a setorização e a fragmentação. Ela envolve a articulação entre setores e a complementaridade das ações, visando uma abordagem integrada das demandas sociais e o compartilhamento de responsabilidades. A implementação da intersectorialidade nas políticas públicas requer decisões políticas e institucionais, rompendo com a cultura da setorização. É destacada a importância de uma nova cultura organizacional, mudança de valores e transformação das práticas das organizações envolvidas. Este estudo enfatiza a importância da intersectorialidade nas políticas públicas como uma estratégia para superar a fragmentação e promover uma gestão pública mais eficiente. No entanto, são apontados desafios relacionados ao contexto neoliberal, restrições</p>

	<p>orçamentárias e desmantelamento das políticas sociais. Além disso, a defesa da democracia e da participação popular é destacada como um aspecto fundamental para o fortalecimento das políticas públicas e a redução das desigualdades sociais.</p>
<p>4 - Referencial teórico sobre práticas intersetoriais em Promoção da Saúde na Escola</p>	<p>O estudo em questão aborda os referenciais teóricos que influenciaram os programas de saúde escolar no Brasil, com base na experiência do Rio de Janeiro. Ele utiliza a literatura brasileira desde meados do século passado até o presente, bem como a literatura internacional sobre avaliação em promoção da saúde. A análise dos referenciais teóricos é realizada com o objetivo de compreender as ações e estratégias sintetizadas em uma matriz e também destacar a influência dos contextos históricos na definição de ações e na articulação de práticas e saberes entre os setores de educação e saúde. No estudo, são utilizadas estratégias metodológicas baseadas na abordagem de avaliação de programas, com recuperação e identificação de documentos oficiais, como relatos, artigos, registros, livros e legislação relacionados aos programas de saúde escolar. Também são considerados relatórios e registros de atividades de programas específicos, tanto no âmbito</p>

	<p>municipal quanto nacional. A análise dos dados coletados no estudo visa a compreender a tensão existente entre os setores de saúde e educação e examinar o desenvolvimento histórico da articulação intersetorial no Rio de Janeiro e no Brasil. O estudo destaca a fragilidade do diálogo intersetorial e a imposição do discurso biomédico hegemônico sobre as escolas, ressaltando a importância de propostas inovadoras influenciadas pela promoção da saúde.</p>
<p>5 - A intersetorialidade no Programa Saúde na Escola: avaliação do processo político-gerencial e das práticas de trabalho</p>	<p>Este estudo analisou a ação intersetorial entre os setores de saúde e educação na implementação do Programa Saúde na Escola em um município da região metropolitana do Nordeste brasileiro. As dimensões de análise foram o processo político-gerencial, as práticas dos profissionais e a compreensão dos sujeitos sobre intersetorialidade. Os resultados indicaram que os sujeitos definem intersetorialidade como parceria e trabalho conjunto. Na tomada de decisão e mobilização de recursos, observou-se uma liderança do setor Saúde, com o setor Educação desempenhando um papel periférico. As atividades de saúde nas escolas possuíam uma abordagem biomédica e eram realizadas por meio de palestras. Embora o programa tenha fortalecido a</p>

	<p>relação entre os setores de saúde e educação, foram identificadas fragilidades e limitações na articulação intersetorial no processo político-gerecncial e nas práticas. As concepções sobre intersetorialidade entre os gestores locais apresentaram diversidade, com predomínio do setor Saúde nas decisões e emissão de normas. O estudo utilizou uma abordagem metodológica avaliativa, empregando análise documental, observação sistemática e entrevistas semiestruturadas com gestores municipais da educação e da saúde, membros do Grupo de Trabalho Intersetorial (GTI) municipal e profissionais de escolas e unidades de saúde. Os critérios de análise incluíram processos decisórios, mobilização de recursos, sujeitos envolvidos, objetos de intervenção, atividades realizadas e relações técnicas e sociais.</p>
<p>6 - Rede intersetorial do Programa Saúde na Escola: sujeitos, percepções e práticas</p>	<p>O estudo avaliou a implementação e execução do Programa Saúde na Escola em Belo Horizonte, identificando avanços na cobertura e no atendimento de estudantes. Foram encontrados mecanismos integradores nas normativas e no modelo adotado pelo município, mas a percepção dos gestores indicou uma baixa utilização desses mecanismos e dificuldades na</p>

	<p>construção da intersectorialidade nas ações do programa. O avanço na cobertura e no atendimento de estudantes pelo programa é um resultado significativo, demonstrando a expansão das ações do PSE em Belo Horizonte. A identificação de mecanismos integradores nas normativas e no modelo adotado pelo município foi relevante, pois indica o potencial para a articulação entre saúde e educação. A baixa utilização dos mecanismos integradores e as dificuldades na construção da intersectorialidade nas ações do PSE são questões importantes a serem consideradas, pois apontam desafios para a efetivação da abordagem intersectorial.</p>
7 - Intersectorialidade, determinantes socioambientais e promoção da saúde	<p>Este artigo destaca a importância da intersectorialidade como estratégia para enfrentar os problemas de saúde relacionados aos determinantes sociais. Apesar do reconhecimento geral de sua relevância, ainda existem desafios na operacionalização das práticas intersectoriais. É necessária uma maior integração entre saberes e práticas, superação de obstáculos institucionais, criação de parcerias mais robustas e estabelecimento de espaços comunicativos que promovam o planejamento participativo de ações. A</p>

	<p>intersectorialidade é vista como um caminho promissor para promover resultados sinérgicos e abordar situações complexas, mas sua efetivação requer esforços contínuos e articulados de diversos atores envolvidos.</p>
--	---

Fonte: Autoria própria

4.1 - Discussão e apresentação dos resultados

A análise dos diferentes estudos relacionados diretamente com o tema desta pesquisa e sintetizados no Quadro 3 revelou reflexões e discussões sobre as potencialidades, desafios e limitações das relações entre políticas educativas, ações intersectoriais e desenvolvimento local. Os estudos destacaram o potencial de inovações sociais e educacionais resultantes dessas relações, evidenciando argumentos favoráveis à intersectorialidade. No entanto, também apontaram que a concretização dessas expectativas enfrenta condições e possibilidades conflitantes, devido a diferentes pontos de vista e estratégias sociais. A cultura da setorização e a fragmentação foram identificadas como obstáculos a serem superados.

A intersectorialidade foi apresentada como uma estratégia de gestão pública democrática que busca superar a setorização e a fragmentação, promovendo a articulação entre setores e a complementaridade das ações. Para a implementação efetiva da intersectorialidade, são necessárias decisões políticas e institucionais, além de uma mudança de cultura organizacional, valores e práticas das organizações envolvidas. No entanto, foram identificados desafios relacionados ao contexto neoliberal, restrições orçamentárias e desmantelamento das políticas sociais, que impactam a eficácia da intersectorialidade.

Os estudos também ressaltaram a importância da participação popular e da defesa da democracia como aspectos fundamentais para fortalecer as políticas públicas e refletir sobre processos que visam a redução das desigualdades sociais.

Em suma, os estudos analisados destacaram a importância da intersectorialidade como estratégia para superar a fragmentação e promover uma gestão pública mais eficiente. Eles apontaram desafios e limitações, como a cultura

da setorização e as restrições orçamentárias. A participação popular, a mudança de cultura organizacional e a defesa da democracia foram consideradas aspectos fundamentais para o fortalecimento das políticas públicas e a redução das desigualdades sociais.

As próximas subseções respondem brevemente as indagações apresentadas como problema de pesquisa. Elas organizam os resultados separadamente, a partir da associação do tema da intersectorialidade em educação e de outras políticas públicas (saúde, assistência social, cultura, etc.). Ao longo do texto, o leitor perceberá a complexidade da discussão.

4.2 - A importância da intersectorialidade na promoção da educação integral

Um dos principais benefícios da intersectorialidade na educação brasileira está na promoção da educação integral, pois essa perspectiva garante uma abordagem abrangente e multidimensional no desenvolvimento dos estudantes. Ao envolver diferentes setores, é possível oferecer uma educação que considere não apenas o aspecto cognitivo, mas também o emocional, social, físico e cultural dos indivíduos. Dessa forma, os estudantes têm a oportunidade de vivenciar uma formação mais completa, capaz de prepará-los para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo (Braga *et al.*, 2018).

Além disso, a intersectorialidade na promoção da educação integral contribui para a redução das desigualdades educacionais. Ao integrar políticas e programas de diferentes áreas, é possível atender às necessidades específicas dos estudantes, considerando suas realidades socioeconômicas, culturais e territoriais. Isso possibilita a implementação de ações afirmativas que buscam garantir a equidade de oportunidades educacionais, superando as barreiras e discriminações que podem comprometer o pleno desenvolvimento dos estudantes (Clementino *et al.*, 2017).

De acordo com Braga *et al.* (2018), outro aspecto relevante da intersectorialidade na promoção da educação integral é o fortalecimento das parcerias entre diferentes atores e instituições.

A colaboração entre governos, organizações não governamentais, universidades, empresas e comunidade local permite a construção de uma rede de apoio ampla e diversificada. Essa ação conjunta potencializa os recursos, compartilha experiências e conhecimentos, promove a troca de saberes entre os

diversos atores envolvidos, enriquece a prática educacional e amplia suas possibilidades de impacto.

A intersetorialidade também pode contribuir para a formação de professores e para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais integradas. Segundo a pesquisa de Braga *et al.* (2018), a colaboração entre diferentes áreas pode ajudar a superar barreiras que muitas vezes impedem a integração das diferentes dimensões da educação integral. Além disso, a intersetorialidade pode ajudar a ampliar as possibilidades de aprendizagem dos alunos.

No entanto, é importante ressaltar que a implementação da intersetorialidade na promoção da educação integral apresenta desafios e demanda uma abordagem cuidadosa. A falta de recursos financeiros, a burocracia, a resistência à mudança e a ausência de uma cultura de cooperação são alguns dos obstáculos a serem superados. Para tanto, de acordo com Chiari *et al.* (2018), é necessário fortalecer a gestão intersetorial, promovendo ações de capacitação e formação dos profissionais envolvidos, além de criar mecanismos de coordenação e monitoramento efetivos.

Diante desse contexto, é necessário investir em pesquisas que possam contribuir para o avanço da intersetorialidade na promoção da educação integral. Essas pesquisas podem ser realizadas a partir de diferentes abordagens, como estudos de caso, pesquisas participativas e pesquisas-ação, conforme destacado por Silva *et al.* (2016). Além disso, é importante que essas pesquisas contem com a participação de diferentes atores envolvidos na promoção da educação integral, como gestores públicos, professores, pais e estudantes.

Dessa forma, é possível entender as diferentes perspectivas e necessidades desses atores, bem como compreender como a intersetorialidade pode contribuir para a promoção da educação integral de forma mais efetiva. Nesse sentido, é fundamental que a pesquisa esteja alinhada com as políticas públicas e com as demandas da sociedade, visando a construção de uma educação mais democrática e inclusiva.

Um exemplo de pesquisa que se propõe a contribuir para o avanço da intersetorialidade na promoção da educação integral é o estudo realizado por Parente (2017), que analisa a relação entre a intersetorialidade e a educação integral em uma escola pública da cidade de São Paulo. O estudo evidencia que a intersetorialidade pode contribuir para a promoção da educação integral ao permitir a

articulação entre diferentes políticas e serviços, tais como saúde, cultura, esporte e lazer.

O estudo de Oliveira (2014) aponta que a intersetorialidade pode promover a participação ativa dos estudantes na construção do projeto político-pedagógico da escola, o que contribui para a promoção da cidadania e do protagonismo juvenil. Esse resultado corrobora com a perspectiva de Guedes *et al.* (2017), que destacam a importância da participação dos estudantes na construção de uma educação integral e democrática.

Outra abordagem que pode contribuir para a promoção da intersetorialidade na educação integral é a adoção de práticas pedagógicas que estimulem o diálogo entre diferentes saberes e áreas do conhecimento, bem como o respeito à diversidade cultural e social.

O estudo de Santos (2012) evidencia que a adoção de práticas pedagógicas interculturais pode contribuir para a promoção da educação integral ao estimular a participação ativa dos estudantes na construção do conhecimento, bem como a valorização e o respeito à diversidade cultural e social. Esses resultados corroboram com a perspectiva de Diehl e Pellegrini (2014), que destacam a importância da educação integral na promoção da diversidade cultural e da igualdade social.

4.3 – Intersetorialidade entre educação e saúde

As políticas públicas intersetoriais têm sido cada vez mais discutidas e implementadas no Brasil, como forma de enfrentar as desigualdades educacionais e promover uma educação de qualidade para todos os estudantes. Nesse sentido, os diferentes setores, como saúde, assistência social, cultura, esporte, meio ambiente, entre outros, têm um papel fundamental na construção de políticas intersetoriais para a educação.

A interconexão entre as políticas públicas de educação e saúde emerge como um tema crucial no contexto do desenvolvimento social e humano. Ambos os setores, embora distintos em seus objetivos, compartilham uma relação intrínseca que pode ser otimizada através de estratégias de cooperação intersetorial.

A promoção da saúde nas escolas, por exemplo, é essencial para garantir o bem-estar dos estudantes e criar um ambiente propício para a aprendizagem.

Os estudos apontam que as políticas públicas de saúde na escola promovem o desenvolvimento infanto-juvenil saudável, o acesso aos cuidados com a nutrição adequada e programas de estímulo precoce com higiene pessoal. Essa realidade tem um impacto direto na qualidade de vida dos estudantes. Crianças, adolescentes e jovens saudáveis tendem a ter melhor desempenho acadêmico e taxas mais altas de frequência escolar.

A política pública de saúde na escola possibilita a reflexão sobre prevenção às doenças e promove estilos de vida saudáveis. A reflexão sobre vacinação, educação sexual, prevenção ao uso e abuso de álcool e drogas, em muitos contextos sociais se torna um componente educacional significativo. Isso inclui as campanhas de sensibilização e conscientização, iniciativas de promoção da saúde comunitária, promoção de hábitos alimentares saudáveis, promoção da atividade física, o acesso a serviços de saúde preventiva e curativa, além do apoio à saúde mental e emocional.

A atuação do setor da saúde na educação pode incluir a oferta de programas de prevenção de doenças, campanhas de vacinação, atendimento médico e odontológico, além do monitoramento constante da saúde dos estudantes.

Ressalta-se ainda que, colaborações entre os setores de saúde e educação podem levar a pesquisas mais abrangentes e eficazes para nortear novas políticas públicas, iniciativas e intervenções mais bem-sucedidas. Isso pode incluir estudos sobre os efeitos das políticas educacionais na saúde da população e vice-versa.

Um exemplo concreto da importância da intersectorialidade pode ser observado na atuação conjunta entre as políticas públicas de educação e a saúde. A implementação de programas como o Saúde na Escola não apenas contribui para a melhoria do bem-estar dos alunos, mas também impacta positivamente na frequência e no desempenho escolar. Nesse sentido, a relação entre educação e saúde pode potencializar a criação de ambientes escolares mais saudáveis, mais transversais e multidisciplinares, a fim de favorecer o pleno desenvolvimento dos estudantes (Cavaliere, 2014).

A articulação entre as redes de saúde e educação é crucial para a implementação de políticas intersectoriais, embora seja um processo complexo que requer uma série de estratégias e ações integradas. A literatura ressalta a importância da formação e capacitação dos profissionais envolvidos nesse processo, como mencionado por Silva *et al.* (2016).

Apesar dos avanços e esforços para implementar políticas intersetoriais no contexto educacional brasileiro, ainda existem muitos desafios a serem enfrentados. Um dos principais é a falta de recursos e investimentos, como apontado por Cavaliere (2014). Além disso, persistem desafios relacionados à falta de articulação entre as redes de saúde e educação, à falta de planejamento e coordenação. É essencial uma coordenação efetiva entre as áreas envolvidas, estabelecendo objetivos claros e compartilhados. A falta de planejamento e coordenação entre as áreas pode dificultar a implementação de políticas intersetoriais, comprometendo sua efetividade.

Ao integrar a saúde à educação, é possível identificar e lidar precocemente com problemas de saúde que possam interferir no desenvolvimento acadêmico dos alunos (Silva *et al.*, 2016).

O Programa Saúde na Escola (PSE), uma ação do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, instituído em 2007 pelo Decreto Presidencial nº 6.286 é resultado do esforço do Governo Federal em construir políticas intersetoriais, buscando estabelecer uma ligação entre saúde e educação. O objetivo principal é melhorar as condições de saúde dos alunos e promover uma melhor qualidade de vida. Conforme apontado por Sousa *et al.* (2017), o PSE desempenhou um papel importante no desenvolvimento de políticas intersetoriais, embora tenha enfrentado desafios, como a escassez de recursos e a falta de uma coordenação mais efetiva entre os órgãos envolvidos.

Segundo Vieira (2018), o PSE tem contribuído para a redução de doenças prevalentes entre os estudantes, para a promoção de hábitos saudáveis e para a formação de cidadãos conscientes e críticos.

Quanto à implementação do Programa Saúde na Escola, os estudos mostraram que a intersetorialidade era definida pelos sujeitos como parceria e trabalho conjunto, embora tenha sido observada uma liderança do setor da saúde nas decisões e mobilização de recursos. As atividades de saúde nas escolas tinham uma abordagem predominantemente realizadas por meio de palestras. Apesar de fortalecer a relação entre os setores de saúde e educação, foram identificadas fragilidades e limitações na articulação intersetorial no processo político-gerencial e nas práticas.

Na avaliação da implementação e execução do Programa Saúde na Escola em um contexto geral, verificou-se um avanço na cobertura e no atendimento de

estudantes, demonstrando a expansão das ações do programa. No entanto, os gestores apontaram baixa utilização dos mecanismos integradores e dificuldades na construção da intersetorialidade nas ações do programa, revelando desafios para a efetivação da abordagem intersetorial.

Silva *et al.* (2014) ressalta em seu estudo a importância da intersetorialidade como uma estratégia poderosa para abordar problemas de saúde relacionados aos determinantes sociais. Gestores municipais e coordenadores de práticas de promoção da saúde reconhecem a necessidade dessa abordagem para lidar com a complexidade dos problemas que afetam as pessoas e as comunidades, incluindo os que afetam a realidade dos estudantes brasileiros. No entanto, apesar do consenso sobre suas vantagens, existem obstáculos significativos na operacionalização das práticas intersetoriais no cotidiano dos serviços

Silva *et al.* (2016) traz em seu estudo a tensão contínua entre os setores da saúde e da educação, especialmente no que diz respeito à sua articulação intersetorial. O discurso biomédico hegemônico, historicamente prevaleceu sobre as perspectivas e necessidades da comunidade escolar, limitando o diálogo e a troca de saberes entre os dois setores.

No entanto, propostas inovadoras, influenciadas pelo debate da promoção da saúde, buscam romper com essa hegemonia, reconhecendo o contexto e o papel da escola na construção de conhecimentos e saberes.

Ainda no contexto do Programa Saúde na Escola, a promoção da saúde adota uma abordagem mais dialógica e reflexiva, centrada na experiência prática dos atores envolvidos. Estratégias integradas de prevenção e promoção em saúde nas escolas precisam levar em conta o contexto e reconhecer a diversidade da comunidade escolar como sujeitos de conhecimento e saberes.

No entanto, as ações desenvolvidas no âmbito do Programa de Saúde na Escola (PSE) ainda estão predominantemente atribuídas ao setor saúde, com a participação da educação, sendo esta considerada periférica. Essa limitação restringe a potencialidade do programa, especialmente no que se refere à promoção da saúde e ao desenvolvimento da cidadania entre os estudantes.

Como sugestões de melhoria do programa no âmbito municipal, a autora recomenda a institucionalização de um grupo de trabalho intersetorial (GTI), maior envolvimento do setor educação no processo político-gerencial e nas práticas, além da realização de capacitações para todos os atores envolvidos, visando fortalecer o

trabalho intersetorial. Por fim, é sugerido a realização de novos estudos avaliativos complementares que possam destacar aspectos relacionados aos resultados do PSE, considerando seus efeitos sobre os estudantes, suas famílias e a comunidade em geral.

Chiari *et al.* (2018), quanto ao Programa Saúde na Escola em Belo Horizonte, releva que houve avanço em termos de cobertura da rede escolar e número de estudantes atendidos, mas identifica dificuldades na adoção de uma lógica intersetorial de atuação. O estudo destaca que, apesar da existência de mecanismos integradores e da proposta de articulação intersetorial, esses mecanismos foram pouco utilizados e houve dificuldades operacionais para implementar uma lógica intersetorial. O Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal (GTI-M) foi descrito como uma instância de gestão intersetorial incipiente, com falta de apoio institucional e autonomia de decisão, o que limita seu desempenho.

A descentralização da gestão, com base regional e planejamento participativo, é considerada um paradigma orientador do modelo de gestão pública, compatível com os desafios para a promoção da qualidade de vida. No entanto, o estudo observa que a coordenação do GTI-M é exercida principalmente pela área de Educação, o que gera conflitos e dificulta a viabilidade da intersetorialidade.

O estudo também destaca que o modelo de PSE em Belo Horizonte envolve a formação de equipes específicas, mas a atuação das equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) e dos professores parece ser apenas marginal. As ações desenvolvidas pelo programa ainda seguem um modelo tradicional de intervenção, com ações isoladas e pouco impacto na qualidade de vida dos estudantes.

Em relação à consolidação do PSE como política de Estado, as estratégias indicadas pelos gestores são etapas previstas da implementação que ainda não foram cumpridas de forma integral. O estudo destaca a importância da avaliação e monitoramento consistente das ações intersetoriais, assim como o envolvimento de todos os atores no processo de consolidação.

No geral, o estudo aponta que apesar das potencialidades do PSE e do arcabouço normativo favorável à intersetorialidade, as práticas de gestão e de implementação do programa em Belo Horizonte ainda refletem lógicas setoriais e hierarquias de poder. As dificuldades na construção do trabalho intersetorial são evidenciadas, e a ação intersetorial ainda não teve um impacto significativo na promoção da saúde e no enfrentamento de seus determinantes.

Por fim, podemos avaliar que todos os estudos mencionados têm em comum a abordagem da intersectorialidade como uma estratégia fundamental para lidar com problemas de educação e saúde relacionados aos determinantes sociais.

4.4 – Intersectorialidade entre educação e assistência social

A intersecção entre as políticas de educação e assistência social é essencial para promover o desenvolvimento humano e a igualdade de oportunidades. Esses setores compartilham um objetivo comum, o de capacitar pessoas e comunidades para que possam alcançar o bem-estar e a inclusão social.

A educação é comumente reconhecida como um dos principais impulsionadores da ascensão social e do fortalecimento pessoal. Contudo, a eficácia das políticas educacionais muitas vezes está ligada ao contexto social e econômico dos estudantes. A assistência social tem um papel crucial em assegurar que crianças e famílias em situação de vulnerabilidade tenham acesso a recursos básicos, como moradia, alimentação e cuidados de saúde, os quais são fundamentais para o progresso e êxito na escola.

Por outro lado, a educação desempenha um papel significativo na prevenção e mitigação da pobreza intergeracional. Investimentos em educação com mais qualidade têm o potencial de quebrar o ciclo da pobreza, proporcionando aos indivíduos as habilidades, competências, informações e conhecimentos necessários para acessar oportunidades econômicas e melhorar suas condições de vida. Além disso, a educação pode promover a inclusão social, fornecendo um ambiente de aprendizado que valoriza a diversidade e respeita os direitos humanos.

A integração eficaz entre as políticas de educação e assistência social requer uma abordagem abrangente que reconheça e aborde as múltiplas dimensões da desigualdade e da exclusão social. Isso pode incluir a implementação de programas de apoio à família que ofereçam assistência financeira, orientação parental e acesso a serviços de saúde e educação para famílias em situação de vulnerabilidade.

Nesse sentido, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), criada em 2004, busca estabelecer conexões entre assistência social e outras políticas públicas, incluindo a educação. Por meio do programa governamental Bolsa Família é destinado auxílio financeiro voltado às ações de erradicação da fome, do trabalho infantil e abandono escolar. Segundo Silva *et al.* (2016), a PNAS é uma política

intersetorial que visa promover a inclusão social e garantir direitos, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e educacionais.

O Programa Bolsa Família, criado pelo Governo Federal em 2003, por meio da Medida Provisória nº 132, que posteriormente foi convertida na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e tem como objetivo promover a inclusão social e a redução da pobreza no país. De acordo com Cotta (2013), o programa tem impactos positivos sobre a frequência escolar e o desempenho acadêmico dos estudantes.

O Programa Bolsa Família consolidou-se como uma política pública efetiva na redução da desigualdade e na garantia de condições básicas de sobrevivência para as famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Por meio da transferência direta de recursos, ele tem como objetivo assegurar que essas famílias tenham acesso a alimentação, saúde e educação, condicionando o recebimento do auxílio ao cumprimento de requisitos como a frequência escolar e acompanhamento médico.

Além de ajudar no combate imediato à pobreza, o Bolsa Família também incentiva o desenvolvimento humano e ajuda a romper o ciclo de pobreza entre gerações, o que possibilita a integração dessas famílias em um ciclo positivo de avanço social e econômico. Com sua abrangência nacional e sua integração com outras políticas públicas, o Bolsa Família se tornou um compromisso do Estado brasileiro na proteção dos direitos sociais e na promoção do bem-estar daqueles que mais precisam.

Outra experiência bem-sucedida adicional às políticas públicas intersetoriais no contexto educacional brasileiro é o Programa Criança Feliz. Instituído pelo decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, e reordenado pela Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social e do Ministério do Desenvolvimento Social, Nº 117, de 28 de agosto de 2023. Esse programa, tem como objetivo promover o desenvolvimento integral de crianças na primeira infância, entre zero e seis anos, por meio da integração de diferentes setores, como saúde, assistência social, educação e cultura (Oliveira, *et al.* 2023).

O Programa Criança Feliz utiliza a visita domiciliar como estratégia para acompanhar as famílias e oferecer orientações sobre cuidados adequados com a saúde, nutrição, estimulação precoce, educação e proteção infantil. Os visitantes são profissionais capacitados que realizam visitas periódicas às famílias vulneráveis,

estabelecendo uma relação de confiança e fornecendo informações e atividades que promovem o desenvolvimento das crianças (Oliveira, *et al.* 2023).

Essa abordagem intersetorial tem se mostrado eficaz na promoção de um ambiente favorável ao desenvolvimento infantil, prevenindo situações de risco e vulnerabilidade social. Diversos estudos têm demonstrado os benefícios do Programa Criança Feliz, como o aumento da interação entre pais e filhos, o estímulo ao desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças, e a redução de problemas de saúde e violência familiar (Cavalcanti, 2020).

Ao compreender a conexão entre educação e assistência social, os responsáveis por elaborarem e implementarem políticas públicas poderão ter maior capacidade de elaborar abordagens mais eficazes para lidar com os desafios sociais e econômicos enfrentados por pessoas e grupos. Garantir um acesso equitativo tanto a uma educação de qualidade quanto a uma assistência social adequada não só fortalece os vínculos sociais e comunitários, como também colabora para a formação de sociedades mais justas e inclusivas (Chiari *et al.*, 2018).

4.5 – Intersetorialidade entre educação e cultura

A intersetorialidade entre as políticas públicas de educação e cultura é essencial para promover uma abordagem enriquecedora do processo de formação dos indivíduos e das sociedades em desenvolvimento. Ambos os setores desempenham um papel complementar na construção de identidades, valores e competências que contribuem para o enriquecimento pessoal e coletivo.

A educação, como pilar fundamental do desenvolvimento humano, visa possibilitar aos estudantes competências e habilidades necessárias à sua participação ativa na sociedade. Contudo, a educação não deve ser apenas um meio de transmissão de conhecimentos acadêmicos, mas também um espaço para o desenvolvimento da criatividade, da expressão e da apreciação estética.

Nesse sentido, a cultura desempenha um papel fundamental no enriquecimento do ambiente educativo através da diversidade, da arte e da expressão criativa. Ao integrar elementos culturais no currículo, os alunos têm a oportunidade de explorar diferentes formas de expressão artística, aprender sobre diferentes culturas e desenvolver capacidades de pensamento crítico e criativo.

Além disso, a cultura desempenha um papel crucial na promoção da inclusão social e na valorização da diversidade. Ao reconhecer e celebrar as diferentes expressões culturais presentes numa sociedade, a educação pode contribuir para a construção de sociedades mais justas e respeitadas.

Por outro lado, a relação entre a educação e a cultura também pode ser uma ferramenta para a preservação e promoção do patrimônio cultural. Ao ensinar a história e os valores culturais de uma comunidade, a educação pode ajudar a manter vivas as tradições e identidades locais.

A integração eficaz entre as políticas públicas de educação e cultura requer uma abordagem colaborativa e multidisciplinar, envolvendo diversos atores, incluindo educadores, artistas, gestores culturais e formuladores de políticas. Isso pode incluir a implementação de programas educacionais que incorporem atividades culturais, como música, dança, teatro e artes visuais, bem como parcerias entre escolas, instituições culturais e comunidades locais.

Em resumo, a relação intersetorial entre políticas públicas de educação e cultura é fundamental para promover uma educação mais enriquecedora, inclusiva e significativa. Ao reconhecer e valorizar a interação entre esses dois domínios, podemos contribuir para o desenvolvimento de indivíduos culturalmente conscientes, criativos e engajados, capazes de contribuir para o avanço de suas sociedades.

A exemplo, o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva, criado em 2004, busca estabelecer uma conexão entre cultura e educação, com o objetivo de promover a diversidade cultural e a formação cidadã. O Cultura Viva é uma política intersetorial que envolve diversos setores da sociedade, como artistas, gestores culturais, educadores e a comunidade em geral, contribuindo para promover uma educação mais inclusiva e democrática (NESPOLO, 2014; Brasil, 2023).

Ao reconhecer a cultura como um elemento fundamental na formação integral dos indivíduos e na construção de identidades, o Cultura Viva promove a integração de práticas culturais e educativas, valorizando as expressões locais e promovendo o diálogo intercultural.

Nesse sentido, o programa contribui para a ampliação do repertório cultural dos estudantes, favorecendo uma educação mais inclusiva e contextualizada. Além disso, ao estimular o protagonismo cultural das comunidades e o acesso democrático aos bens culturais, o Cultura Viva promove a cidadania ativa e

participativa, fortalecendo os vínculos entre educação, cultura e desenvolvimento humano. Dessa forma, a relação entre o Cultura Viva e a educação brasileira evidencia-se como uma oportunidade para enriquecer os processos educativos, promover a diversidade cultural e contribuir para a formação de cidadãos críticos, criativos e comprometidos com uma sociedade mais justa e democrática.

De acordo com Diehl e Pellegrini (2014) a cultura pode ser uma ferramenta poderosa para valorizar a diversidade cultural e combater a discriminação, promovendo uma educação mais inclusiva e equitativa.

4.6 – Intersetorialidade entre educação e esporte

A intersetorialidade entre as políticas públicas de educação e de esporte é um elemento fundamental para o desenvolvimento integral da sociedade. A integração dessas duas áreas possibilita não apenas a promoção da saúde física e mental, mas também o fortalecimento dos valores éticos, sociais e cívicos.

É importante ressaltar que a educação e o esporte são ferramentas poderosas na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Através da educação é possível fornecer conhecimento e habilidades essenciais para o desenvolvimento pessoal e profissional dos cidadãos. Por sua vez, o esporte promove a reflexão e o aprendizado sobre inclusão social, o trabalho em equipe, a disciplina e o respeito às regras, valores fundamentais para a formação de cidadãos conscientes e ativos.

Além disso, a integração entre as políticas públicas de educação e de esporte contribui para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes. Os estudos demonstram que a prática regular de atividades físicas pode melhorar a concentração, a memória e o raciocínio lógico, resultando em um melhor aproveitamento escolar.

O esporte também pode ser uma estratégia eficaz para prevenir comportamentos de risco, como o uso de drogas e a violência, além de incentivar a socialização e a integração dos alunos (Bedendo *et al.*, 2015).

Por outro lado, a educação também desempenha um papel crucial na promoção do esporte, ao garantir o acesso igualitário a programas esportivos e instalações adequadas nas escolas e comunidades. Ao investir em infraestrutura esportiva e na formação de profissionais qualificados, é possível ampliar as

oportunidades de prática esportiva para pessoas de todas as idades e condições sociais.

Dessa forma, a relação intersetorial entre políticas públicas de educação e de esporte é essencial para o desenvolvimento humano e social. Ao integrar essas duas áreas, é possível promover uma cultura de paz, inclusão e bem-estar.

4.7 – Intersetorialidade entre educação e meio ambiente

A relação intersetorial entre as políticas públicas de educação e de meio ambiente é importante ferramenta na promoção da sensibilização e conscientização sobre a sustentabilidade e a preservação dos recursos naturais, bem como para fomentar uma cidadania ambientalmente responsável.

A educação desempenha um papel crucial na formação de indivíduos que saibam sobre os desafios ambientais enfrentados pela sociedade contemporânea. Através de currículos escolares que abordam temas relacionados ao meio ambiente, como conservação de ecossistemas, gestão de resíduos e mudanças climáticas, é possível sensibilizar e capacitar os estudantes a agir de forma proativa na proteção do meio ambiente.

Além disso, a integração de práticas sustentáveis no ambiente educacional, como o uso eficiente de recursos naturais, a redução do consumo de energia e a promoção da reciclagem, não apenas contribui para a preservação do meio ambiente, mas também serve como exemplo prático para os estudantes, estimulando-os a adotar comportamentos sustentáveis em suas vidas cotidianas.

Por outro lado, a educação ambiental também pode ser uma ferramenta eficaz para promover a participação cívica e o engajamento da comunidade na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a proteção do meio ambiente. Ao fornecer informações e habilidades necessárias para compreender e resolver questões ambientais, a educação capacita os cidadãos a participar ativamente do processo democrático, contribuindo para a construção de sociedades mais sustentáveis.

Por sua vez, as políticas públicas de meio ambiente têm o potencial de enriquecer o currículo escolar ao incentivar a inclusão de habilidades e competências relacionados à educação ambiental ao fornecer recursos e apoio para

a implementação de projetos e iniciativas voltadas para a promoção da sustentabilidade nas escolas.

A integração do meio ambiente à educação permite que os alunos compreendam as interações entre o ser humano e o ambiente natural, promovendo a formação de cidadãos conscientes e responsáveis (Souza, 2014).

Assim, a relação intersetorial entre políticas públicas de educação e de meio ambiente é essencial para promover a reflexão, a participação e a ação em prol da proteção do meio ambiente e da construção de sociedades mais sustentáveis e resilientes.

4.8 - Intersetorialidade entre educação e programas multidisciplinares

As políticas públicas intersetoriais têm sido cada vez mais adotadas como estratégia para enfrentar os desafios sociais no Brasil, em particular na área da educação. Diversas experiências têm sido desenvolvidas no país, buscando integrar diferentes setores e promover a qualidade e a equidade no acesso à educação. Nesse sentido, o presente texto tem como objetivo analisar algumas experiências bem-sucedidas de políticas públicas intersetoriais no contexto educacional brasileiro.

Uma das experiências de destaque é o Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, que visa ampliar a jornada escolar de crianças e adolescentes, proporcionando atividades complementares à formação curricular, com ênfase na cultura, esporte, lazer, direitos humanos e meio ambiente. Segundo Cavaliere (2014), o programa tem sido bem avaliado pelos estudantes, pais e professores, sendo considerado um fator de melhoria da qualidade da educação e de redução da evasão escolar.

Outra iniciativa relevante é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criado em 1955, aprimorado e gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), previsto no artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal de 1988, e regido pela Lei nº 11.947, de 16/6/2009 e Resoluções do FNDE, que tem como objetivo garantir a oferta de alimentação saudável e adequada aos estudantes das escolas públicas de educação básica. O PNAE tem contribuído para a melhoria da qualidade da alimentação escolar, para a redução da fome e da desnutrição infantil e para o aumento do desempenho acadêmico dos estudantes (Peixinho, 2013).

De acordo com Sousa *et al.* (2017), o PNAE é uma política intersetorial que envolve diversas áreas, como agricultura familiar, saúde, nutrição e educação, contribuindo para promover a segurança alimentar e nutricional dos alunos.

Ainda no âmbito da alimentação escolar, destaca-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, que consiste na compra de alimentos produzidos por agricultores familiares e destinados à alimentação escolar. O PAA tem possibilitado a inclusão social dos agricultores familiares, a redução do êxodo rural e a promoção da alimentação saudável e sustentável nas escolas públicas (Sambuichi *et. al*, 2020).

Outro caso de sucesso é o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), instituído pela lei nº 12.801, de 24 de abril de 2013, uma iniciativa que busca garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade. O PNAIC envolve a colaboração entre o Ministério da Educação, as secretarias de educação dos estados e municípios, bem como universidades, institutos federais e professores alfabetizadores (Alferes e Mainardes, 2018).

O programa oferece formação continuada aos professores, com o objetivo de aprimorar suas práticas pedagógicas e fortalecer o processo de alfabetização. Além disso, são desenvolvidas ações de acompanhamento e monitoramento do processo de alfabetização, visando identificar possíveis dificuldades e propor intervenções adequadas (Frangella, 2016).

O PNAIC tem contribuído significativamente para melhorar os índices de alfabetização no país, promovendo uma educação de qualidade desde os anos iniciais da educação básica. A parceria entre diferentes setores, como educação e formação de professores, tem sido fundamental para o sucesso do programa e para o avanço na garantia do direito à alfabetização (Alferes e Mainardes, 2018).

Mais um caso relevante de políticas públicas intersetoriais no contexto educacional brasileiro é o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. Esse programa tem como objetivo principal promover a inclusão social e educacional de jovens entre 18 e 29 anos que não concluíram o ensino fundamental.

O Projovem integra diferentes setores, como educação, assistência social, trabalho e cultura, visando proporcionar uma formação integral para os jovens participantes. Além de receberem aulas regulares, os jovens têm acesso a atividades complementares que estimulam o desenvolvimento pessoal e profissional,

como cursos de qualificação profissional, atividades culturais, esportivas e de cidadania (Friedrich *et. al*, 2012).

O programa busca superar barreiras que dificultam o acesso e a permanência dos jovens na escola, oferecendo uma educação flexível e adaptada às suas necessidades. Por meio do Projovem, os jovens têm a oportunidade de concluir o ensino fundamental e adquirir competências e habilidades que favoreçam sua inserção no mercado de trabalho e sua participação ativa na sociedade.

Estudos e avaliações do programa têm demonstrado resultados positivos, como a redução do índice de evasão escolar, o aumento da escolaridade dos participantes, a melhoria da autoestima e a ampliação das oportunidades de emprego. A intersectorialidade do Projovem tem sido fundamental para garantir uma abordagem ampla e integrada, considerando não apenas a dimensão educacional, mas também aspectos sociais, culturais e de inserção profissional (Campos, 2018).

Mais um caso de sucesso de políticas públicas intersectoriais na promoção da educação integral no Brasil é o Programa Escola da Família, instituído pelo decreto 48.781, de 07 de julho de 2004. Esse programa, implementado pelo Governo do Estado de São Paulo, tem o objetivo de proporcionar diversas atividades relacionadas ao esporte, à cultura, à qualificação para o trabalho e à saúde, sendo ofertado dentro e fora da escola. Além disso, busca a abertura das escolas públicas nos fins de semana, transformando-as em espaços de convivência.

O Programa Escola da Família promove parcerias entre a educação e diferentes setores, como saúde, assistência social, cultura e esporte. Durante os finais de semana, a comunidade local pode utilizar as instalações da escola para participar de atividades educativas e recreativas, além de ter acesso a serviços sociais e de saúde. Profissionais voluntários atuam como mediadores dessas atividades, envolvendo estudantes, familiares e membros da comunidade (Dias, 2012).

Essa abertura das escolas contribui para fortalecer os laços entre a escola e a comunidade, promovendo uma educação mais participativa e integrada. Além disso, o Programa Escola da Família visa o desenvolvimento de habilidades sociais, culturais e esportivas, proporcionando oportunidades de aprendizado e crescimento para os estudantes e seus familiares.

A autora Dias (2012) ainda destaca que os benefícios do programa são diversos, como o fortalecimento da relação entre escola e família, o estímulo à

prática de atividades físicas e esportivas, o acesso a serviços de saúde preventiva, a promoção da cultura e o fomento da participação comunitária. Estudos têm mostrado que o Programa Escola da Família contribui para a redução da evasão escolar, o aumento do desempenho acadêmico e a melhoria do ambiente escolar.

Dessa forma, o Programa Escola da Família evidencia como a intersectorialidade pode enriquecer a experiência educacional, ao envolver diferentes atores e setores na promoção de um ambiente escolar mais acolhedor e completo. Ao integrar educação, saúde, cultura e assistência social, esse programa demonstra a importância da colaboração e do engajamento de múltiplos atores na busca por uma educação integral e de qualidade.

Outro exemplo prático da importância da intersectorialidade na promoção da educação integral pode ser visto nas políticas públicas implementadas em Belo Horizonte. Em 2006 foi criado o Programa Escola Integrada, que busca articular diferentes áreas, como cultura, esporte e saúde, para promover a educação integral. Segundo a pesquisa de Silva *et al.* (2015), o programa tem contribuído para a melhoria da qualidade da educação e para a redução do abandono escolar.

O Programa Escola Integrada, implementado na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais, constitui uma iniciativa relevante no contexto educacional brasileiro. Criado com o propósito de promover a integração de diferentes áreas do conhecimento e atividades complementares no ambiente escolar, o programa visa oferecer uma educação mais abrangente e significativa para os estudantes. Por meio de uma abordagem pedagógica que valoriza a interdisciplinaridade e a contextualização dos conteúdos, o Escola Integrada busca potencializar o desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos alunos. Além disso, ao disponibilizar uma série de atividades extracurriculares, como esportes, artes, cultura e lazer, o programa contribui para a promoção do protagonismo juvenil e a redução das desigualdades educacionais. Dessa forma, o Programa Escola Integrada se destaca como uma estratégia eficaz para fortalecer a educação pública, favorecendo a formação integral dos estudantes e a construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática.

Essas experiências bem-sucedidas demonstram que a intersectorialidade é um caminho viável e eficaz para a promoção da educação integral, que vai além da formação cognitiva e contempla o desenvolvimento físico, emocional e social dos estudantes. É fundamental que as experiências bem-sucedidas sejam disseminadas

e replicadas em outras regiões do país, e que haja um comprometimento político e social para a implementação de políticas públicas intersetoriais efetivas e sustentáveis.

4.9 - A avaliação das políticas públicas intersetoriais para a educação: indicadores e metodologias.

A avaliação das políticas públicas intersetoriais para a educação é fundamental para garantir que essas políticas sejam verificadas ao longo de sua implementação, sendo analisada sua eficiência na promoção da qualidade da educação. Para isso, é necessário utilizar indicadores e metodologias que possibilitem a análise dos resultados alcançados e a identificação de pontos que precisam ser aprimorados.

Um dos indicadores mais utilizados na avaliação de políticas públicas intersetoriais para a educação é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que mede o desempenho dos alunos em provas de Língua Portuguesa e Matemática e também a taxa de aprovação. O IDEB é considerado um indicador relevante, pois é ele quem fornece uma base para avaliar a efetividade da política pública na melhoria da qualidade da educação (Santini, 2019).

Além do IDEB, outros indicadores podem ser utilizados para avaliar as políticas públicas intersetoriais para a educação, como o Índice de Oportunidades da Educação Brasileira (IOEB), que mede o acesso à educação e a qualidade do ensino em diferentes regiões do país, e o Índice Socioeconômico das Escolas de Educação Básica (Inse), que utilizam dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e é disponibilizado para consulta no site Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Esse índice avalia as condições de infraestrutura, recursos didáticos e formação dos professores nas escolas (Alves, *et al.* 2014).

Para além dos indicadores, é importante utilizar metodologias que permitam avaliar a efetividade das políticas públicas intersetoriais para a educação. Uma metodologia que tem sido utilizada é a Avaliação de Impacto, que busca identificar os efeitos causais da política pública sobre os seus beneficiários. Essa metodologia vem se mostrando como uma importante ferramenta para avaliar os impactos de

políticas educacionais em diferentes níveis, desde a educação infantil até a pós-graduação (Lima e Marran, 2013).

É importante destacar que a implementação de políticas públicas intersetoriais para a educação deve ser realizada com base em diagnósticos precisos e articulados com os diversos setores, para que as ações sejam efetivas e atendam às necessidades da população. Além disso, é necessário que haja um compromisso político e social por parte dos gestores públicos, visando à promoção da equidade e da justiça social.

Diante do exposto, a avaliação das políticas públicas intersetoriais para a educação se torna fundamental para garantir que essas políticas sejam efetivas e promovam a melhoria da qualidade da educação. Para isso, é importante utilizar indicadores e metodologias que permitam a análise dos resultados alcançados e a identificação de pontos que precisam ser aprimorados.

4.10 - Os desafios da implementação de políticas públicas intersetoriais no contexto educacional brasileiro.

Ao analisar os artigos que embasam essa pesquisa, foi possível perceber que a elaboração e execução de políticas públicas é um processo multifacetado, marcado por interesses e influências. Os desafios nesse contexto antecedem as discussões sobre intersectorialidade das ações governamentais.

O processo de elaboração e concretização de políticas públicas é influenciado por uma gama de variáveis, desde fatores políticos e econômicos até aspectos sociais e institucionais. O autor destaca a importância de considerar a diversidade dos interesses e perspectivas dos atores envolvidos, bem como a dinâmica das relações de poder, buscando compreender como esses elementos interagem e impactam nas decisões políticas (Secchi, 2013).

A identidade das políticas públicas em diferentes governos está intrinsecamente ligada a politização do processo de produção de políticas públicas. Essa politização implica reconhecer que as políticas públicas são influenciadas por uma variedade de atores e dinâmicas, tanto internas quanto externas ao Estado, e que sua formulação e implementação não ocorrem de forma isolada ou objetiva, mas sim em meio a disputas, negociações e interações complexas de poder (Marques *et al.* 2018).

O processo de estruturação de políticas públicas muitas vezes é agravado pela incerteza inerente ao ambiente político e social, bem como pela dinâmica em constante mudança dos problemas a serem enfrentados (Parsons, 2007).

É importante ressaltar que nesse contexto há a necessidade de considerar não apenas as dimensões técnicas e administrativas, mas também os aspectos políticos, econômicos e sociais envolvidos na formulação e consecução de políticas públicas, pois a elaboração de políticas públicas requer uma análise ampla e interdisciplinar, capaz de compreender a dinâmica das relações entre diferentes atores e interesses, bem como a influência de contextos específicos na configuração das políticas (Mainardes, 2018).

A legitimação e efetividade das políticas implementadas estão diretamente relacionadas à inclusão de múltiplos atores no processo decisório. A representatividade de determinados grupos e os interesses diversos da sociedade são elementos que podem se aliar, como também se oporem. O autor considera o poder econômico como um fator significativo nesse processo e como esse influencia diretamente nas decisões políticas, moldando agendas e direcionando recursos para determinadas áreas em detrimento de outras.

O poder econômico muitas vezes se manifesta através de pressões de grupos de interesse (lobby), o que pode distorcer o debate público e comprometer a efetividade das políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para a redistribuição de recursos e redução das desigualdades (Secchi, 2013).

A atividade de pressão de um determinado grupo organizado, o financiamento de campanhas políticas e a influência dos diversos interesses podem distorcer o debate público e dificultar a construção e a concretização de políticas voltadas para o bem-estar social (Parsons, 2007).

Marques *et al.* (2018) destacam como a identidade de um governo, por sua vez, influencia a formulação e implementação de políticas públicas. Cada política adotada reflete não apenas a visão política e ideológica do governo, mas também sua resposta às demandas e necessidades da sociedade. Assim, políticas públicas se tornam uma expressão da identidade governamental, moldando a percepção pública sobre quem são os governantes e o que representam. No entanto, essa relação não é unilateral.

Governos com identidades distintas abordarão os mesmos problemas de maneiras diferentes, com base em suas crenças, valores e prioridades. A exemplo,

um governo progressista pode priorizar políticas sociais e redistributivas, enquanto um governo conservador pode favorecer políticas de livre mercado. Políticas que enfatizam a justiça social e a igualdade podem ser associadas a governos de esquerda, enquanto políticas que priorizam a liberalização econômica e a redução do papel do Estado podem ser associadas a governos de direita. O autor analisa como essas políticas são comunicadas e percebidas pelo público, e como elas moldam a imagem e a legitimidade do governo.

Os governos não estão sozinhos na formulação de políticas; eles devem negociar com uma variedade de atores e grupos de interesse. Essas negociações podem resultar em compromissos e concessões que moldam tanto a identidade do governo quanto o conteúdo das políticas públicas. Por exemplo, um governo pode ser pressionado por grupos de interesse a adotar políticas que vão de encontro às suas convicções ideológicas, mas que são necessárias para manter sua coalizão política ou assegurar sua governabilidade.

Além disso, Marques *et al.* (2018) reitera sobre os impactos da globalização, dos interesses das grandes economias sobre o processo de elaboração e efetivação das políticas públicas. Fatores externos, como acordos internacionais, pressões diplomáticas e tendências globais, podem influenciar na adoção de determinadas políticas públicas por um governo e influenciar a identidade dos governos.

Assim, a análise sobre políticas públicas intersetoriais no contexto educacional brasileiro é ampla e não se restringe apenas aos desafios ligados à necessidade de articulação entre setores. É um processo que sofre a influência dos vários interesses presentes na elaboração e execução de políticas públicas, bem como nas identidades adotadas pelos vários partidos políticos que ascendem à governança estatal.

Embora a intersetorialidade seja reconhecida como uma abordagem eficaz para enfrentar problemas educacionais de forma mais ampla e integrada, sua execução enfrenta obstáculos que exigem atenção e ação estratégica.

Além dos desafios anteriormente citados, um dos principais desafios apontado pela literatura é a dificuldade de articulação entre os diferentes setores envolvidos. A educação, por si só, já possui uma estrutura complexa e desafiadora, que inclui a coordenação entre os níveis federal, estadual e municipal, além de diversos atores, como escolas, professores, estudantes e famílias. Ao articular com outros setores, como saúde, assistência social, cultura, esporte e meio ambiente, a complexidade se

amplia significativamente. Nesse sentido, é essencial estabelecer canais eficazes de comunicação e criar mecanismos de cooperação e parceria entre esses setores, a fim de garantir uma implementação efetiva e integrada das políticas intersetoriais.

De acordo com Meyer (2014), outro desafio é a falta de recursos financeiros adequados para sustentar as políticas intersetoriais. Muitas vezes, essas políticas exigem investimentos significativos em infraestrutura, formação de profissionais, aquisição de materiais e equipamentos, entre outros aspectos. A escassez de recursos pode comprometer a continuidade e a qualidade das ações intersetoriais, impactando negativamente sua efetividade. É necessário, portanto, que sejam disponibilizados recursos financeiros suficientes e que haja uma distribuição equitativa desses recursos, considerando as necessidades específicas de cada setor envolvido.

Os estudos apontam para a ausência de uma cultura de cooperação e compartilhamento de responsabilidades que também representa um desafio significativo para a implementação de políticas intersetoriais no contexto educacional brasileiro. Muitas vezes, os setores envolvidos operam de forma isolada, com lógicas e objetivos distintos, o que dificulta a construção de uma abordagem conjunta e integrada. É necessário promover uma mudança de paradigma, incentivando a cooperação, o diálogo e a construção de uma agenda comum entre os setores, visando o bem-estar e o desenvolvimento integral dos estudantes (Silveira, *et al.* 2019).

Além disso, a resistência à mudança também pode representar um obstáculo para a implementação de políticas intersetoriais. A introdução de novas práticas e a necessidade de adaptação às demandas e realidades de cada setor podem gerar resistências por parte dos profissionais e gestores envolvidos. É fundamental investir em processos de sensibilização, capacitação e formação sobre a importância da intersetorialidade e fornecer conhecimentos que propiciem o desenvolvimento das habilidades necessárias para uma implementação eficaz.

A falta de uma estrutura institucional adequada para a implementação das políticas intersetoriais é outro desafio a ser superado. Muitas vezes, não há uma coordenação clara e definida entre os diferentes setores e órgãos governamentais responsáveis pela educação e pelos demais setores envolvidos. A criação de uma estrutura institucional que promova a articulação e a coordenação efetiva é essencial para garantir a integração das políticas e a superação dos desafios mencionados

anteriormente. Diante disso, é fundamental adotar estratégias efetivas para superar as limitações e promover uma implementação bem-sucedida de políticas públicas intersetoriais no contexto educacional brasileiro.

Por fim, vale ressaltar que a descontinuidade das políticas públicas afeta o setor público pela instabilidade administrativa ao fim de cada mandato. Concretizando a lógica da política de governo e não a de Estado (Góes e Machado, 2013).

Assim, a criação de mecanismos de governança intersetorial, a promoção de parcerias e redes de colaboração, o fortalecimento da participação social e a busca por soluções inovadoras e sustentáveis são algumas das estratégias que podem contribuir para enfrentar esses desafios (Wanderley *et al.*, 2020).

5 – ANÁLISE E SÍNTESE SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA ENVOLVENDO A TEMÁTICA INTERSETORIALIDADE

Neste capítulo será apresentada a síntese de todos os trabalhos analisados, bem como a compilação das informações mais reiteradas pelos autores.

A trajetória das políticas públicas intersetoriais no contexto educacional brasileiro tem sido marcada por diferentes momentos e desafios. A relação entre educação e outras áreas, como saúde, assistência social e cultura, tem sido debatida e pensada desde o início da construção do sistema educacional brasileiro, mas somente a partir da década de 1980 a intersectorialidade se tornou uma temática relevante para as políticas públicas brasileiras.

Foi possível constatar que os autores, ao longo da análise, consideraram que a intersectorialidade é relevante ferramenta para auxiliar o processo educacional brasileiro, é importante recurso de superação da fragmentação das ações do poder público. Para isso, é fundamental fortalecer a gestão intersectorial, baseada na cooperação e articulação entre as diferentes áreas, com o objetivo de garantir uma implementação efetiva das políticas.

No entanto, é preciso destacar que a implementação de políticas intersectoriais no contexto educacional brasileiro enfrenta desafios e limitações, como a falta de recursos financeiros, a burocracia e a falta de coordenação entre os órgãos envolvidos.

Além disso, o distanciamento entre o discurso e a prática intersectorial, a falta de sinergia e articulação entre saberes e práticas, bem como a incoerência entre o planejamento normativo e a realidade vivenciada, são desafios presentes. Poucos profissionais conseguem descrever iniciativas de sucesso, indicando uma dissonância entre o discurso e a implementação efetiva da intersectorialidade.

A integração efetiva entre diferentes setores ainda é um desafio, embora algumas parcerias pontuais tenham sido estabelecidas. O artigo destaca a importância da intersectorialidade no enfrentamento dos determinantes socioambientais, como segurança alimentar, habitação, saúde, segurança pública e erradicação do trabalho infantil. No entanto, as parcerias existentes são limitadas e frágeis, e enfrentam desafios como diferenças de valores, ideias, distribuição de recursos, tempo e disposição para reordenar processos de trabalho.

Para superar esses desafios, os autores sugerem a criação de grupos de trabalho intersetoriais e espaços comunicativos como dispositivos institucionais importantes. Essas iniciativas podem coordenar práticas intersetoriais, construir projetos comuns e facilitar a integração, o compartilhamento de informações e o planejamento participativo de ações. No entanto, a perspectiva intersetorial requer superar entraves políticos, interesses pessoais, hierarquias e desarticulações na administração pública.

A intersetorialidade na educação e a relação com o desenvolvimento local são exploradas com base em princípios, fundamentos e pressupostos de propostas e programas socioeducacionais. Essas propostas buscam articular a educação com outros setores e atores sociais visando, melhorar as condições de vida da população e promover o desenvolvimento da comunidade.

Um exemplo mencionado é a ideia de cidades educadoras, fundada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que criou a Rede das Cidades Educadoras, com base no I Congresso Internacional de Cidades Educadoras, em 1990, realizado em Barcelona, na Espanha. Essa proposta trata sobre a aprendizagem do cidadão ao longo da vida, promovendo a inclusão, a prosperidade, a sustentabilidade e a aprendizagem por todos os espaços das cidades. Essa perspectiva aponta para a possibilidade de avanços na qualidade da educação e nas condições de vida, ao permitir que os municípios se apropriem e cuidem da cidade com um sentimento de pertencimento. Nessa perspectiva, praças, clubes, parques e espaços populares são considerados territórios educativos, onde atividades podem ser desenvolvidas de forma multidisciplinar para estimular a construção de conhecimentos significativos e ações coletivas.

No entanto, as situações específicas precisam ser analisadas e estudadas para obter um maior conhecimento das condições necessárias para concretizar as expectativas apresentadas na literatura sobre as relações entre políticas educativas, intersetorialidade e desenvolvimento local. Essas análises permitem compreender as condições e possibilidades que podem influenciar a efetivação dessas propostas, considerando os conflitos e as contradições. Diferentes pontos de vista e estratégias sociais são colocados em contraposição, e nem sempre convergem para o mesmo horizonte de transformações sociais.

Wanderley *et al.* (2020) destacam a importância da intersetorialidade nas políticas públicas como uma estratégia de gestão democrática para superar a

setorização e fragmentação que historicamente têm caracterizado a configuração do Estado brasileiro. Ela ressalta que a lógica setorial tem levado à desarticulação e sobreposição de ações, prejudicando a efetividade dos serviços públicos e causando duplicidade de cadastros e procedimentos para acesso aos serviços.

A intersectorialidade, por sua vez, é apresentada como uma abordagem que busca promover a articulação e complementariedade das ações entre diferentes setores, visando atender de forma mais eficaz e abrangente às demandas da população. A literatura destaca que a intersectorialidade requer decisões políticas e articulação entre os setores, indo além da iniciativa individual de profissionais ou equipes. Nesse sentido, há necessidade da construção de bases políticas e mecanismos intersectoriais que estabeleçam a comunicação, articulação e formação de uma nova cultura organizacional entre os órgãos e agentes públicos.

A intersectorialidade é vista como uma estratégia que contribui para a melhoria das condições de vida da população, a otimização dos recursos e a racionalidade na gestão pública. No entanto, os autores alertam para os desafios e obstáculos ligados a restrição orçamentária, o neoliberalismo e as mudanças no modo de acumulação capitalista que impactam as políticas sociais.

Além disso, ressaltam que a intersectorialidade das políticas públicas enfrenta desafios adicionais no contexto atual, marcado pelo desmonte dos direitos e das políticas sociais, pela limitação da participação popular e pela criminalização dos movimentos sociais. Destacam ainda a importância de uma perspectiva transversal e participativa, envolvendo também a sociedade civil, para enfrentar esses desafios e garantir uma gestão mais efetiva e integrada das políticas públicas.

Embora a intersectorialidade seja amplamente mencionada como estratégia de política pública, na prática ainda enfrenta desafios para se tornar efetiva. A construção de uma agenda compartilhada e ação intersectorial requer confiança e diálogo constante, não apenas uma justaposição de agendas setoriais distintas.

Para que a intersectorialidade se torne uma prática inovadora, é necessário negociar e incluir a ação intersectorial na rotina e na prática dos profissionais, promovendo a construção de saberes mais dialógicos e contextualizados.

As experiências recentes que adotam abordagens mais participativas têm demonstrado maior efetividade, ao envolverem os profissionais de forma mais ampla e permitirem um aprofundamento da ação intersectorial. Essas abordagens também promovem o empoderamento da comunidade escolar, ampliando a compreensão da

saúde como um processo socialmente produzido, relacionado à vida cotidiana e às experiências vivenciadas.

Portanto, para avançar em direção a uma perspectiva mais integrada e inovadora, os programas de saúde na escola devem continuar buscando estabelecer práticas intersetoriais efetivas e promovendo o diálogo, a participação e o empoderamento da comunidade escolar. Isso contribuirá para uma compreensão mais abrangente da realidade local e para o desenvolvimento de políticas de saúde na escola que sejam verdadeiramente eficazes.

Sousa *et al.* (2017) tiveram como principal objetivo contribuir para a discussão sobre a intersetorialidade na gestão e sua aplicação nas práticas de saúde voltadas para escolares. Os resultados revelaram que o conceito de intersetorialidade ainda é pouco apropriado, embora haja o reconhecimento da ideia de trabalho conjunto e parceria, visando alcançar melhores resultados nas políticas públicas.

Os estudos destacam que há uma distância entre o discurso e a prática, falta de sinergia e articulação entre saberes e práticas, bem como incoerência entre o planejamento normativo e a realidade vivenciada. A implementação efetiva da intersetorialidade é desafiada algumas vezes pela falta de profissionais capazes de descrever iniciativas bem-sucedidas, evidenciando uma dissonância entre o discurso e a implementação real.

Uma das principais dificuldades apontadas nos estudos é a falta de integração efetiva entre os diferentes setores. Embora algumas parcerias pontuais tenham sido estabelecidas, as parcerias existentes são limitadas e frágeis. Enfrentam desafios como diferenças de valores, ideias, distribuição de recursos, tempo e disposição para reorganizar processos de trabalho. A construção de bases políticas e mecanismos intersetoriais é fundamental para estabelecer a comunicação, a articulação e a formação de uma nova cultura organizacional entre os órgãos e agentes públicos.

Os estudos também destacam que a intersetorialidade é essencial no enfrentamento dos determinantes socioambientais que afetam a saúde, como segurança alimentar, habitação, segurança pública e erradicação do trabalho infantil. No entanto, as políticas intersetoriais ainda enfrentam desafios adicionais no contexto atual, marcado pelo desmonte dos direitos e das políticas sociais, pela limitação da participação popular e pela criminalização dos movimentos sociais.

Para superar esses desafios, os estudos propõem a criação de grupos de trabalho intersetoriais e espaços comunicativos como dispositivos institucionais importantes. Essas iniciativas podem coordenar práticas intersetoriais, construir projetos comuns e facilitar a integração, o compartilhamento de informações e o planejamento participativo das ações. Além disso, é necessário superar entraves políticos, interesses pessoais, hierarquias e desarticulações na administração pública para promover efetivamente a intersetorialidade.

É fundamental fortalecer o trabalho intersetorial por meio de negociações e da inclusão da ação intersetorial na rotina e na prática dos profissionais, promovendo a construção de saberes mais dialógicos e contextualizados.

Embora os estudos enfatizem a importância da intersetorialidade como uma abordagem fundamental para enfrentar os desafios da educação e saúde, relacionados aos determinantes sociais, também existem algumas divergências nas abordagens e nas recomendações propostas. Aqui estão algumas das divergências identificadas:

Ênfase em diferentes determinantes sociais: alguns estudos podem dar maior ênfase a determinantes sociais específicos, como pobreza, desigualdade de gênero, acesso a serviços de saúde ou condições de trabalho, enquanto outros podem abordar uma gama mais ampla de determinantes sociais. A divergência surge devido ao foco e aos objetivos específicos de cada estudo.

Abordagem de implementação: existem diferentes perspectivas sobre como implementar a intersetorialidade de forma efetiva. Alguns estudos podem enfatizar a importância de políticas e estruturas intersetoriais formais, como a criação de comitês ou grupos de trabalho, enquanto outros podem enfatizar a necessidade de abordagens mais informais e adaptativas, baseadas em parcerias e colaborações flexíveis.

Nível de análise: alguns estudos podem se concentrar em iniciativas intersetoriais de âmbito local ou comunitário, enquanto outros podem abordar políticas e práticas intersetoriais em nível regional, nacional ou até mesmo global. A escala de análise pode influenciar as estratégias e os desafios identificados em cada estudo.

Contexto específico: os estudos podem ser realizados em contextos diferentes, como países, regiões ou comunidades específicas, e isso pode levar a divergências nas abordagens recomendadas. Os fatores culturais, políticos,

econômicos e sociais presentes em cada contexto podem influenciar as estratégias e as soluções propostas.

Ênfase na participação comunitária: alguns estudos podem enfatizar a importância da participação ativa e do empoderamento da comunidade como parte integrante da abordagem intersetorial, enquanto outros podem não dar tanta ênfase a essa dimensão. A participação comunitária pode variar em termos de nível de envolvimento e influência nas decisões e ações interssetoriais.

É importante reconhecer que essas divergências não são excludentes, mas diferentes abordagens que podem ser complementares. A implementação da intersetorialidade requer adaptação às necessidades e características de cada contexto, e é essencial considerar uma variedade de perspectivas e experiências para encontrar soluções eficazes.

A intersetorialidade na educação é um tema relevante e tem sido amplamente discutido como uma estratégia para promover uma educação integral e de qualidade. Diante das referências analisadas durante todo o trabalho, é possível perceber que os autores abordam diversos aspectos relacionados à intersetorialidade na educação, incluindo sua definição, o papel dessa abordagem na redução das desigualdades educacionais, os desafios de implementação, a trajetória histórica das políticas públicas interssetoriais no contexto educacional brasileiro e a importância da intersetorialidade na promoção da educação integral.

Uma das principais discussões presentes nos estudos analisados é a definição e o papel da intersetorialidade na educação. A intersetorialidade é descrita como a articulação e cooperação entre diferentes setores da sociedade, como saúde, assistência social, cultura, esporte, meio ambiente, entre outros, com o objetivo de superar as limitações das ações isoladas de cada setor e promover uma atuação mais integrada e eficaz. A intersetorialidade na educação busca a integração e articulação de políticas, programas e serviços educacionais com outras áreas, visando uma atuação mais abrangente e integrada.

A colaboração entre diferentes setores pode melhorar as condições de vida dos estudantes, enfrentar as desigualdades sociais, promover a inclusão social e ampliar o acesso e a permanência na escola.

No entanto, a implementação de políticas interssetoriais no contexto educacional enfrenta desafios significativos. Alguns desses desafios incluem a dificuldade de articular os diferentes setores, a falta de recursos, a resistência à

mudança e a ausência de uma estrutura institucional adequada. Para superar esses desafios, é necessário adotar estratégias eficazes, como fortalecer a gestão intersetorial, promover a formação e capacitação dos profissionais envolvidos e envolver a participação da comunidade na implementação e monitoramento das políticas intersetoriais.

A importância da intersectorialidade na promoção da educação integral é discutida com base nos benefícios que ela traz, como já foi citado anteriormente. A colaboração entre diferentes setores não considera apenas o aspecto cognitivo, mas também o emocional, social, físico e cultural. Isso significa que a intersectorialidade na educação reconhece a complexidade e diversidade dos estudantes, buscando atender suas necessidades de forma mais abrangente.

Ao integrar diferentes setores, é possível proporcionar um ambiente de aprendizagem mais completo, que valoriza não apenas o conhecimento acadêmico, mas também o bem-estar emocional e social dos alunos. Por exemplo, a promoção da saúde nas escolas, por meio da parceria com profissionais da saúde, pode melhorar as condições físicas e mentais dos estudantes, contribuindo para um melhor rendimento escolar. Da mesma forma, a integração de atividades culturais e esportivas no currículo escolar proporciona um ambiente mais estimulante e enriquecedor, promovendo o desenvolvimento integral dos alunos.

Ao envolver setores como assistência social e cultura, é possível identificar e atender às necessidades específicas de grupos marginalizados, como alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, migrantes, pessoas com deficiência e minorias étnicas. Essa abordagem ajuda a garantir que todos os estudantes tenham acesso igualitário a oportunidades educacionais e se sintam valorizados e incluídos no ambiente escolar.

Além dos benefícios para os estudantes, a intersectorialidade na educação também fortalece a relação entre a escola e a comunidade. A participação ativa de diferentes atores sociais, como famílias, organizações da sociedade civil e empresas locais, contribui para a construção de uma rede de apoio e envolvimento na educação. Isso promove a coesão social e a valorização do papel da educação na formação cidadã.

A implementação de políticas públicas intersectoriais para a educação no Brasil tem proporcionado discussões relevantes e alcançado resultados significativos. A integração entre saúde e educação tem permitido a prevenção de doenças, o

atendimento médico e odontológico, além do monitoramento constante da saúde dos estudantes.

A atuação do setor da assistência social também tem sido fundamental nas políticas públicas intersetoriais para a educação. Programas de apoio às famílias em situação de vulnerabilidade, como transferência de renda e assistência psicossocial, têm garantido que todos os estudantes tenham um acesso mais igualitário as oportunidades educacionais, independentemente de sua condição socioeconômica. Ademais, tem contribuído para identificar e encaminhar estudantes em situação de vulnerabilidade social, fornecendo o suporte necessário para que possam se concentrar em seus estudos.

A inclusão do setor da cultura nas políticas intersetoriais para a educação tem proporcionado experiências enriquecedoras aos estudantes. Atividades culturais no currículo escolar têm estimulado a sensibilidade estética, a criatividade, a imaginação e o senso crítico dos alunos. A cultura tem sido uma ferramenta poderosa para valorizar a diversidade cultural e combater a discriminação, promovendo uma educação mais inclusiva e equitativa.

O setor esportivo também tem desempenhado um papel relevante nas políticas públicas intersetoriais. A prática esportiva nas escolas tem contribuído para a formação integral dos estudantes, promovendo valores como disciplina, trabalho em equipe, respeito mútuo e valorização da saúde física e mental. O esporte tem sido uma estratégia eficaz para prevenir comportamentos de risco, incentivando a socialização saudável e a integração dos alunos.

A integração do setor do meio ambiente à educação tem possibilitado a conscientização dos estudantes sobre a importância da preservação ambiental e da sustentabilidade. A educação ambiental nas escolas tem permitido que os alunos compreendam as interações entre o ser humano e o ambiente natural, promovendo a formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis.

No entanto, é importante ressaltar que a implementação dessas políticas deve ser baseada em diagnósticos precisos e articulados com os diversos setores, além de exigir um compromisso político e social por parte dos gestores públicos e da sociedade civil.

Em concordância com todas as análises realizadas neste estudo, temos Wanderley *et al.* (2020), destacando a importância da integração e articulação entre diferentes setores para alcançar resultados mais abrangentes e eficazes. Os autores

reconhecem que a atuação isolada de cada setor é limitada e que a colaboração intersetorial é necessária para enfrentar os desafios e promover uma atuação mais abrangente e eficiente.

As discussões sobre os benefícios da intersetorialidade na educação estão alinhadas com a conclusão de Wanderley *et al.* (2020), que ressaltam a importância da intersetorialidade para melhorar as condições de vida da população, otimizar a utilização dos recursos e obter ganhos de escala e de resultados. Os autores reconhecem que a intersetorialidade é uma estratégia fundamental para enfrentar a fragmentação e setorialização das políticas públicas.

Outros autores importantes no estudo da intersetorialidade na educação não foram abordados neste estudo por não terem suas publicações nas revistas categorizadas como Qualis A1 e A2, mas também corroboram bastante para a discussão deste tema e para engrandecer a importância de continuar os estudos acerca do assunto, destacamos a discussão proposta pela autora Romagnoli (2017).

A autora defende a intersetorialidade como princípio operativo das políticas públicas. Ela destaca a necessidade de priorizar pessoas historicamente invisíveis e excluídas da vida social das cidades, como aquelas afetadas pela pobreza, violência, emigração forçada, exclusão social e doenças mentais. Essas pessoas enfrentam estigmas, discriminação e violação de direitos.

A intersetorialidade, nesse contexto, envolve olhar além das situações visíveis e mapear as "cidades invisíveis" que emergem no cotidiano das pessoas em vulnerabilidade psicossocial. Para isso, é necessário adotar os princípios que considerem a heterogeneidade, a multiplicidade e a cartografia, na construção de políticas e ações intersetoriais.

Romagnoli (2017) resalta que a produção de hierarquias, reducionismos e relações de poder nas práticas intersetoriais pode criar obstáculos. Ela menciona a falta de capacitação adequada, sobrecarga de trabalho, falta de trabalho articulado, ausência de avaliação conjunta das ações e falta de responsabilização pela continuidade dos cuidados.

Ao superar esses obstáculos, o desafio da intersetorialidade é criar novas sensibilidades e formas de subjetivação nos espaços coletivos e institucionais, lidando com as imprevisibilidades e complexidades encontradas nas precariedades da vida. É necessário estranhar as estabilidades, indignar-se com as violações de direitos, promovendo outras discussões e desestabilizando algumas certezas.

A autora reconhece as contradições e desafios presentes no contexto brasileiro, marcado pela violação de direitos humanos cometida pelo Estado e pelo avanço do neoliberalismo, conservadorismo e enxugamento dos direitos sociais. No entanto, ela acredita que é possível articular estratégias nas brechas e fendas produzidas por esses impasses, buscando a invenção de outros modos de operar políticas públicas.

A intersectorialidade envolve reunir os fragmentos dos setores envolvidos para multiplicar os afetos e sustentar indagações que produzam novos trajetos. A autora destaca a importância do compromisso dos profissionais com as políticas públicas, o conhecimento das atribuições dos setores envolvidos e do território de atuação. Os aparatos públicos se reinventam a partir das demandas da população.

Por fim, a autora destaca a necessidade de avaliar conjuntamente as ações intersectoriais e ressalta a importância de criar novas relações entre os setores envolvidos, entre técnicos e usuários, por meio da conexão de diferenças, lidando com a complexidade social presente.

É importante salientar que este e outros estudos que não foram analisados neste artigo por estarem fora da categorização escolhida contribuem significativamente para a melhoria das análises feitas sobre o tema, uma vez que podem abordar o assunto através de outras visões, a fim de enaltecer a coleta de dados para possíveis novos estudos sobre a temática aqui estudada.

Ademais, destaca-se que as 03 (três) próximas subseções são destinadas à apresentação de argumentos que respondem aos problemas de pesquisa citados na introdução deste trabalho.

5.1 – Análise sobre os avanços, os desafios e os principais fatores que influenciam e/ou interferem na intersectorialidade das políticas públicas em educação.

Ao longo do texto, vários avanços foram citados, bem como argumentos que sustentam os benefícios advindos da prática intersectorial. Assim, na intenção de não ser repetitivo, vale reiterar que os estudos destacaram o potencial de inovações sociais e educacionais resultantes dessas relações. A intersectorialidade é importante estratégia para superar a fragmentação da ação governamental, promovendo uma gestão pública mais articulada e eficiente.

Em Góes *et al.* (2013), a intersetorialidade pode contribuir para melhorar as condições de vida dos estudantes, enfrentar as desigualdades sociais, promover a inclusão social e ampliar o acesso e a permanência na escola. Nesse sentido, a intersetorialidade na educação é uma forma de promover uma atuação mais equitativa e inclusiva.

Quanto aos desafios, muitos foram citados, contudo, Silveira *et al.* (2019) destacam que, para implementar a intersetorialidade na educação, é necessário romper com: a dificuldade em articular os diferentes setores, a carência de recursos, a ausência de uma cultura de cooperação, o compartilhamento de responsabilidades, a resistência à mudança e a falta de uma estrutura institucional adequada.

5.2 – Análise sobre o espaço destinado pelas publicações científicas referente ao tema intersetorialidade em políticas públicas na educação.

Após a promulgação da Constituição Federal do Brasil em 1988, a intersetorialidade é um tema que tem ganhado cada vez mais destaque na área da educação, especialmente quando se trata da promoção da educação integral.

Um dos principais benefícios da intersetorialidade na promoção da educação integral é a garantia de uma abordagem abrangente e multidimensional no desenvolvimento dos estudantes. Ao envolver diferentes setores, é possível oferecer uma educação que considere não apenas o aspecto cognitivo, mas também o emocional, social, físico e cultural dos indivíduos. Dessa forma, os estudantes têm a oportunidade de vivenciar uma formação mais completa, capaz de prepará-los para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo (Braga *et al.*, 2018).

5.3 – Análise sobre o processo de elaboração e implementação das Políticas Públicas Educacionais Intersetoriais no Brasil no período de 2012 a 2022.

Em concordância com os artigos estudados, as políticas públicas educacionais intersetoriais no Brasil entre 2012 e 2022 foram desenvolvidas e implementadas com base em iniciativas e estratégias que visavam promover uma abordagem mais integrada e colaborativa entre diferentes setores governamentais. Alguns aspectos-chave desse processo durante esse período estão destacados a seguir.

Marco legal e institucional: durante esse período, os marcos legais e institucionais sobre políticas intersetoriais implementadas em anos anteriores ao período citado orientaram sobre a permanência dessas políticas públicas, bem como conservaram os investimentos e dotação orçamentária específica e interministerial das seguintes políticas públicas.

Políticas públicas intersetoriais em educação no contexto nacional anteriores ao período de 2012 a 2022: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em 1955; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003; Programa Bolsa Família, criado em 2003; Política Nacional de Assistência Social (PNAS), criada em 2004; Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva, criado em 2004; Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), instituído em 2005; Programa Saúde na Escola (PSE), instituído em 2007.

Políticas públicas intersetoriais em educação no âmbito Estadual anteriores ao período de 2012 a 2022: Programa Escola da Família, instituído em 2004 pelo Governo do Estado de São Paulo.

Políticas públicas intersetoriais em educação no âmbito Municipal anteriores ao período de 2012 a 2022: Programa Escola Integrada, criado em 2006, pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte no Estado de Minas Gerais. Isso incluiu leis, decretos e resoluções que enfatizavam a necessidade da permanência de cooperação entre os setores da educação e outros setores relevantes, como saúde, assistência social, cultura, entre outros.

Políticas públicas intersetoriais em educação no âmbito Federal no período de 2012 a 2022: Programa Criança Feliz, instituído 2016.

Parcerias Público-Privadas: não foram evidenciadas nos artigos estudados.

Planejamento e coordenação interinstitucional anterior ao período estabelecido por essa revisão de literatura: foi possível constatar que em 2011, a criação da Secretaria de Articulação Intersectorial com os Sistemas de Ensino (SASE) surgiu por uma demanda evidenciada durante a Conferência Nacional de Educação de 2010.

Esses são alguns dos aspectos principais que contribuíram para a construção e implementação das políticas públicas educacionais intersetoriais no Brasil durante o período mencionado. É importante ressaltar que, apesar dos esforços, desafios como a desigualdade social, a destinação correta de recursos e o baixo investimento

em ações intersetoriais ainda representaram obstáculos significativos para a ampliação dessas políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação de mestrado teve como objetivo analisar a intersecção entre as políticas públicas, tendo como foco as relações intersetoriais estabelecidas no contexto educacional brasileiro.

Vimos a partir do exposto que a implementação de políticas públicas em educação, com uma abordagem intersetorial, traz inúmeras vantagens, mas não está isenta de problemas a serem superados. Ao considerar todas as dimensões e nuances desse assunto complexo, é possível reconhecer que a intersectorialidade na educação apresenta oportunidades para uma transformação significativa no sistema educacional brasileiro. No entanto, também existem desafios e limitações a serem enfrentados nesse processo.

Diante do exposto, percebe-se que uma das principais vantagens da intersectorialidade na educação é a possibilidade de ampliar o escopo das políticas públicas, indo além das ações isoladas do setor educacional. Ao envolver diferentes áreas governamentais, como saúde, assistência social, cultura e infraestrutura, é possível abordar as múltiplas dimensões que influenciam o desenvolvimento e o aprendizado dos estudantes. Essa abordagem integral da educação reconhece que as necessidades dos alunos vão além do ambiente escolar e requerem intervenções integradas e coordenadas.

Além disso, a intersectorialidade permite a maximização dos recursos disponíveis. Ao unir esforços e compartilhar recursos entre diferentes setores, é possível otimizar os investimentos e evitar a duplicação de esforços. Por exemplo, ao conectar a educação com a saúde, é possível promover a saúde preventiva nas escolas, evitando assim a ocorrência de problemas de saúde que possam interferir no aprendizado dos alunos. Da mesma forma, ao integrar a educação com a assistência social, é possível identificar e apoiar alunos em situação de vulnerabilidade, garantindo que eles tenham acesso a condições adequadas para o seu desenvolvimento.

Outra vantagem da intersectorialidade é a possibilidade de promover a equidade e a inclusão. Ao levar em consideração as diversas realidades e necessidades dos alunos, é possível desenvolver políticas mais abrangentes e sensíveis às desigualdades existentes. Por exemplo, ao integrar a educação com a infraestrutura, é possível garantir que todas as escolas tenham acesso a recursos básicos, como água potável, saneamento adequado e espaços físicos adequados para o aprendizado. Isso é fundamental para garantir que todos os estudantes,

independentemente de sua origem socioeconômica ou localização geográfica, tenham oportunidades iguais de acesso à educação de qualidade.

No entanto, é importante reconhecer que a implementação da intersetorialidade em políticas públicas de educação também enfrenta desafios e limitações significativas. Um dos desafios está relacionado à coordenação e colaboração entre os diferentes setores. A integração efetiva requer uma governança sólida, capaz de articular os interesses e as agendas de cada setor, bem como de promover uma cultura de diálogo e colaboração. Isso pode ser um desafio em um contexto político e burocrático complexo, onde a fragmentação e a falta de comunicação são comuns.

Além disso, a intersetorialidade requer um investimento significativo em capacitação e formação dos profissionais envolvidos. É necessário desenvolver competências e habilidades para o trabalho em equipe, para a compreensão das diferentes áreas de conhecimento e para a articulação de práticas e saberes. Isso demanda tempo e recursos financeiros, além de uma cultura de aprendizado contínuo e de valorização da interdisciplinaridade.

Outra limitação da intersetorialidade é a complexidade na avaliação e monitoramento dos resultados. Ao integrar diferentes setores, é necessário estabelecer indicadores e mecanismos de avaliação que considerem as múltiplas dimensões envolvidas. Isso requer a construção de sistemas de monitoramento robustos e a coleta de dados integrados, o que pode ser um desafio em um contexto em que os sistemas de informação são fragmentados e não estão alinhados.

Em face do exposto, é essencial destacar alguns pontos cruciais a serem considerados para uma implementação efetiva da intersetorialidade em políticas públicas de educação. Em primeiro lugar, é necessário promover a participação ativa de todos os envolvidos, incluindo gestores, professores, estudantes, famílias e representantes da sociedade civil. O diálogo e o envolvimento de diferentes atores são fundamentais para garantir uma perspectiva plural e para construir consensos em relação aos objetivos e às estratégias adotadas.

Também é fundamental investir na construção de uma cultura de colaboração e aprendizado mútuo. A intersetorialidade requer uma abordagem de trabalho em equipe, baseada no respeito mútuo e na valorização das contribuições de cada setor. Isso implica em desenvolver espaços de formação e reflexão, nos quais os

profissionais envolvidos possam compartilhar experiências, trocar conhecimentos e construir uma visão compartilhada.

Por fim, é importante ressaltar a importância de uma abordagem baseada em evidências na formulação e implementação das políticas intersetoriais. É necessário investir em pesquisas e avaliações que possam fornecer subsídios para a tomada de decisão, além de permitir o aprimoramento contínuo das ações implementadas. A intersetorialidade na educação deve ser baseada em conhecimentos sólidos e em uma análise rigorosa da realidade, a fim de garantir a efetividade das políticas implementadas.

Em última análise, a intersetorialidade na educação é uma abordagem que tem o potencial de influenciar positivamente o sistema educacional, permitindo a reflexão e amenização das desigualdades e a promoção de uma educação de qualidade para todos. Embora apresente desafios, as vantagens e benefícios obtidos ao integrar diferentes setores em políticas educacionais são valiosos e merecem ser buscados. A interconexão entre as áreas sociais pode ser a chave para uma educação mais abrangente, equitativa e capaz de preparar os estudantes para os desafios do século XXI.

REFERÊNCIAS

ALFERES, Marcia Aparecida; MAINARDES, Jefferson. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa em ação: revisão de literatura. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 27, p. 47-68, 2018.

ALMEIDA, C. R. A.; DIAS, L. R. Políticas públicas intersetoriais: um olhar sobre a experiência do Programa Bolsa Família. In: *Revista Katálysis*, v. 18, n. 1, p. 110-119, jan./jun. 2015.

ALMEIDA, P. F., & Guedes, D. (2015). Intersetorialidade das políticas públicas e a garantia do direito à educação. *Educação & Sociedade*, 36(130), 263-280.

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco; XAVIER, Flavia Pereira. Índice socioeconômico das escolas de educação básica brasileiras. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 22, p. 671-703, 2014.

AMARAL, L. M. A intersetorialidade na gestão das políticas sociais: o contexto da produção científica brasileira. 2015. 162 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas e da Saúde) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

ARANHA, M. L. *História da educação*. 2ª ed.). 1997. São Paulo: Editora Moderna.

AUGUSTO, Maria Cecília Nobrega de Almeida. O cuidado em saúde: o paradigma biopsicossocial e a subjetividade em foco. *Mental*, Barbacena, v. 9, n. 17, p. 523-536, dez. 2011. Disponível em <https://shre.ink/cW0D>

BEDENDO, André; ANDRADE, André Luiz Monezi; NOTO, Ana Regina. Prática esportiva e uso de substâncias entre estudantes do ensino médio: diferentes perspectivas dessa relação. *SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.* (Ed. port.), Ribeirão Preto, v. 11, n. 2, p. 85-96, jun. 2015. Acessado em 23 junho. 2023. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762015000200005&lng=pt&nrm=iso

BELLINI, Maria Isabel Barros *et al.* Políticas públicas e intersetorialidade em debate. Rio Grande do Sul: Universidade Pontifícia Católica, 2014. Acesso em: 02 jun. 2023. Disponível em: https://meriva.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8133/2/evento_003%20%20Maria%20Isabel%20Barros%20Bellini.pdf

BELLOCH, A.; OLABARRIA, B. El modelo bio-psico-social: un marco de referencia necesario para el psicólogo clínico. *Revista Clínica e Salud*, v. 4, n. 2, p. 181-190, 1993. [Acessado 25 Novembro 2022]. Disponível em: <https://journals.copmadrid.org/clysa/art/812b4ba287f5ee0bc9d43bbf5bbe87fb>

BEYEA, S.C; Nicoll, L.H. Writing an integrative review. *AORN J.* 1998;67(4):877-80.

BIONDI, R., & Felício, F. (2008). Atributos escolares e o desempenho dos estudantes: uma análise em painel dos dados do SAEB. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

BRAGA, Cibelle; DUARTE, Adriana. Colaborações entre professores e monitores do Programa Escola Integrada de Belo Horizonte. *Perspectiva*, v. 36, n. 3, p. 1072-1093, 2018.

BRAGA, E. (2009). *A democracia na gestão da escola pública: Um estudo de caso da escola estadual Odilon Behrens*. (Dissertação de Mestrado em Administração. Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, MG, Brasil).

BRASIL. Ministério da Cultura. Cartilha do Programa Cultura Viva. 2023.

BRASIL. 2007b. Portaria Normativa Interministerial nº 17. Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades socioeducativas no contraturno escolar. Brasília, 24 abr. Acesso em: 04/08/2023. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf.

BRASIL. 2011. Passo a Passo PSE Programa Saúde na Escola: Tecendo caminhos da Intersetorialidade. Brasília, Ministério da Saúde, 27 p.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Portaria nº 2.706, de 18 de outubro de 2017. Lista os Municípios que finalizaram a adesão ao Programa Saúde na Escola para o ciclo 2017/2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

BRONFENBRENNER, U. (1994). *A ecologia do desenvolvimento humano* (M.A.V. Veronesi, Trad.) Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1994).

BROOME ME. Integrative literature review for the development of concepts. In: Rodgers BL, Knafel KA. *Concept development in nursing*. Philadelphia: Saunders; 1993. p. 231-50.

CAMPOS, Caroline Cristina de Arruda; PAIVA, Ilana Lemos de. Programa Nacional de Inclusão de Jovens: possibilidades e contribuições na perspectiva dos adolescentes participantes. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 30, p. 22-29, 2018.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. Desafios da intersetorialidade nas políticas públicas de saúde e assistência social: uma revisão do estado da arte. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 27, p. 1265-1286, 2017.

CARVALHO, C.Q.L. 2011. O desafio da articulação das políticas de educação e assistência social como uma alternativa de enfrentamento das expressões da questão social no espaço escolar. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 5, São Luís, 2011. Anais... São Luís. 1:1-10.

CAVALCANTI, Camila Dias; Riveros, Jorge Luís Triana. Política social e garantia de direitos: uma análise do programa criança feliz na proteção à primeira infância no contexto do capitalismo dependente. *Caderno Virtual*, v. 3, n. 48, 2020.

CAVALIERE, Ana Maria. Escola pública de tempo integral no Brasil: filantropia ou política de Estado? *Educação & Sociedade*, v. 35, p. 1205-1222, 2014.

CHIARI, Antônio Paulo Gomes *et al.* Rede intersetorial do Programa Saúde na Escola: sujeitos, percepções e práticas. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 34, p. e00104217, 2018.

CLEMENTINO, Ana Maria; OLIVEIRA, Dalila. Novos sujeitos docentes e suas condições de trabalho: uma comparação entre o Programa Escola Integrada e o Projeto Educação em Tempo Integral. *Em Aberto*, v. 30, n. 99, 2017.

CORTELLA. Mario Sergio. *Educação, escola e docência: novos tempos, novas atitudes* / Mario Sergio Cortella. -- São Paulo: Cortez, 2014.

COTTA RMM, Machado JC. Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. *Rev Panam Salud Publica*. 2013;33(1):54–60.

CURY, C. R. J. Reforma universitária na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. São Paulo, *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, n. 101, p. 3-9, jul. 1997.

DANTAS DA SILVA, Leonardo. Os desafios da intersetorialidade no âmbito do programa criança feliz brasileiro. 2022. Tese de Doutorado.

DÍAS, CLÁUDIA MARÍA COSTA. Programa escola da família: Registro de experiência em resposta à violência escolar. In: *Convivencia en educación, problemas y soluciones: perspectivas europea y latinoamericana*. Servicio de Publicaciones, 2012. p. 251-262.

DIEHL, Eliana Elisabeth; PELLEGRINI, Marcos Antonio. Saúde e povos indígenas no Brasil: o desafio da formação e educação permanente de trabalhadores para atuação em contextos interculturais. *Cad. Saúde Pública*. 2014.
Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/17643>

DUBET, François. Les dilemmes de la justice. In: DEROUET, J. C.; DEROUET-BESSON, M. C. *Repenser la justice dans le domaine de l'éducation et de la formation*. Lyon: Peter Lang, 2009. p. 29-46.

DUBET, François. *O que é uma escola justa? A escola das oportunidades*. São Paulo: Cortez, 2008.

FERENHOF, Helio Aisenberg; FERNANDES, Roberto Fabiano. Desmistificando a revisão de literatura como base para redação científica: método SFF. *Demystifying the literature review as basis for scientific writing: SSF method*. Revista ACB, [S.l.], v. 21, n. 3, p. 550-563, dez. 2016. ISSN 1414-0594. [Acesso em: 25 nov. 2022].
Disponível em: <https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/1194>.

FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres. Um pacto curricular: o pacto nacional pela alfabetização na idade certa e o desenho de uma base comum nacional. *Educação em Revista*, v. 32, p. 69-90, 2016.

FRANZINI, A. A intersectorialidade como princípio inovador da gestão das políticas de assistência social, saúde e educação na garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes em situação de evasão escolar e violência sexual. Maranhão: UFM, Anais... VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2017.

FRIEDRICH, Márcia; BENITE, Claudio R. Machado; BENITE, Anna M. Canavarro. O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Projovem: uma análise entre a proposta oficial e a experiência vivida em Goiânia. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 20, p. 185-206, 2012.

GANONG, L.H. Integrative reviews of nursing research. *Research in Nursing & Health*, New York, v. 10, n.11, p. 1-11. 1987.

GARAJAU. Narjara Incalado. Reflexões sobre a intersectorialidade como estratégia de gestão social. III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. 07 a 09 de junho de 2013. Belo Horizonte – MG. Disponível em: <<https://www.paulus.com.br/assistencia-social/wp-content/uploads/2018/07/Reflex%C3%B5es-sobre-a-Intersectorialidade-como-Estrat%C3%A9gia-de-Gest%C3%A3o-Social.pdf>>. Acesso em: 20 jul de 2023.

GÓES, Flávia. T.; MACHADO, Lucília. R. DE, S. Políticas educativas, intersectorialidade e desenvolvimento local. *Educação & Realidade*, v. 38, n. Educ. Real., 2013 38(2), p. 627–648, abr. 2013. [Acessado 03 março 2023]. Disponível em: <https://shre.ink/cWp1>

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Revista de economia e sociologia rural*, v. 52, p. 125-146, 2014.

GUEDES, J. V.; DE OLIVEIRA, G. F.; CASTRO, A. M. D. A. A problemática da violência no ambiente da escola: possibilidades de discussão a partir do projeto político pedagógico. *Educere et Educare*, [S. l.], v. 12, n. 24, 2017. DOI: 10.17648/educare.v12i24.15077. Acesso em: 20 jun. 2023. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/15077>

GUEDES, Josenilson Viana; DE OLIVEIRA, Gislaine Felix; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. A problemática da violência no ambiente da escola: possibilidades de discussão a partir do projeto político pedagógico. *Educere et Educare*, 2017.

HIGGINS, J. P. T.; GREEN, S. (ed). *Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions*. Ed.5.1.0. (s.l.): The Cochrane Collaboration, 2011. Acesso em 10 abr. 2023. Disponível em: www.handbook.cochrane.org.

HÖFLING, E.M. 2001. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, 1(55/XXI):30-41.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2023.

INOJOSA, R.M. 2001. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade. *Cadernos FUNDAP*, 22:102-110.

IVENICKI, A.. (2019). A Escola e seus Desafios na Contemporaneidade. *Ensaio: Avaliação E Políticas Públicas Em Educação*, 27(Ensaio: aval. pol. públ. Educ., 2019 27(102)), 1–8. [Acessado 05 fevereiro 2023]. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362018002700001>

JUNQUEIRA, L.A.P. 1999. Descentralização, intersetorialidade e rede como estratégias de gestão da cidade. *Revista FEA-PUC-SP*, 1:57-72.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. *Saúde e Sociedade* [online]. 2004, v. 13, n. 1 [Acessado 25 Novembro 2022] , pp. 25-36. [Acessado 25 Novembro 2022]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902004000100004> . Epub 03 Abril 2008. ISSN 1984-0470.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. *Articulações entre o serviço público e o cidadão*. In: *X Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública* Santiago, Chile, oct. 2005. [Acessado 25 Novembro 2022]. Disponível em: <https://silo.tips/download/articulaoes-entre-o-servio-publico-e-o-cidadao>

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates; CORÁ, Maria Amelia Jundurian, Org. *Redes sociais e intersetorialidade* / Organização de Luciano Antonio Prates Junqueira e Maria Amelia Jundurian Corá – São Paulo: Tiki Books, 2016

KITCHENHAM, B. (2004). Procedures for performing systematic reviews. Keele, UK, Keele University, 33(TR/SE-0401), 28. Acesso em 10 abr. 2023. Disponível em: <http://doi.org/10.1.1.122.3308>

KRAWCZYK, N.R.; VIEIRA, V.L. Brasil: A utopia da democratização e da modernização. In: N.R. KRAWCZYK; V.L. VIEIRA, A reforma educacional na América Latina: uma perspectiva histórico-sociológica. São Paulo, Xamã, p. 47-73. 2008.

LIMA, Licínio Carlos. (2013). *Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governança democrática da escola pública*. São Paulo: Cortez, 2013.

LIMA, Paulo Gomes. MARRAN, Ana Lúcia. A avaliação de políticas educacionais por meio da abordagem teórico-analítica do ciclo de políticas. *Práxis Educativa* [online]. 2013, vol.08, n.01, pp.41-62. ISSN 1809-4309.

LOTTA, Gabriela Spanghero; GONÇALVES, Renata; BITELMAN, Marina. A coordenação federativa de políticas públicas: uma análise das políticas brasileiras nas últimas décadas. 2014.

LOTTA, Gabriela; FAVARETO, Arilson. Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, p. 49-65, 2016.

MACERATA, I. *et al.* Diretrizes, metodologias e dispositivos do cuidado no Pop Rua. In: PASSOS, E.; SADE, C.; MACERATA, I. Entre clínica e política: produção de conhecimento e cuidado em saúde. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2020.

MAINARDES, Jefferson. A Abordagem do Ciclo De Políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da política educacional. *Jornal de Políticas Educacionais*, v. 12, 2018.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. *Sociedade e estado*, v. 31, p. 75-97, 2016

MARCONDES. Mariana Mazzini; SANDIM, Tatiana Lemos; DINIZ. Ana Paula Rodrigues. Transversalidade e intersectorialidade: mapeamento do debate conceitual no cenário brasileiro. *Administração Pública e Gestão Social*, vol. 10, núm. 1, pp. 22-33, 2018. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa/MG. 2018. [Acessado 03 março 2023]. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3515/351557762003/html/>

MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta (Ed.). A política pública como campo multidisciplinar. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2018.

MENEZES. Filho, N. A. (2007). Os determinantes do desempenho escolar do Brasil. São Paulo: IFB.

MEYER, D. E. E. Políticas públicas de inclusão social e transversalidade de gênero: ênfases, tensões e desafios atuais. Porto Alegre: Faculdade de Educação/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. *Projeto de Pesquisa*.

MONNERAT, G. L.; SOUZA, R. G. de. Política social e intersectorialidade:: consensos teóricos e desafios práticos. *SER Social*, [S. l.], v. 12, n. 26, p. 200–220, 2010. DOI: 10.26512/ser_social.v12i26.12708. Acesso em: 22 ago. 2023. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12708.

NESPOLO, G. F. *et al.*. Pontos de Cultura: contribuições para a Educação Popular em Saúde na perspectiva de seus coordenadores. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 18, p. 1187–1198, 2014.

OLIVEIRA, R. P. DE.; ARAUJO, G. C. DE.. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 28, p. 5–23, jan. 2005.

OLIVEIRA, Silbene Santana de. O Projeto Político Pedagógico (PPP) como instrumento ordenador da ação socioeducativa: a Escola Estadual Meninos do Futuro e os desafios de uma educação ressocializadora. 2014.

OLIVEIRA. Francisco das Chagas Medeiros. ALVES. Simone Cristina Fernandes Alves. LOPES. Juliana Grasiela da Silva Dantas. Importância, particularidades e desafios do Programa Criança Feliz para promoção do desenvolvimento infantil e atendimentos as famílias no Brasil. 27. Junho de 2023. Acessado em 24 julho. 2023. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/2532e013-9702-4816-bb60-df3db503da35>

PARENTE, C.M.D. Políticas de Educação Integral em Tempo Integral no Estado de São Paulo: modelos e experiências. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 11, n. 24. dezembro de 2017.

PARSONS, Wayne. Políticas públicas: una introducción o lo teoría y lo práctica del análisis de políticas públicas / Wayne Parsons; traducción de Atenea Acevedo. - México: FLACSO, Sede Académica de México, 2007.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, p. 909-916, 2013.

PEREIRA, Thaís Thomé Seni Oliveira; BARROS, Monalisa Nascimento dos Santos; PETTICREW, M., & Roberts, H. (2006). *Systematic reviews in the social sciences: A practical guide*. Blackwell Publishing. Acesso em 10 abr. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/9780470754887>

PIERI, Renan. *Retratos da educação no Brasil*. Insper instituto de ensino e pesquisa. São Paulo. 2018. [Acessado 03 novembro 2022]. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wpcontent/uploads/2018/10/Retratos-Educacao-Brasil.pdf>

RIBEIRO, V. M. Que princípio de justiça para a Educação Básica? *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 44, n. 154, p. 1094-1109, out./dez. 2014.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho *et al.* Intersetorialidade em saúde mental: tensões e desafios em cidades do sudeste e nordeste brasileiro. *Revista Subjetividades*, v. 17, n. 3, p. 157-168, 2017.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa *et al.* O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19. *Revista de Administração Pública*, v. 54, p. 1079-1096, 2020.

SANTINI, Guilherme José; FUZINATO, Josiele Maiara. Análise do aumento no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em Escola Pública Municipal de Guarantã do Norte/MT no período 2007-2017. *Debates em Educação*, v. 11, n. 23, p. 284-298, 2019.

SANTOS EF, Daniel L. Educação escolar indígena e suas interfaces com o campo da saúde. In: Garnelo L, Pontes AL, organizadores. *Saúde indígena: uma introdução ao tema*. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Ministério da Educação/Fundo das Nações Unidas para a Infância; 2012. p. 242-63.

SANTOS, A. P. dos; WIESE, M. L. Da Alta Complexidade à rede intersetorial: caminhos dos usuários acompanhados ambulatorialmente em um Hospital Escola. *Emancipação*, Ponta Grossa - PR, Brasil., v. 23, p. 1-14, 2023. DOI: 10.5212/Emancipacao.v.23.2317643.001. Acesso em: 22 ago. 2023

SANTOS, A. P., & Oliveira, D. A. (2020). Intersetorialidade entre educação e saúde: desafios e possibilidades. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 15(2), 656-672.

SANTOS, D. A. S.; DIAS, D. S. Intersetorialidade: o desafio de uma nova arquitetura em Betim. *Revista Perspectivas em Políticas Públicas*, Belo Horizonte, v. 5, n. 10, p. 119-129, jul./dez. 2012.

SANTOS, M. L. S., & Silva, D. R. (2018). Intersetorialidade nas políticas públicas de educação: desafios e possibilidades. *Revista Interdisciplinaridade*, 11(2), 57-73.

SANTOS, N.N. 2011. A intersetorialidade como modelo de gestão das políticas de combate à pobreza no Brasil: o caso do Programa Bolsa Família no município de Guarulhos. São Paulo, SP. Dissertação de Mestrado. Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, 166 p.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos / Leonardo Secchi. – 2. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade / Amartya Sen; tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. — São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENHORAS, Elói. Caminhos Bifurcados do Desenvolvimento Local: as boas práticas de gestão pública das cidades, entre a competição e a solidariedade. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 3, n. 2, p. 3-27, maio/ago. 2007.

SILVA, Adilson Xavier; CUSATI, Iracema Campos; GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira. Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade: dos conhecimentos e suas histórias. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, p. 979-996, 2018.

SILVA, André Luis Nogueira da; DE SOUZA, Damião Ernane. Deliberação e controle social: um perfil dos conselhos estaduais de políticas públicas no nordeste brasileiro. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v. 4, n. 1-2, 2013.

SILVA, Carlos dos Santos; BODSTEIN, Regina Cele de Andrade. Referencial teórico sobre práticas intersetoriais em Promoção da Saúde na Escola. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, p. 1777-1788, 2016.

SILVA, Cássio. *A Distopia do Mérito: desigualdades escolares no Ensino Médio brasileiro analisadas a partir do ENEM*. *Revista Trabalho Necessário*, v. 19, n. 39, p. 325-329, 2021. [Acessado 03 novembro 2022]. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/48130>

SILVA, Kênia Lara *et al.* Intersetorialidade, determinantes socioambientais e promoção da saúde. *Ciência & saúde coletiva*, v. 19, p. 4361-4370, 2014.

SILVA, Lenir Nascimento da. *et al.* Desafios à intersetorialidade no cuidado das crianças com deficiência na perspectiva de profissionais da educação. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 38, p. e00256021, 2022.

SILVA, Marcília de Sousa e ISAYAMA, Hélder Ferreira. Educação e lazer: analisando os contextos do Programa Escola Integrada de Belo Horizonte. *Práxis*

Educativa [online]. 2015, vol.10, n.1, pp.55-78. ISSN 1809-4309. <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/5629/4345>

SILVA, Ângela Maria Caulyt Santos da; QUINTANILHA, Bruna Ceruti; DALBELLO-ARAUJO, Maristela.[Orgs.] *Intersectorialidades: múltiplos olhares*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 309. ISBN: 978-65-5869-963-7 [Digital].

SILVEIRA, Catharina da Cunha; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann; FÉLIX, Jeane. A generificação da intersectorialidade no Programa Saúde na Escola. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 100, p. 423-442, 2019.

SOUSA, Marta Caires de; ESPERIDIÃO, Monique Azevedo; MEDINA, Maria Guadalupe. A intersectorialidade no Programa Saúde na Escola: avaliação do processo político-gerencial e das práticas de trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, p. 1781-1790, 2017.

SOUZA, Cinoélia Leal de; ANDRADE, Cristina Setenta. Saúde, meio ambiente e território: uma discussão necessária na formação em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, p. 4113-4122, 2014.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. *A nova LDB: como entender e aplicar*. São Paulo:Thomson, 1998.

STETLER, C.B. *et al.*, Utilization-focused integrative reviews in a nursing service. *Appl Nurs Res*. 1998 Nov;11(4):195-206. doi: 10.1016/s0897-1897(98)80329-7

TRANFIELD, D., DENYER, D., & SMART, P. (2003). Towards a methodology for developing evidence-informed management knowledge by means of systematic review. *British Journal of Management*, 14(3), 207–222. doi:10.1111/1467-8551.00375

UNICEF – BRASIL. Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ações Comunitárias – CENPEC. *Cenário da exclusão escolar no Brasil: Um alerta sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na educação*. Brasil: UNICEF, abril. 2021.

VEIGA, Laura da; BRONZO, Carla. Estratégias intersectoriais de gestão municipal de serviços de proteção social: a experiência de Belo Horizonte. *Revista de Administração Pública*, v. 48, p. 595-620, 2014.

VIEIRA, L. S.; BELISÁRIO, S. A. Intersectorialidade na promoção da saúde escolar: um estudo do Programa Saúde na Escola. *Saúde em Debate*, v. 42, n. spe4, p. 120–133, dez. 2018.

VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza *et al.* Relatos de gestores da Assistência Social, Educação e Segurança Pública sobre o enfrentamento da violência. *Cadernos Saúde Coletiva*, v. 23, p. 231-238, 2015.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore; MARTINELLI, Maria Lúcia; PAZ, Rosangela Dias O. da. Intersectorialidade nas políticas públicas. *Serviço Social & Sociedade*, p. 7-13, 2020. [Acessado 25 Novembro 2022]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/DPfFVvJzjDFYSzB9NWWHv7z/>

WARSCHAUER, Marcos; CARVALHO, Yara Maria. O conceito "Intersetorialidade": contribuições ao debate a partir do Programa Lazer e Saúde da Prefeitura de Santo André/SP. *Saúde e soc.*, São Paulo, v.23, n.1, p.191-203, 2014.

WEBER, Max, 1864-1920. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* / Max Weber; tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn - Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. 586 p.